

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA, DE 27 DE
ABRIL E 03 DE MAIO DE DOIS MIL E DEZ**

----- Aos **vinte e sete** dias do mês de **Abril** de **dois mil e dez**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a **Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda**, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

Ponto 1- DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTAS: -----

----- **Ponto 1.1** – Acta da Segunda. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda. -----

----- **Ponto 2** – **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto..3** – **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 3.1** – **APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA** acerca da Actividade Municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos n.ºs 53º, n.º 1, alínea e) e 68.º, n.º 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **Ponto 3.2** – **Matriz Energética de Águeda – Apresentação e Recolha de Contributos**; ---

----- **Ponto..3.3** – **Estudo de Sustentabilidade de Águeda – Apresentação, Debate e Recolha de Contributos**; -----

----- **Ponto..3.4** – **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas - Apresentação**; -----

----- **Ponto..3.5** – **Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda de Regulamento de Funcionamento da Incubadora de Empresas em Rede – Águeda**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo nº 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **Ponto..3.6 – Discussão e Votação da Estrutura dos Serviços Municipais**, nos termos da proposta e ao obrigo do disposto na alínea n), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **Ponto..3.7 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda sobre as Opções do Plano e da Proposta de Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2010**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **Ponto ..3.8 – Discussão e Votação sobre a Proposta do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva Avaliação**, e ainda dos documentos de **Prestação de Contas, referentes ao ano de 2009**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea c), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **Ponto..3.9 – Apreciação do Relatório da C.P.C.J. de Águeda**, referente ao ano de 2009.

----- A Sessão foi Presidida pelo Senhor Engenheiro **ANTÓNIO CELESTINO PEREIRA DE ALMEIDA, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** e Secretariada pelas Senhoras **Marlene Domingues Gaio e Carla Eliana da Costa Tavares**. -----

----- Tendo sido constituída a **Mesa** e verificada a existência de quórum, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, declarou aberta a **Segunda Sessão Ordinária**, pelas vinte e uma horas, tendo cumprimentado os Senhores Deputados da Assembleia Municipal de Águeda; o Executivo; a Comunicação Social e o Público presente. -----

----- **À Sessão Ordinária compareceram os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:**

----- António Celestino Pereira de Almeida - PS; -----

----- Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva - PSD; -----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal - PS; -----

----- Manuel Antunes de Almeida - PSD; -----

----- Margarida Nogueira Brenha - PS; -----

----- Carlos Alberto Baptista Guerra – PS; -----

----- Paulo Manuel Matos Soares - PSD; -----

----- Daniela Carina Alves Mendes – PS; -----

----- Joana Cristina Correia dos Santos (PSD); -----
----- António Manuel Fernandes Martins – CDS-PP; -----
----- Tiago André da Costa Soares - PS; -----
----- Hilário Manuel Ferreira dos Santos - PSD; -----
----- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; -----
----- Elisa Maria Pires de Almeida - PS; -----
----- António Manuel de Almeida Tondela - PSD; -----
----- Carla Eliana da Costa Tavares - PS; -----
----- Marlene Domingues Gaio - PSD; -----
----- José Manuel Gomes de Oliveira - PSD; -----
----- Alexandre Pires Duarte - PS; -----
----- Eunice Pereira dos Santos Neto – CDS-PP; -----
----- Francisco Rogério Martinho Estrela – PS. -----

----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia (PJF):** -----

----- António Farias dos Santos – PSD – PFJ de Agadão; -----
----- Rui Pedro Pinho Carvalho – II-Ind. – PFJ de Aguada de Baixo; -----
----- Heitor Pereira Abrantes Garruço – PSD – PFJ de Aguada de Cima; -----
----- Nelson José Silva Alves Canas – PS – Representante FJ de Águeda; -----
----- Marco Aurélio da Cunha Santos – PSD – Representante FJ de Barro (Tesoureiro); -----
----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PSD - PFJ de Belazaima-do-Chão; -----
----- Jorge da Silva Mendes – PS - PFJ da Borralha; -----
----- Victor Manuel Abrantes Silva – PSD - PFJ de Castanheira do Vouga; -----
----- Manuel de Almeida Campos - VI-Ind. - PFJ de Espinhel; -----
----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD - PFJ de Fermentelos; -----
----- Alcides de Jesus – PSD - PFJ de Lamas do Vouga; -----
----- Pedro Daniel Henrique Rodrigues – Plenário - PFJ de Macieira de Alcoba; -----
----- Armando Paulo Almeida Galhano – PSD - PFJ de Macinhata do Vouga; -----
----- Fernando Tavares Pires – PSD - PFJ de Óis da Ribeira; -----
----- Pedro António Machado Vidal – CDS-PP - PFJ do Préstimo; -----

----- Pedro Alexandre Almeida Gomes – PSD - PFJ de Recardães; -----
----- Manuel de Oliveira Duarte – CDS/PP - PFJ de Segadães; -----
----- Mário Ramos Martins – PS - PFJ de Travassô; -----
----- Carlos Alberto Ferreira da Silva – CDS/PP - PFJ de Trofa; -----
----- Carlos Alberto Carneiro Pereira – PSD - PFJ de Valongo do Vouga. -----
----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Elementos:** -----
----- Gil Nadais Resende da Fonseca – Presidente - PS ; -----
----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – Vereador e Vice-Presidente - PS; -----
----- Elsa Margarida de Melo Corga – Vereadora - PS; -----
----- Carla Jacinta Garruço de Almeida – Vereadora - PSD; -----
----- João Carlos Gomes Clemente – Vereador - PS; -----
----- Brito António Rodrigues Salvador – Vereador - PSD -----
----- Manuel Correia Marques – Vereador – PSD -----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA** -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à leitura da correspondência a si dirigida: -----

----- De **Junta de Freguesia de Águeda:** -----

----- *“Pelo presente, venho informar que na próxima Sessão da Assembleia Municipal de Águeda, o Senhor Presidente do Executivo da Freguesia de Águeda, será representado pelo seu substituto legal, o Vogal Nelson José Silva Alves Canas.*-----

----- *Atenciosamente.* -----

----- *A Assistente Técnica,* -----

----- *Maria do Rosário Barbosa”.* -----

----- De **Junta de Freguesia de Barrô:** -----

----- *“Assunto: Substituição na Assembleia Municipal de Águeda* -----

----- *Exmo. Sr. Presidente:* -----

----- *Serve o presente para informar que, por motivos profissionais estarei ausente do país no período de 23 a 30 de Abril de 2010, pelo que encontro-me impedido de participar nesta sessão da Assembleia Municipal.* -----

----- *No entanto, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 38º da Lei 169/99 de 18 de Setembro com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro,*

indico em minha substituição o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Barrô, Sr. Marco Aurélio da Cunha e Santos, que me representará. -----

Sem outro assunto, sou, -----

Muito atentamente. -----

W. Dias Gaio - Presidente J. F. Barro". -----

----- **Do Grupo Municipal do CDS-PP:** -----

----- *"Exmo. Senhor*

----- *Presidente da Assembleia Municipal de Águeda*

----- *Águeda, 27/04/2010*

----- *Assunto: Pagamentos não cabimentados a pessoal da CMA*

----- *Os nossos melhores cumprimentos.*

----- *No seguimento da Assembleia Municipal Extraordinária de 23 de Março de 2010 e na sequência das posições aí assumidas pelo CDS-PP, vimos informar V. Ex.^a que nos foi entretanto entregue, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Águeda, um dossier contendo elementos relativos às Auditorias que o mesmo – conforme anunciado – havia solicitado a duas entidades externas.* -----

----- *Todavia os elementos entregues eram, no nosso entender, insuficientes estavam decepados de um outro dossier seguramente mais completo e que, por quaisquer razões que desconhecemos, não foi disponibilizado ao CDS-PP.* -----

----- *Porque esses elementos – e outros não constantes dos referidos Relatórios – se nos afiguram essenciais à análise e esclarecimento da situação, vimos informar V. Ex.^a que, nesta mesma data e por e-mail, solicitámos ao Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda nos sejam fornecidos, com carácter de urgência, outros documentos para apreciação.* -----

----- *Deixamos ao critério de V. Ex.^a tomar qualquer atitude que entenda por conveniente e se mostra facilitadora da satisfação do pedido feito.* -----

----- *Renovamos os nossos cumprimentos.* -----

----- *Atentamente.* -----

----- *Eunice Pereira dos Santos Rodrigues Neto (Coordenadora do Grupo Municipal)".* -----

----- **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTAS** -----

----- **Ponto 1.1** – Acta da 1ª. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, datada de

26 de Fevereiro de 2010; -----

----- De imediato, o Senhor **Presidente de Mesa da Assembleia Municipal de Águeda**, passou ao ponto da discussão e aprovação da Acta, tendo feito a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “Neste momento, a Funcionária da Mesa da Assembleia municipal está, ainda, a terminar a Acta da Primeira Sessão Ordinária. Deste modo, durante a reunião, se for possível ela terminar, distribuiremos, então, a cópia da Acta durante a reunião e, na parte final, quando da aprovação em Minuta, iremos também pôr em aprovação a referida Acta. -----

----- Esta situação justifica-se pelo imenso trabalho que tem havido no último mês, em que nós já fizemos três Sessões Extraordinárias da Assembleia Municipal e vamos na Segunda Sessão Ordinária, ou seja, estamos com uma média superior a uma Assembleia Municipal por mês. Daí que peço a compreensão dos Senhores Deputados da Assembleia e, não há dúvidas que tenho que Felicitar o trabalho que a Funcionária da Câmara Municipal de Águeda, Olga Pereira, tem executado e cumprido ao Serviço da Mesa desta Assembleia Municipal.”-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao **Período de Intervenção do Público**, de acordo com os nºs 2, 3, 4 e 5, do Artigo 19º, do Novo Regimento aprovado nesta Assembleia, tendo-se verificando que não havia nenhuma inscrição do Público para intervir. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- De imediato, deu-se início ao **Período de Antes da Ordem do Dia**, tendo o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, concedido a palavra aos Senhores Deputados, os quais fizeram as intervenções, que a seguir se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputado, Paulo Manuel Matos Soares (PSD):** -----

----- “Uma intervenção breve, só para lembrar aquilo que não é preciso lembrar. Penso que, na última Assembleia, o Partido Social Democrata, através do seu Líder do Grupo Parlamentar, solicitou os mesmos elementos que o CDS – Partido Popular solicitou acerca da matéria relativa aos pagamentos alegadamente indevidos a Funcionários Municipais. -----

----- Eu penso que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não quero de modo nenhum que entenda isto como uma crítica, mas o que é pedido pelos Membros da Assembleia, tem que ser facultado pela Mesa. A Mesa da Assembleia tem que providenciar, no sentido desses

elementos serem facultados aos Senhores Membros da Assembleia e isso não tem acontecido. Tem que haver insistência através de e-mails. Penso que o Líder do meu Grupo Parlamentar já enviou um e-mail solicitando o fornecimento desses elementos e os elementos são tão simples quanto estes. -----

----- Os dois Inquéritos que foram instaurados por decisão do Senhor Presidente da Câmara Municipal e, cujo resultado de, pelo menos, um deles, foi até lido na Assembleia anterior e nós solicitámos que o resultado dos Inquéritos nos fosse facultado. -----

----- Lembro-me que, depois de uma intervenção posterior, eu próprio, na sequência da intervenção do CDS, solicitei que nos fossem enviados os mesmos elementos pedidos pelo CDS e, por outro lado, acrescentei, isso até está tudo escrito em Acta e penso que também não é preciso verificar, porque estamos todos de boa fé, que o que temos é que facultar os elementos que os Membros da Assembleia solicitam e uma intervenção final, foi no sentido de que todos os documentos que vão ser facultados à Inspeção Geral da Administração Local, cuja intervenção foi aprovada mediante proposta do Partido Social Democrata nesta Assembleia, devem ser-nos facultados, porque nós os solicitámos e temos direito a eles; não é sequer um pedido abusivo nem fora de tempo. -----

----- Por isso, lembrava ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que a Mesa da Assembleia tem que providenciar junto do Senhor Presidente da Câmara. Eu sei que isso, naturalmente, custa a quem não está permanentemente na actividade Camarária e o próprio Presidente da Câmara também pode ter dificuldades, porque não é ele que vai tratar disso. Alguém tem que tratar de fornecer os elementos que são solicitados pelos Grupos Municipais. ---

----- Em segundo lugar, eu queria deixar aqui uma preocupação, que não passa disso e sempre num registo de escrutínio da actividade política. Não quero que a minha intervenção seja lida como uma opinião jurídica sequer, porque naturalmente que eu não quero utilizar dessa prerrogativa no seio da actividade política. Eu sou Membro de uma Assembleia e questiono politicamente. -----

----- Houve uma reunião de Câmara que, foi submetida a deliberação do Executivo, uma Proposta, cujo assunto é “Alteração do Reposicionamento Remuneratório”. Estamos a falar de uma reunião de Câmara onde esta matéria foi submetida a deliberação do Executivo, Órgão Colegial, tendo em vista, se não li mal e, admito que possa ter lido mal, ratificar situações que

nós considerámos que podem rair o domínio da ilegalidade. -----

----- A partir do momento em que esta Assembleia deliberou, pode ser útil ou não, atendendo a que o Senhor Presidente da Câmara também referiu que já estava prevista uma intervenção e uma visita Inspectiva da Inspecção Geral da Administração Local à Câmara Municipal de Águeda, até nem foi o PSD o responsável, digamos, por essa intervenção, porque ela já estava prevista. -----

----- Portanto, estando já prevista e, estando em curso, ou estando em eminência de estar em curso, porque ninguém sabe se já, efectivamente, essa Inspecção, tem os elementos necessários para poder proceder a uma análise da situação nós não fomos informados disso, nem recebemos os Inquéritos, nem a notícia de que esses elementos já foram enviados para a Inspecção Geral da Administração Local. Não fomos informados disso e deveríamos ser, do meu ponto de vista, politicamente, não tem a ver com questões de direito. -----

----- Portanto, a partir do momento em que vai estar em curso uma actividade e, diga-se, que as Inspecções da Administração Local não são punitivas por natureza; não vem aí a polícia e as pessoas não vão presas. Não é isso que está em causa. Nós, ao contrário de outras práticas, até nem pedimos o envio desses documentos para o Ministério Público; coisa que seria, do meu ponto de vista, excessiva, atendendo à configuração que foi dada a esta situação como de “*Erro Administrativo Sanável*”, eventualmente, porque os erros Administrativos podem ser sanáveis ou não. Os Actos Administrativos podem informar de nulidades ou anulidades e podem ser sanáveis ou não. -----

----- Nesta Assembleia, nós não tivemos qualquer intervenção abusiva, qualquer intervenção que possa ser lida como persecutória como, por vezes, veio à colecção em alguns Órgãos de Comunicação Social. Não tem nada a ver com isso, tem a ver com a Actividade, que é um direito dos Membros da Assembleia Municipal, em escrutinar, politicamente, a Actividade do Executivo. É nesse registo que nós nos colocamos, sempre até ao fim nesta situação, como noutras que possam acontecer; oxalá que não aconteçam. -----

----- Não estamos minimamente interessados na política de terra queimada, nem de situações que possam fazer perigar o normal funcionamento da Câmara Municipal. Nós queremos que esta Câmara Municipal, como exemplo da Modernização Administrativa, tenha uma gestão de pessoal exemplar e é isso que nós temos visto que não tem acontecido e é isso que nós

queremos que aconteça. Isto é, a gestão de recursos humanos numa Câmara Municipal, é uma condição “*sine qua none*”, para que ela seja eficiente; para que os funcionários estejam motivados e para que a Actividade seja exercida sempre em prol do cidadão como uma Actividade profícua e útil. -----

----- Colocando-nos nesse registo, eu alertava para o seguinte: Eu não sei se o Senhor Presidente da Câmara, que agora aproveito para saudar uma nova Directora Administrativa, uma pessoa desta casa, uma jurista e que, obviamente, assim lhe seja dada essa liberdade, poderá contribuir para a melhoria desta área, que é a área da gestão do pessoal, que não tem sido muito bem acompanhada, pelo que temos visto. Não quero fazer juízo de valor. Eu funciono e nós funcionamos em função daquilo que constatamos e, muitas vezes, através dos Jornais, porque toda a gente viu como é que esse percurso deste problema aconteceu e nós tivemos sempre conhecimento disto, já o problema decorria há algum tempo. -----

----- Reportando-me à tal reunião de Câmara, foi apresenta uma proposta que foi aprovada, em que o Órgão Executivo Colegial aprova uma ratificação de situações ilegais, o que é possível na Área Administrativa, isso é possível; ratificar actos para os validar; para os tornar legais mas, vamos lá ver, desde que isso também seja legal. -----

----- A deliberação que foi tomada no Executivo para ratificar situações do passado, isto é, quem tem que repor repõe; quem não tem que repor não repõe. É preciso ver se ela é legal, porque, como diz a própria proposta que foi à Câmara Municipal, quem tinha competência para emitir um despacho pela opção gestonária e isso é assumido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal que estava na sua ideia ter essa opção mas que não a teve e que, obviamente, agora tem que tentar validar a situação, pelo menos eu li assim essa iniciativa. A competência para isso era de um Órgão Singular, que é o Senhor Presidente da Câmara e não de um Órgão Colegial, como é a Câmara Municipal. -----

----- Portanto, corremos aqui um risco; atenção que é apenas um risco e eu quero alertar para esse risco, que é dessa deliberação ser ilegal por vício de violação da Lei; por vício de ilegitimidade. O Órgão não é competente para ratificar. -----

----- Houve aqui uma mudança relativamente à Legislação que, no passado era o Senhor Presidente da Câmara que tinha que emitir esse despacho e mercê de um Decreto-Lei que saiu para adaptar às Autarquias Locais esta matéria da Gestão do Pessoal, enfim, a Avaliação de

Desempenho; o SIADP, estamos a falar de coisas simples. As pessoas, às vezes, complicam muito e isto não tem nada que saber. É a Avaliação do Desempenho para que as alterações de reposicionamento remuneratório sejam correctas, em função da Avaliação do Desempenho feitas aos Funcionários, é tão simples quanto isto e isso tem que existir nas Câmaras Municipais. Sabemos que não existe na maior parte das Câmaras do País; só existe em cento e quarenta e poucas Câmaras. -----

----- Sabemos que a Associação Nacional de Municípios já veio contra, esta semana, um diploma recente do Governo, um Projecto-Lei que vem determinar para quem não cumpre estas regras da Avaliação do Desempenho. -----

----- A Associação Nacional de Municípios veio dizer que é uma coisa peregrina; que não se podem cumprir essas regras à risca porque as Câmaras não têm condições, etc. etc. -----

----- Eu compreendo isto, mas também compreendo porque vivemos num País onde se fazem Leis que, depois, não são para cumprir; esta é que é a realidade. Vivemos num País onde se fazem Leis com normas absolutamente intrincadas e difíceis de explicar e de entender e que, depois, dão nisto. -----

----- As Câmaras Municipais não estão em condições de cumprir a Avaliação do Desempenho. Eu compreendo que não têm essas condições, mas tem que se fazer um esforço nesse sentido.

----- Há aqui esta situação que importa que haja cuidado. Eu estou a alertar para que, depois, mais tarde, não possa haver problemas porque, certamente que a Inspeção Geral da Administração Local também vai pedir esta deliberação e, se não pedir, certamente ela deve chegar à posse dessa Entidade Inspectiva, porque ela tem que aferir da legalidade desta situação, porque se estiver legal está solucionado um problema, em princípio. Quem tem que repor repõe; quem não tem que repor não repõe. Não deixamos é de ter uma situação irregular, não estou a aferir culpas de ninguém. Estou a dizer que a situação é irregular e não estamos contra que ela se torne regular. O que é preciso é que a forma adoptada para que ela se torne regular, seja, ela própria correcta e legal, porque senão é ilegalidades atrás de ilegalidades e nunca mais conseguimos pôr ordem numa coisa tão simples, que se chama "Avaliação do Desempenho" dos Funcionários Municipais de uma Câmara Municipal, que é a de Águeda. -----

----- Portanto, estamos aqui para colaborar, o PSD disponibiliza-se para ajudar a resolver este problema. O que eu estou a dizer é de boa fé, quem me conhece sabe que é assim. Se o Senhor

Presidente da Câmara precisar da minha ajuda, limitada, eu estou disponível para ajudar a resolver este problema. O que eu não posso pactuar, do ponto de vista político, nem o meu Grupo Municipal é que não pode acontecer, é que por cima de ilegalidades se cometam eventuais ilegalidades. Isso é que não pode acontecer. -----

----- A Inspeção Geral da Administração Local, como outra Entidade Inspectiva nestas áreas, tem carácter pedagógico, diz como é que as coisas se fazem para que elas estejam correctas. Ninguém fique com medo de ter a Inspeção Geral da Administração Local na Câmara Municipal de Águeda; nem do IGAT, nem de outras Entidades similares. O que é grave é quando as coisas vão para o Ministério Público. Não sendo despicienda também a ideia de que, às vezes, vão sem fundamento. O Ministério Público, às vezes, é inundado de queixas, porque vivemos num “País da Queixa” e toda a gente se dirige ao Ministério Público como se fosse a Entidade peregrina. Sabemos que não é uma Entidade, às vezes, eficaz na perseguição aos actos com relevância criminal, que deveria ser. -----

----- Deixava aqui estas duas notas e para terminar eu vou ler a última parte da proposta que foi aprovada na reunião do Executivo: “A ratificação das alterações remuneratórias, que já foram processadas, na medida em que se conforme em com o legalmente disposto, devendo corrigir-se as que se efectuaram, sem observância dos requisitos legais que lhes estão subjacentes”. Traduzindo: Quem tem que repor repõe; quem não tem que repor não repõe. Muito bem, mas é preciso é ver se a Entidade, Câmara Municipal, tinha competência para deliberar isto, porque isto era competência do Senhor Presidente da Câmara, via despacho que não foi emitido e matéria que já foi assumida por ele próprio. Não foi emitido esse despacho. Se bem me lembro, na última Assembleia até foi assumido pelo Senhor Presidente da Câmara que *“nem sabia porque não lhe foi dito pelos Serviços Municipais que era preciso emitir esse despacho”*. O Senhor vereador Jorge Almeida também assinou na ignorância de boa fé em como não sabia que era preciso esse despacho porque os Serviços não o informaram. -----

----- Portanto, temos aqui a colocação deste problema em dois mundos: Há o mundo dos funcionários – o mundo Administrativo e há o mundo dos Políticos; o mundo de quem é o responsável. A Lei diz que o primeiro responsável é o Presidente da Câmara, quer seja actividade própria dos Administrativos, quer não seja, o Senhor Presidente já assumiu aqui a responsabilidade política. Honra lhe seja feita e está assumida. O que nós queremos é que,

agora, as coisas corram bem para o futuro. -----

----- Uma nota final, embora eu não esteja muito por dentro dessa área, tem a ver com a atribuição de cinco Menções de “BOM”; quem tiver obtido cinco Menções de “BOM” tem um ponto. Isto é, não havendo Avaliação do Desempenho, há que fazer esta ponderação e quem tiver, conforme diz a proposta que foi aprovada, cinco Menções de “BOM” tem um ponto. -----

----- Eu não sou especialista nesta área, que tem a ver não só com Direito mas também com questões da Avaliação do Desempenho, que é a Gestão dos Recursos Humanos, que é uma área específica. Há gente licenciada nesta área que tem a obrigação de saber como é que isto se faz e, sobretudo, na área da Administração Pública em que as Leis são muito difíceis de interpretar, sabemos isso, mas há gente especialista nesta área. Às vezes, gastasse dinheiro em projectos, que são legítimos para o desenvolvimento de Águeda, são todos legítimos e, às vezes, não se gasta dinheiro numa consultadoria que ponha termo a isto. -----

----- Segundo me dizem, não se pode atribuir Menções de “BOM”, ou não se pode atribuir um ponto a quem tem Menções atribuídas “*had-oc*”, sem haver Avaliação do desempenho. -----

----- Eu posso estar equivocado, mas chamava a atenção e como registo final, Senhor Presidente, nós estamos disponíveis porque também estamos fartos, deixem-me que vos diga, o PSD e os Grupos Municipais que têm falado desta matéria, nomeadamente o CDS – Partido Popular que, às vezes, está muito pouco connosco, mas nós estamos com eles quando as coisas são importantes. -----

----- Deixo também uma nota que leva o Professor António Martins para memória futura, porque nós estamos convosco naquilo que é importante e vocês nem sempre estão connosco naquilo que é relevante. -----

----- Termina, dizendo que estamos disponíveis para ajudar a resolver este problema e para que as coisas comecem a correr melhor.” -----

----- Decorridas a interpelação do Senhor Deputado, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia de Águeda**, usou da palavra para prestar um esclarecimento, tendo completado a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “Tem sido minha preocupação e desta Mesa da Assembleia Municipal a questão que foi levantada, quer pelo CDS, quer pelo PSD. No entanto, as coisas apressaram-se de tal ordem,

como o Senhor Presidente da Câmara vai dizer, que eu próprio Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Águeda, já na última semana fui despejado do meu gabinete porque a equipa do IGAL já lá está. Mas, para explicar exactamente o que se está a passar, eu convido, agora, o Senhor Presidente da Câmara Municipal a usar da palavra.” -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder ao Senhor Deputado, resposta que se passa a transcrever na íntegra: -----

----- “Aquilo que eu lamento da parte do PSD é que tenha dois pesos e duas medidas; é que eu acho que já aconteceram coisas muito mais graves no Concelho, até que incidiam registo de índole criminal e, sinceramente, que nunca vos vi a convocarem uma Assembleia e a terem esse tipo de atitude.-----

----- Portanto, eu acho que não fica bem ter dois pesos e duas medidas. Acho que devemos ser sempre rectos, sejam quais forem os interventores e é isso que os Senhores esperam sempre de mim e vão ter sempre de mim, porque independentemente de quem sejam os interventores, actuo da mesma forma. -----

----- Quanto aos reposicionamentos, aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia disse, é verdade. Desde a passada sexta-feira que está cá uma Senhora Inspectora da Direcção Geral das Autarquias Locais, que me veio cumprimentar e que disse o que é que vinha fazer e eu apresentei este assunto para ser analisado por ela. -----

----- Os Serviços da Câmara Municipal estão a tentar fazer o melhor possível, no sentido de corrigir uma situação que foi feita. Mas, queremos mesmo fazer o melhor possível. Então, aquilo que vamos fazer e aquilo que dissemos já à Senhora Inspectora é que iríamos lhe levar todo o dossier para ver se aquelas acções que nós, inclusivamente, já nos propusemos a fazer, porque também consultámos juristas para fazer aquilo que fixemos e os Serviços Jurídicos da Câmara Municipal também estiveram envolvidos nessa situação. Mas, isto é terreno que temos que dizer que é movediço. Nós não temos a certeza. Há um erro que nós estamos a tentar corrigi-lo e vamos chamar as pessoas. -----

----- A Senhora Inspectora que cá está é só uma e vai-nos dizer se estamos a fazer bem ou se estamos a fazer mal e corrigi remos tudo, de acordo com as indicações que ela nos disser. Não há mais nada; para mim, neste momento, isto é simples. Há uns meses atrás foi muito complexo. Neste momento, penso que mais documento menos documento, iremos mandar

para o PSD e peço desculpa por não o termos feito. Quanto ao CDS, devo dizer que aquilo que trancámos no documento foi o nome das pessoas e quero que fique claro que apenas tirámos o nome das pessoas que irão ter processo; foi essa parte que foi trancada no documento, porque também já está nomeado o inquiridor e posso vos dizer que não sei se os Senhores já ouviram falar do Doutor Marcelo Delgado, que é um jurista, por acaso da Câmara Municipal de Chaves, que é formador de diferentes Entidades e das pessoas mais competentes na área das Autarquias. -----

----- Nós tivemos a preocupação de ir buscar alguém acima de qualquer suspeita e mais competente. Não há cá histórias a respeito disto, assim como não há outras histórias. -----

----- Agora, aquilo que eu tenho de lamentar é com a atitude do PSD, é que antes de pedir atiram a perdoada e atiram a nuvem para cima de toda a gente e para cima de mim. Somos aqui todos metidos e, talvez, o vosso novo líder., esteja na altura de aprenderem alguma coisa. –

----- Estas tecnologias de som são tecnologias do passado e que nós prevemos ter, até ao final do ano, esta sala devidamente remodelada e, nessa altura, teremos uma nova instalação de som para podermos funcionar melhor. Mas, entendemos que, neste momento, não é muito aconselhado. -----

----- Por isso, a respeito dos reposicionamentos, eu acho que já gastámos tempo suficiente com o processo. A Senhora Inspectora traz um caderno de encargos do que é que vem verificar. Contrariamente àquilo que disse o Engenheiro Hilário, esta Inspeção estava a ser agendada, tanto foi que ela apareceu cá antes de ser pedida e, como tal, trás uma série de elementos que vai analisar a respeito da gestão da Câmara e o Presidente da Câmara disse-lhe que quero que me verifique isto porque, reparem numa coisa, a partir do momento em que a Senhora Inspectora diga “isto faz-se assim”, eu cumpro e estou livre da situação porque tenho a situação resolvida. Portanto, eu não vou andar aqui a inventar ou a criar soluções ao lado; é aquilo que irei fazer, embora tenhamos com as nossas soluções, que pensamos que são as adequadas.” ---

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado, Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD)**, para formular um pedido de esclarecimentos, tendo completado a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “Em relação ao que o Senhor Presidente da Câmara disse à questão do IGAL, de estar ou não no site, eu, efectivamente, recebi a comunicação da Doutora Daniela sobre esta matéria e, desde já, agradeço. Na altura, fui ver ao site e fui depois fui ver o site da Assembleia Municipal, está na primeira página do site as Câmaras que vão ser Inspeccionadas e não estava lá a nossa

e, depois, quando abrimos mais à frente, está lá a nossa; se o Senhor Presidente for ver, mais á frente está a nossa. Eu reconheço que fui à procura na primeira página e não estava lá. Essa é a situação. -----

----- O único esclarecimento que eu queria pedir era este, porque eu não compreendi muito bem. Então, nós fazemos um Inquérito, o Senhor Presidente lê partes deste Inquérito nesta Assembleia para todo o público, falando em nomes de Funcionários que estavam no Inquérito; nomes de pessoas que estavam neste processo e agora diz que não pode entregar os Inquéritos com estes nomes, têm que ser trancados porque, enfim, não o pode fazer. -----

----- Uma coisa é o Inquérito e depois se este Inquérito dá direito ou não a procedimentos disciplinares, é uma decisão sua e do Executivo da Câmara Municipal. O facto de haver o Inquérito não tem que haver, obrigatoriamente, procedimentos disciplinares. Isto é uma decisão e essa decisão é que, depois, o Senhor Presidente não a deve comunicar, porque está em causa o procedimento disciplinar. O Inquérito tem que o entregar exactamente como é, porque não vamos agora andar lá a riscar nomes ou números ou o quer que seja, penso eu. Mas, efectivamente, lamentamos é não o ter recebido, mas isso é a vida e também já sabíamos que isto ia acontecer.”-----

----- Decorrida a intervenção do Deputado, Hilário Manuel Ferreira dos Santos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder ao Senhor Deputado, resposta que se passa a transcrever na íntegra: -----

----- “O Inquérito traz conclusões e aponta determinados processos disciplinares. A única coisa que foi retirado foi quais são os Funcionários que aponta para processo disciplinar. Foi isto que eu disse aqui na Sessão em que abordámos esse assunto e estou a reiterar de novo e também queria esclarecê-lo que é uma competência do Presidente da Câmara, não da Autarquia, mandar instaurar ou não esses procedimentos disciplinares, na sequência do Inquérito.” -----

----- Portanto, a única coisa que fizemos foi tirar esses nomes, porque ainda as pessoas não tinham tido conhecimento que iriam ser submetidas a processos disciplinar e saber isso por outras fontes que não directamente pela Autarquia, nós não considerámos isso correcto.” -----

----- **Representante da Junta de Freguesia de Barrô – Marco Aurélio da Cunha e Santos (PSD):** -----

----- “Eu venho aqui em representação da Junta de Freguesia de Barro para promover um bocadinho a Freguesia. Nós vamos entrar no mês de Maio, que é o mês chamado que se realiza um evento cultural, desportivo e social, que fazemos ao longo do mês e aproveito esta Sessão para, desde já, convidar todos os Membros da Assembleia e do Executivo Municipal a participarem nas várias actividades que estão para o evento. -----

----- A minha intervenção era apenas para fazer o convite, pelo que agradeço a vossa atenção. “

----- **Deputada, Joana Cristina Correia dos Santos (PSD):** -----

----- “Eu vou ser breve e a minha vinda aqui tem a ver com as barreiras arquitectónicas. O Decreto-Lei número cento e sessenta e três barra dois mil e seis, teve como objectivo definir as condições de acessibilidade na construção dos edifícios. Neste Decreto-Lei são definidas as normas técnicas que todos os edifícios, equipamentos e infra-estruturas devem ter. -----

----- As barreiras arquitectónicas para os deficientes é um assunto delicado e uma vez que estamos a falar agora na reorganização urbana, é fundamental tratar estas barreiras. -----

----- Em Águeda, as pessoas com deficiências motoras têm imensos problemas e eu passo a citar alguns: as passeadeiras com degraus e com cavidades, por exemplo, na Avenida Doutor Eugénio Ribeiro; na Rua José Sucena; aqui nestas que recentemente foram feitas ao pé do São Sebastião, têm um degrau elevadíssimo; os buracos e mais buracos que se encontram ao longo de todos os passeios da Cidade de Águeda, que torna muito complicada e difícil a movimentação de cadeiras de rodas; os passeios adjacentes às vias principais distribuidoras não têm largura exigida por Lei, que é um vírgula cinco metros; existem poucos lugares de estacionamento e não estão devidamente sinalizados; os locais de atendimento e auto-atendimento público não estão acessíveis e muitos deles não têm as alturas que também estão previstas no Decreto-Lei. -----

----- Outro aspecto que também dou nota e, corrijam-me se estou errada; é o facto de termos aqui a situação do Tribunal. Eu penso que existe uma entrada lateral mas, que não está devidamente sinalizada. Eu já conheço uma situação de uma Senhora idosa que caiu das escadas, porque não conhecia. Portanto, é importante também terem atenção esse pormenor e acima de tudo, quando nós estamos a falar de uma Cidade Moderna, que é o principal objectivo do Senhor Presidente da Câmara, pelo que é fundamental falar nas barreiras arquitectónicas. ----

----- Deve ser feito um estudo das infra-estruturas da Cidade, com o reconhecimento específico e particular de todas as barreiras que existem para propor uma rápida resolução. Eu questiono o

que é que vai ser feito e quais os prazos de implementação? -----

----- Outro aspecto, que não tem a ver com as barreiras arquitectónicas, mas que tem a ver com a entrega da documentação para as Sessões da Assembleia. Nós tivemos algumas dificuldades na impressão da documentação, que foi rapidamente resolvido quando solicitámos as cópias mas, e dou nota que a Assembleia é extremamente extensa e com muita documentação e que de sexta-feira para hoje não é um tempo suficiente para analisar pontos tão relevantes que vão ser discutidos nesta Assembleia.” -----

----- **Deputado, António Manuel Fernandes Martins (CDS):** -----

----- “Eu agradeço ao Doutor Paulo Matos a disponibilidade pública que aqui expressou para colaborar com o CDS, o que nós agradecemos e registamos e vamos ter em conta no futuro. Se bem que eu deva também dizer que o CDS sempre procurou pautar a sua intervenção; às vezes também temos falhas, pelo relacionamento correcto e transversal com qualquer força política aqui dentro, quer com Independentes, quer com o PSD, quer com o PS e quando intervimos e quando analisamos as questões, procuramos sempre, na medida do possível, a nossa postura seja de rigor, quer relativamente aos factos, às situações; quer também às pessoas e não posso deixar de referir que temos sempre a sensibilidade para isso. De qualquer das formas eu registei, agradecemos e, no futuro, teremos isso em conta como, aliás, penso que também estão disponíveis o Partido Socialista e os Senhores Deputados Independentes. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a primeira questão que eu queria colocar refere-se aqui a uma ou duas Sessões atrás em que eu tinha pedido para o Senhor Presidente providenciar no sentido de entre os Membros Representantes desta Assembleia na Assembleia Geral do CIRA, ser nomeado alguém que, depois, possa transmitir nesta Assembleia aquilo que se passa lá, para conhecimento. -----

----- No fundo, os cinco Membros desta Assembleia que lá estão são, parece-me a mim, Representantes da Assembleia Municipal. Portanto, acho que seria útil para toda a gente saber o que lá se discute, quais são as matérias e que alguém ficasse oficialmente instruído para transmitir a esta Assembleia sobre as matérias da Ordem de Trabalhos e as conclusões do CIRA. -----

----- Queria também dizer ao Senhor Presidente da Assembleia que, da forma que julgue mais adequada, providencie no futuro no sentido de os Grupos Municipais ficarem divididos nesta

Assembleia. Primeiro, fundamentalmente por uma questão de operacionalidade e depois também porque eu começo a ficar preocupado com a artrose do Manuel Farias, que põe o computador em cima das pernas, mas nós também gostaríamos de utilizar o PC e ter um local fixo e certo para o poder utilizar, sem ter que estar com ele em cima das pernas. -----

----- Eu já ouvi há bocado o Senhor Presidente da Câmara dizer que ia providenciar no sentido de alterar um bocadinho esta sala mas, era útil, penso eu, em termos operacionais, que no futuro pudesse haver uma divisão geográfica nesta Assembleia, o que proporcionaria que nós pudéssemos utilizar alguns meios que assim, às vezes, nalguns sítios e saltando de um lado para o outro, não conseguimos. -----

----- Relativamente à questão que aqui já tanto se falou sobre o problema dos Inquéritos, eu devo dizer o seguinte: O CDS teve nesta Assembleia uma postura diferente do PSD, ou seja, o CDS entendeu que tinha algumas competências pessoais ao nível dos seus Membros e algumas capacidades para analisar a documentação; para ler documentação e para fazer interpretação daquilo que, eventualmente, se teria passado e que poderia ajudar a resolver o problema ao nível interno. Por isso, nós votámos contra a proposta, na altura do PSD, de remeter isto para o IGAL. -----

----- Na sequência disso, para fazer esse trabalho, necessitámos de elementos. O Senhor Presidente da Câmara fez o favor de nos entregar determinado tipo de elementos, que são absolutamente inconclusivos relativamente a montes de coisas. A única coisa que lá está de conclusivo é um mapa onde se identifica quem recebeu, quem deveria ter recebido e quem não deveria ter recebido, nada mais. -----

----- Portanto, o que está aqui em análise não é propriamente o mapa, é também o modo esfusante de toda esta questão, sem estar a querer crucificar rigorosamente ninguém, mas queremos analisar como é que se passou e o que é que se passou. -----

----- Eu devo discordar do Senhor Presidente da Câmara relativamente à situação da confidencialidade dos nomes dos Funcionários. Na minha modesta interpretação, os Funcionários do Município não são Funcionários do Senhor Presidente, são Funcionários do Município. O Município tem o Órgão Inspectivo, que é a Assembleia Municipal. Acho que ninguém nesta Assembleia tem o mau carácter e formação tão baixa, que pretenda os elementos para denegrir. -----

----- Por outro lado, o facto do Senhor Presidente não transmitir a esta Assembleia os nomes das pessoas que o Senhor vai suggestionar ou suggestionou para Inquéritos ou para processos disciplinares, não impede que passado uma hora de o Senhor o fazer metade de Águeda possa saber, porque hoje, quer com as novas tecnologias da Câmara, quer com as amizades universais que todos nós temos, é óbvio que toda a gente vai saber quem é que está sujeito a processo disciplinar e depois, se calhar, toda a gente vai saber o conteúdo do mesmo processo.

----- Portanto, Senhor Presidente, não vale a pena tapar o sol com a peneira. As pessoas têm dignidade; o CDS tem e terá sempre um cuidado muito especial, quer com a personalidade das pessoas, quer com a sua imagem profissional, quer com a sua imagem particularmente pessoal e da vida privada e portanto, a única coisa que nós queremos é investigar por nós próprios e averiguar. Para isso precisamos de elementos e de elementos que permitam essa análise. -----

----- Ora, aquilo que o Senhor Presidente mandou de folhas da página x à página não sei quantos, cortando depois, inclusivamente, as conclusões de um dos auditores, não permite rigorosamente que o Senhor Presidente leia nada como o Senhor compreenderá. O Senhor inverta os papeis, coloque-me a mim no lugar de Presidente da Câmara, que eu não lho quero usurpar, ponha-se a si no meu lugar, receba os papeis que o Senhor deu ao CDS e, depois, diga se o Senhor fica satisfeito. Se consegue com aquilo que deu fazer alguma coisa, porque não consegue. Aquilo que aqui se quer é com um certo rigor e transparência, frontalidade de procedimentos, inquirir, investigar e analisar. -----

----- Deste modo, entregámos hoje ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que entendemos que, por uma questão de hierarquia, deve tomar conhecimento do que os Grupos Municipais fazem, porque ele é o Presidente da Assembleia Municipal, uma cópia daquilo que tivemos o cuidado de pedir ao Senhor Presidente que nos forneça, em complemento àquilo que já nos forneceu. -----

----- Ficamos à espera, repito, com o sentido da responsabilidade de um Grupo Municipal que entende que tendo nós a nossa própria dignidade, respeitaremos sempre em primeiro lugar e antes de tudo, a dignidade seja de quem for que tenha cometido qualquer tipo de erro no exercício das suas funções.” -----

----- **Deputado, José Carlos Raposo Marques Vidal – (PS):** -----

----- “ A minha vinda aqui prende-se primeiro para dizer que dei por bem empregar o tempo cedido pelo PS, porque os dois temas abordados foram interessantes. O “*Estás em Barro Mexe-te*” é um evento que já foi aqui abordado desde há muitos anos, que eu acho que como exemplo de comunhão e de princípios de ligação de Associativismo, não temos que fazer cinquenta acções, temos que fazer três ou quatro acções boas e o “*Estás em Barro Mexe-te*” foi um dos primeiros e acho que deve ser defendido o método e deve desenvolver-se. -----

----- Quanto à questão das barreiras arquitectónicas, dou os parabéns à Deputada Joana, porque é importante que não se esqueça no meio desta voragem de obras, alguns dos princípios que, às vezes, são pequeninos mas que fazem toda a diferença. -----

----- Também faz toda a diferença a actuação deste Executivo, que era onde eu queria chegar. Falou aqui o Doutor Paulo Matos na questão da política, na questão jurídica e na questão técnica, é fácil. Temos que ver que houve erros jurídicos; temos que ver que houve erros técnicos, mas nunca existiu aqui um erro político e não há erro político quando o político actua com os dados que tem. O Senhor Presidente da Câmara ao perceber-se que houve erros jurídicos e técnicos fez a actuação política correcta, que era averiguar e a seguir levantar os respectivos Inquéritos para poder tomar decisões. -----

----- Quanto às decisões, elas irão ser tomadas em conformidade com os princípios legais e o PS está preocupado com a outra parte. A política é sempre a forma da solução, nunca será para mim problema. -----

----- A parte política que o PS vem aqui defender e ter em atenção com o Senhor Presidente, o Executivo e quem tem responsabilidades neste assunto, que tenha em atenção, quase uma atenção individual com as reposições, porque é diferente uma pessoa que ganha mil euros devolver mil euros ou uma pessoa que ganha quinhentos euros devolver mil euros e, certamente, as devoluções poderão criar algumas situações de uma vida difícil que já é. -----

----- Portanto, eu peço ao Executivo que tenha a sensibilidade na devolução do dinheiro, que é de todos nós e tem que ser devolvido a esta Câmara; tenha essa ligeira sensibilidade de criar as melhores condições para que não existam situações mais traumáticas do que aquelas que já estão a ocorrer. -----

----- É este o princípio da política; foi isto que o Senhor Presidente da Câmara fez e bem; é isto

o assumir a parte política, isto é, arranjar a solução. -----

----- Em relação ao que o Doutor Paulo Matos falou na parte final da sua intervenção, na questão da legalidade das questões jurídicas, é um ponto que eu já falei ao Senhor Presidente da Câmara, em conversas particulares com outras pessoas. É uma questão jurídica que eu acho que deve ser resolvida; é uma boa oportunidade estar cá o IGAL para lhe colocar esta questão. O Senhor Presidente já a pôs, mais uma vez, uma boa actuação política. Portanto, não há erros políticos neste processo; houve erros administrativos; técnicos e jurídicos. Os políticos que levam à resolução da situação e os políticos que levam à transparência dos actos públicos foram assumidos e dignamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e pelo Executivo. -----

----- Para o PS esta situação está terminada; pretendemos sempre esclarecer tudo aquilo que o PSD não compreendia; viemos à outra Assembleia, não nos opusemos à aprovação do envio para o IGAL. Nós estávamos esclarecidos, eles não estavam. A questão da Fiscalização e da Inspeção é uma coisa que se põe aqui. A Fiscalização é um poder da Assembleia e a Inspeção em si não; isto aqui vem da Administração Pública; são actos diferenciados, mas são questões mais jurídicas. A questão política está resolvida; nós estamos aqui para resolver com a política e a bem de todos.” -----

----- Decorridas as interpelações dos Senhores Deputados, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda**, usou da palavra para prestar um esclarecimento, tendo completado a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “Não havendo não há mais inscritos para intervir, utilizo este tempo para referir e dar seguimento à petição que me foi feita aqui oralmente. -----

----- Os Representantes desta Assembleia Municipal no CIRA, são os Senhores Deputados: Manuel Farias; Carlos Guerra; José Vidal; Paulo Matos e Antunes de Almeida.-----

----- Eu pedia que destes Deputados após reunidos, me indicassem, até ao fim da Sessão, qual é aquele que vai ficar responsável para fazer aqui o relatório da reunião do CIRA, uma vez que esta Lista foi encontrada em proposta conjunta.”-----

----- Decorridas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder aos intervenientes, resposta essa que se transcreve na íntegra: -----

----- “Começava por dizer que a opção mais fácil era ter dito logo, quando tomei conhecimento,

que devolve toda a gente o dinheiro e estava tudo resolvido. Mas, houve situações de pessoas e, eu estou preocupado com aqueles que efectivamente ganham pouco, que confiaram nos Serviços e utilizaram o dinheiro. Eu sei perfeitamente que ao rigor da Lei eles não o podiam ter feito, mas quantos de vós que estão aqui conferem exactamente o recibo para ver se está tudo de acordo?” -----

----- É que há aqui uma boa fé que tem que ser mantida e aquilo que está falado com os trabalhadores desta casa, com quem reuni várias vezes, é que não será retirada qualquer quantia do seu vencimento, antes de termos uma conversa com eles e explicarmos a situação, Aquilo que estamos a fazer é regularizar todas estas situações. -----

----- Quanto ao senhor Doutor Martins, obviamente que foi uma brincadeira. Eu não procuro saber qual é a cor política das pessoas para escolher; os meus objectivos são outros. Eu acho que para fazer política estou cá eu. Depois, eu gosto é de ter pessoal a trabalhar comigo que seja competente, porque assim permitem-me fazer política. Se eu tiver pessoas incompetentes a trabalhar comigo, eu não tenho possibilidades de fazer política; ando é a tapar buracos que eles me criam. -----

----- Há aqui uma discordância, porque eu acho que a Assembleia Municipal não é um Órgão Inspectivo, é um Órgão de acompanhamento. -----

----- Quanto à intervenção feita pela Joana Santos, concordo inteiramente com aquilo que disse e estão previstas algumas intervenções, no sentido de melhorar. -----

----- Uma das coisas que se passa é que nós temos uma tradição muito grande, em ternos de *Calçada à Portuguesa* e *Calçada à Portuguesa* é muito má para toda a gente; estamos muito habituados, mas não é confortável para andar; os deficientes e os mais idosos têm muitas dificuldades. -----

----- Agora, eu acho que nós não estamos em condições de a banir toda, mas temos de criar condições para que haja melhores acessibilidades em Águeda. Mas nós temos logo uma dificuldade, que tem a ver com a orografia que, da baixa até aqui, os deis por cento não se cumpre em lado nenhum. Os termos legais não se cumprem em lado nenhum e também se verifica facilmente que muitas Entidades Públicas, por exemplo as caixas de multibanco, eu acho que não conheço nenhuma em Águeda que cumpra a acessibilidade para quem tenha uma carreira de rodas. Uma caixa de multibanco é um Serviço Público e uma pessoa que tem uma

cadeira de rodas precisa de lá chagar. -----

----- Quanto ao Tribunal, teve obras, eu sei que fizeram um acesso por trás, é capaz é de não estar bem sinalizado, mas também o problema disto é como é que chega ao Tribunal? Ou vai-se de cima ou então de baixo para cima; é difícilimo chegar ao tribunal com uma cadeira de rodas. -

----- Nas intervenções efectuados no São Sebastião, temos um problema para resolver, porque o piso é para levantar e então aí já se entra bem. -----

----- Nós estamos atentos a essa situação das acessibilidades e estão várias intervenções previstas neste momento, aquilo que nós temos e é uma das recomendações que eu tenho dados aos técnicos, é que nós estamos a pôr pistas de cicláveis e depois se pusermos pedrinha ao lado, as pessoas vão andar todas na pista ciclável e os ciclistas não têm sítio para andar. Vamos ter de arranjar pavimentos que sejam confortáveis para as pessoas poderem andar e, obviamente, que estamos a tentar alargar o corte das rampas, dos passeios e maiores acessibilidades.”-----

----- **ACTA EM MINUTA** -----

----- De seguida, e não havendo lugar a qualquer outra intervenção, foi solicitado pelo **Presidente da Câmara Municipal**, que seja elaborada uma **Acta em Minuta** e aprovada no final da Sessão. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Seguidamente, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda**, deu início ao **Período da Ordem do Dia**, usando da palavra nos termos que se transcrevem na íntegra: -----

----- “Na abertura do Período da Ordem do Dia, temos uma Proposta que foi aqui apresentada à Mesa da Assembleia pelo Grupo Municipal do PS, que passo a ler: -----

----- “Tendo em conta a extensão da Ordem de Trabalhos da Sessão de hoje e considerando a preponderância dos assuntos tratados ou a colocar à discussão e votação desta Assembleia, propomos que os pontos designados como pontos três ponto oito; três ponto sete e três ponto seis, passam a ser os primeiros a serem discutidos por esta ordem. -----

O Grupo Municipal Socialista: José Marques Vidal; Carla Tavares e Carlos Guerra.” -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda, concedeu a palavra aos Senhores Deputados da Assembleia, que fizeram as seguintes

intervenções, que se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputada Nair Barreto Carvalho Alves da Silva (PSD):** -----

----- “Nós, em princípio, estamos de acordo com a proposta do PS; nós também viríamos aqui fazer esse pedido de alteração, já que estão diplomas muito importantes para serem analisados e são muitos e nós gostamos de discutir as questões de Águeda com atenção, com concentração e com capacidade de discernimento. -----

----- Temos consciência que a extensão dos documentos apresentados pressupõe que tenhamos tempo para os discutir e analisar em profundidade e aprovar cada um dos diplomas. Só que gostaríamos de acrescentar que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal definisse um tempo limite para esta Assembleia; já que é uma Assembleia que está a ser feita num dia de semana, numa terça-feira e há muitas pessoas que pertencem à Assembleia que amanhã às oito horas vão ter que estar a trabalhar. Pelo que gostaríamos de acrescentar mais esse ponto para definir um tempo limite para a Assembleia de hoje, podendo continuar a discussão dos outros pontos numa outra reunião, dando continuidade noutro dia.” -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda**, usou da palavra, tendo completado a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “Relativamente à questão colocada, eu sou o Presidente da Assembleia Municipal, estou disponível para aquilo que a Assembleia quiser decidir. No entanto, também posso contrapor; há meia-noite veremos o ponto que estamos a discutir, terminado esse ponto é encerrada a Sessão. Mas, temos que tomar aqui decisão do próximo dia para a continuação da Assembleia nos próximos cinco dias. -----

----- Posso dizer que amanhã à noite há Assembleia Distrital, onde eu vou estar presente; na quinta-feira há reunião do CIRA. Logo, esta Assembleia, se necessário, tem que continuar antes do final do mês de Abril. Portanto, na sexta-feira, dia trinta de Abril. Fica já marcada a continuação para as vinte e uma horas de sexta-feira, dia trinta de Abril, se for necessário.” -----

----- **Deputado Manuel Antunes de Almeida (PSD):** -----

----- “Relativamente a esta proposta do Grupo Municipal do PS, que nós também tínhamos pensado mas não formalizámos por escrito junto da Mesa, isto tem um pouco a ver exactamente com a extensão desta reunião. -----

----- Naturalmente que, do meu ponto de vista, a questão fundamental, já é um pouco tardia, o

Plano e o Orçamento, há-de com certeza levantar algumas questões na sua discussão. -----

----- Há aqui pontos que ou se quer passar por eles pela rama, sem ninguém discutir nada, essa é a minha questão. Há aqui três pontos que são: Matriz Energética de Águeda; Estudo sobre Sustentabilidade de Águeda e Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que eu não gostaria que isso fosse assim à balda ou à azul; uma coisa simples, sem interesse nenhum; isto não vale nada e íamos todos embora. -----

----- Eu não estou a falar em nome do Grupo Municipal, estou a falar como cidadão e como cidadão penso que, efectivamente, carregar esta agenda forma, não permite que a Assembleia se debruçou sobre questões que consideramos de alguma importância, que o Senhor Presidente colocou na agenda e que pode, eventualmente, não haver tempo útil para discutir hoje. Embora não me apeteça nada vir cá na sexta-feira e julgo até que as Assembleias seguidas são gastos do Município. -----

----- Agora, a verdade é que não podemos passar por cima, porque há aqui coisas que são fundamentais e coisas que são acessórias. -----

----- Por isso, eu estou de acordo com o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Há meia-noite veremos, vamos ver se temos a capacidade de discutir de uma forma completa e rápida, mas com objectividade para termos tempo; se não tivermos temos que decidir.” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD):** -----

----- “Não sei se o Partido Socialista aceitará isto penso que passou por cima do ponto três ponto um, que são as Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Eu acho que deveria ser o ponto três ponto um e depois a ordem que o Partido Socialista fez, porque eu penso que as informações faz todo o sentido serem aqui discutidas nesta Assembleia e depois, seguir a ordem que apresentaram.” -----

----- **Deputada Carla Eliana da Costa Tavares (PS):** -----

----- “Eu apenas queria reiterar aquilo que já foi dito pelo nosso Presidente da Assembleia Municipal, que me parece ser uma boa solução, há meia-noite veríamos em que estado é que estavam os trabalhos e depois veríamos quando a marcação da continuação da nova Sessão, que poderá ou não ser dia trinta, porque eu penso que os únicos pontos que necessitam e carecem de serem apreciados até dia trinta de Abril são estes que foram agora falados, pelo que agradecia que o Senhor Presidente nos informasse se assim é. “-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, tendo completado a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu não sou jurista, mas aquilo que me parece é que a obrigação legal é da Câmara enviar antes do dia trinta para discussão. Se tiver de ser adiado o ponto, está cumprida a legalidade por parte da Autarquia, não houve tempo e passou para uma Sessão seguinte, mas não sei se a Doutora Ana Cristina concorda com esta minha interpretação; parece que sim e então, é isso que se vai fazer.” -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda**, usou da palavra, tendo completado a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “Então, pela meia-noite vamos tomar a decisão que melhor entendermos. Como do Grupo Municipal do Partido Socialista não está, de momento, o José Marques Vidal, pergunto aos presentes qual a resposta do Grupo Municipal do Partido Socialista.” -----

----- **Deputado Manuel Augusto de Almeida Farias (PS):** -----

----- “Naturalmente que a proposta que o Partido Socialista apresentou era no sentido de hierarquizar a importância, numa lógica perfeita de bom senso e até independentemente de questões de cumprir ou não cumprir prazos legais e o ponto das Informações é importante, como são os outros pontos que estão na Ordem de Trabalhos. -----

----- No nosso entender a hierarquização na ordem de importância é dedicarmos o nosso melhor nesta Sessão à prestação das Informações mais relevantes que são as do fecho do exercício de 2009, seguindo o Plano de Actividades e Orçamento para 2010. É esta a nossa proposta que nós queremos manter.” -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia de Águeda**, colocou à votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, de transformar o ponto três ponto oito no ponto três ponto um; o ponto três ponto sete no ponto três ponto dois e o ponto três ponto seis no ponto três ponto três, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou, por **MAIORIA**, com oito abstenções, sendo seis do Grupo Municipal do PSD e dois do Grupo Municipal do CDS aprovar a Proposta do Grupo Municipal do PS. -----

----- Seguidamente, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, deu início à análise dos assuntos agendados para esta Sessão: -----

----- **Ponto ..3.1 – Discussão e Votação sobre a Proposta do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva Avaliação**, e ainda dos documentos de **Prestação de Contas, referentes ao ano de 2009**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea c), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Para uma primeira intervenção sobre o ponto três ponto oito da **Ordem do Dia**, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD)**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha primeira questão é sobre se nós temos que votar a Prestação de Contas, porque a impressão que eu tinha é que nós só teríamos que apreciar a Votação de Contas. Efectivamente não tive oportunidade de verificar isto ao nível da Lei mas, pelo menos, penso eu que tem sido esta a nossa prática recente e penso que nós só teríamos que apreciar a Prestação de Contas e não teríamos que Votar a Prestação de Contas. É a minha opinião, posso estar enganado, pelo que peço ajuda nesta matéria. -----

----- Em relação ao Inventário e tudo o mais, não me vou pronunciar, vou-me pronunciar sobre a Prestação de Contas, aonde vou fazer uma apreciação breve e rápida à mesma. -----

----- Vou passar rapidamente por duas áreas: por uma área de gestão e por uma área política. Eu tenho dito, várias vezes, que entendo que a forma como os nossos Orçamentos são elaborados, devem ser alterados. -----

----- Os nossos Orçamentos que, depois mais à frente, vão originar o que hoje vamos ouvir sobre a Prestação de Contas, são Orçamentos que já há muitos anos estão completamente errados. Hoje, existem outros instrumentos para podermos trabalhar e eu penso que nós temos que melhorar neste processo. -----

----- Não é possível uma Câmara Municipal ter um Orçamento de cinquenta e seis milhões de euros e executar vinte e sete milhões e tal. Basicamente não são Orçamentos; são elencares de obras e não é possível esta forma de trabalhar. -----

----- Nós, se olharmos para a nossa Prestação de Contas, temos no nosso Plano Plurianual de Investimentos, que é aquilo que são os Investimentos que a Câmara faz, uma realização de quinze vírgula nove por cento. Quinze por cento da realização ao nível dos Investimentos. Para que é que serve um Orçamento desta matéria? Esta realização é uma realização muito baixa. Eu

vou simplesmente fazer algumas comparações dos anos dois mil e sete – dois mil e nove, para não estarem a dizer que estou a comparar com o último ano. -----

----- Em dois mil e nove, no Plano Plurianual de Investimentos, nós realizámos três milhões oitocentos e noventa e sete mil euros de Investimento; em dois mil e sete realizámos seis milhões cento e cinquenta e oito mil euros de Investimento. Estamos a falar de uma redução, ao nível do Investimento, superior a dois milhões de euros; não é no total dos dois anos, se formos comparar anos homólogos . Estamos a falar de uma redução ao nível do Investimento de trinta e sete por cento. -----

----- Para que interessa estarmos a prever um Investimento como foi previsto de vinte e quatro milhões de euros, para realizarmos três milhões e novecentos? Isto não tem interesse nenhum mas é, efectivamente, os dados que temos aqui. -----

----- Como primeira conclusão ao nível do Investimento, ficamos muito aquém; o próprio Senhor Presidente reconhece isto no relatório de gestão; diz que ao nível de projectos lançados consegue uma percentagem superior de cerca de sessenta e quatro por cento, penso eu que lá está mas, efectivamente, estamos muito longe daquilo que deverá ser uma boa percentagem de execução ao nível dos Investimentos. -----

----- Aquilo que nós temos dito é que há uma diminuição que tem havido no último ano do endividamento da Câmara. Nestes anos a Câmara endividou-se em mais um milhão de euros, mas não importa, já iremos a essa parte, mas tem havido, ao longo dos anos, uma diminuição de endividamento, mas o nosso Investimento tem caído brutaemente. Obviamente que caindo brutaemente, também estamos sempre a adiar o nosso futuro. -----

----- Temos aqui um problema, que eu penso que é importante termos isto em atenção. A nossa despesa corrente tem subido a pique: Se formos a dois mil e sete, a nossa despesa corrente era de quinze milhões quatrocentos e vinte e dois mil euros; se formos a dois mil e nove, é de vinte e um milhões seiscentos e vinte e seis mil euros. A nossa despesa corrente subiu seis milhões e cem mil euros; não é nos dois anos; é comparando dois mil e sete com dois mil e nove, mais quarenta por cento. -----

----- Senhor Presidente, nós sabemos que entraram os elementos do Ministério da Educação, mas é uma opção que o Senhor tomou e que nós criticamos porque, efectivamente, como o Senhor Presidente diz no seu próprio relatório, está a pesar nas contas da Câmara; como pesou

nas contas da Câmara esta opção gestonária que o Senhor tomou, que também o diz. Mas o que é certo é que a nossa despesa corrente tem crescido e mais à frente iremos ver o que origina este crescimento na nossa despesa corrente. -----

----- É óbvio, acabamos de falar na despesa corrente. Vamos aos custos com o pessoal. Os nossos custos com o pessoal, comparativamente entre dois mil e sete e dois mil e nove, tem simplesmente isto: No ano passado tivemos de custos com o pessoal, nove milhões e quarenta mil euros; em dois mil e sete tínhamos seis milhões e quatrocentos mil euros de custos com pessoal. Posso vos dizer que em dois mil e cinco tínhamos cinco milhões e trezentos mil euros de custos com pessoal. -----

----- Temos um agravamento enorme de custos com pessoal. Nós sabemos, Senhor Presidente, que tem a ver com as decisões que o Senhor tomou de integrar os SMAS e integrar as pessoas do Ministério da Educação. Tem a ver com as decisões que o senhor Presidente tomou de ratificar decisões por via da opção gestonária que, obviamente, depois tem aqui os seus efeitos.

----- Senhor Presidente, sobre esta matéria deixe-me dizer-lhe uma coisa, o que está em causa na opção gestonária é a legalidade, não é o facilitar as coisas. Aquilo que nós temos alertado é para a legalidade dos actos. Iremos falar ainda mais sobre isto hoje, porque há-de vir a seguir o ponto do Plano de Actividades e do Orçamento e iremos falar sobre esta matéria, porque eu acho que o Senhor Presidente ainda não percebeu o que nós queremos dizer sobre isto. -----

----- Ao nível dos custos com o pessoal temos, efectivamente, um crescimento enorme, basta que se compare. Eu comparei dois mil e sete com dois mil e nove, mas dois mil e oito com dois mil e nove, os custos com o pessoal aumentaram em dois milhões de euros; tem a ver com a decisão do Ministério da Educação. Mas, estamos a aumentar os nossos custos e irão ver, mais à frente, o que eu quero dizer com isto e ao nível da receita, discutimos aqui, várias vezes, sobre a questão do IMI. Entendemos que, num momento de dificuldade, o Município deve olhar para os seus Municípios. -----

----- Sabem, de dois mil e oito para dois mil e nove, o total de impostos e taxas que a Câmara arrecadou foi só mais um milhão de euros. Crescemos em impostos e taxas um milhão e noventa e três mil euros; recebemos, este ano, oito milhões e novecentos. Tínhamos recebido em dois mil e oito, sete milhões e oitocentos. De dois mil e sete para dois mil e nove, o diferencial é um milhão e meio; são mais vinte por cento. Vejam, num momento de aperto, em termos nacionais,

de grande crise, nós no nosso Município arrecadamos mais um milhão de euros em impostos e taxas. Quem é que o está a pagar? Somos nós, Senhor Presidente. Por isso, dissemos que há espaço para reduzir. Eu sei que isto é complicado, mas há espaço para reduzir. -----

----- Este ano temos um resultado líquido negativo, pelo que o Senhor Presidente da Câmara, mais á frente, explicará as razões e vamos a elas. Em dois mil e oito o nosso resultado da Câmara, foi num milhão trezentos e quarenta e cinco mil euros. Este ano é um resultado líquido de cento e vinte mil euros negativos. Não nos podemos esquecer que no ano passado tomámos uma decisão em que basicamente havia uma espécie de um perdão, não é um perdão mas aquela história da dívida da SIMRIA de um milhão de euros, que então foi como uma espécie de um proveito extraordinário. Portanto, retirando este milhão de euros, que afectou positivamente o resultado do ano passado de um milhão de euros, vamos retirá-lo porque isto não tem nada a ver uma coisa com a outra, ele apareceu na despesa no anterior e no ano seguinte apareceu como um proveito. -----

----- Mesmo retirando este milhão de euros, de dois e oito para dois mil e nove, há uma diferença, de quatrocentos e sessenta e cinco mil euros negativos. Perdemos quatrocentos e sessenta e cinco mil euros de dois mil e oito para dois mil e nove; quando tivemos uma receita, só em impostos e taxas, superior em mais um milhão e noventa mil euros. E o Senhor Presidente refere-se à justificação disto dizendo na página dezassete, do seu relatório, o seguinte: *“Este resultado deve-se, por um lado, ao aumento dos custos com o pessoal e por outro à diminuição das vendas e serviços”* E então, depois diz o que é que tem a ver com os custos com o pessoal: actualização das remunerações de acordo com o índice da função pública; assinatura do protocolo com o Ministério da Educação, onde a Autarquia a partir de um de Janeiro de dois mil e nove passa a ser responsável e com base na Lei doze A, foi efectuado o processamento do reposicionamento remuneratório no mês de Novembro de dois mil e nove. Isto é o reposicionamento remuneratório; aquilo que nós já falámos e temos vindo a falar sobre esta matéria. -----

----- Diz também o Senhor Presidente na sua análise, na página seguinte: *“Uma análise igualmente importante é a da relação entre as receitas correntes e as despesas correntes”*. O que é que isto é? Esta relação é que nos vai permitir disponibilizar verbas para Investimentos; quanto melhor e mais positiva for esta relação, mais dinheiro tem a Câmara disponível para fazer

os seus Investimentos e as suas obras. -----

----- Ora bem, esta relação temos, no ano de dois mil e nove, um resultado líquido de dois milhões cento e vinte e seis mil e novecentos e cinquenta e nove euros. Portanto, a receita corrente foi de vinte e três milhões; a despesa corrente foi de vinte e um milhões; em dois mil e nove libertamos dois milhões cento e vinte e seis. -----

----- No ano anterior, em dois mil e oito, tínhamos libertado dois milhões e seiscentos mil euros. Quer dizer que, por via das nossas opções que tivemos nesta Câmara e que estão atrás referidas, perdemos quinhentos mil euros disponíveis para poder fazer Investimentos. -----

----- Se formos comparar com o ano de dois mil e sete, esta diferença é uma diferença de quatro milhões quinhentos e setenta e um mil. Em dois mil e sete, a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente são quatro milhões quinhentos e setenta e um mil, nas Contas aprovadas por nós. -----

----- Quer dizer que, em relação a dois mil e sete, nós reduzimos esta diferença para metade e é nisto que nós temos que nos concentrar, a opções Políticas que nós tomamos. Eu entendo, Senhor Presidente, que nós temos que satisfazer todos; entendo as pretensões de todos, mas há também aqui opções de gestão. -----

----- Quando foi da integração dos SMAS, nós dissemos: *“Atenção ao que nós estamos a fazer”*; quando foi sobre a questão do Ministério da Educação, nós dissemos: *“Atenção ao que nós estamos a fazer”*; quando foi sobre a Opção Gestonária, nós dissemos: *“Atenção ao que nós estamos a fazer”*. Porquê? Porque a Opção Gestonária não é só uma questão de Lei. Hoje, discutimos a Lei, mas não é só uma questão de Lei. A Opção Gestonária é um instrumento que existe para nós podermos reclassificar os nossos trabalhadores através de uma Opção de Gestão e esta Opção de Gestão cabe ao Presidente da Câmara em exclusivo, não é passável para mais ninguém e o Presidente da Câmara decidiu, para ratificar uma decisão, gastar mais duzentos e trinta mil euros. Não importa, apoia os Trabalhadores, é a sua visão e nós compreendemos a sua visão, mas há a questão da legalidade. Só que isto está a ter efeitos no nosso próprio desempenho. -----

----- Não nos esqueçamos de uma coisa: nós não somos uma empresa; nós temos que defender os Trabalhadores da Câmara e os Municípes todos. Já tivemos aqui situações que estivemos ao lado do Senhor Presidente; tivemos na questão da ACASA contra os Trabalhadores da Câmara,

tivemos as nossas posições e muitos não nos podem ver por isso, não importa, mas agora temos que defender os interesses do Município naquilo que nós pensamos. Não é pelo facto de dizermos aquilo que dizemos que temos agora que ceder aos Trabalhadores ou ceder ao Municípes, não é isso, nós temos que ver isto num contexto global e estas opções pagam-se. ----

----- Iremos ver, mais á frente, se a Opção Gestonária vai ser utilizada ou não para dois mil e dez. Já iremos chegar a esse ponto. Mas, o que acontece aqui, é que a diferença entre a receita e a despesa corrente tem reduzido, tem reduzido e temos menos dinheiro para fazer obras, esta é a questão e isto tema ver com Opções de Gestão. Não são Opções Políticas, são Opções de Gestão. -----

----- Vejam, tem se falado muito sobre os apoios do QREN, no ano de dois mil e nove a nossa participação que tivemos do QREN foi de dois por cento do nosso Investimento; no ano de dois mil e oito foi de dois por cento; no ano de dois mil e sete foi dezoito por cento e assim para trás. Isto quer dizer que temos muitos projectos, mas até aqui também não temos tido obras apoiadas neste processo; não é um bom indicador porque uma das funções principais dos activos políticos é conseguirem junto dos Governos Centrais, obras, valores e dinheiros para estes processos. Sabemos que o Senhor Presidente da Câmara tem lutado por isto. -----

----- A apreciação que eu faço sobre isto é uma apreciação que, do ponto de vista de gestão, não é positiva. No que leva à origem desta Prestação de Contas, que é um Orçamento, é altamente negativo. Eu não consigo compreender e, friso sempre isto, um Orçamento de cinquenta e seis milhões para realizar vinte e oito milhões, é uma coisa que eu não consigo entender. Em qualquer empresa a pessoa era despedida, penso eu e, portanto há que modificar estas regras. -----

----- Para terminar, deixo uma única última pergunta e esta, efectivamente, vi-a á bocado, vi-a já ano final do dia, porque tive um problema para imprimir os documentos, mas depois a Câmara ajudou-me a imprimi-los, pergunta que tem a ver com o Endividamento. -----

----- No Endividamento, que nós temos nos Mapas do Endividamento, temos que saber qual é o que nós tínhamos em dois mil e oito, saber se é o que aprovámos em dois mil e oito, se é o que nos apresentam aqui. -----

----- No Mapa do Endividamento que nos entregam, em dois mil e oito temos um Endividamento de nove milhões quinhentos e nove mil quinhentos e cinquenta e dois; isso foi o Endividamento

que foi aprovado por nós na Prestação de Contas. Quando nós nos referimos ao Endividamento que nós tínhamos no dia um de Janeiro de dois mil e nove, tem nove milhões seiscentos e vinte e dois seiscentos e oitenta vírgula dezasseis. O que eu quero dizer é que há uma diferença de cerca de cento e treze mil euros entre o fecho de um ano e abertura do outro. -----

----- Eu só vi isto ao final do dia, reconheço esse facto, mas só quero perguntar ao Senhor Presidente o seguinte: Em que é que nós estamos? Acredito que deve de haver aí uma gralha, com certeza. Mas é preciso verificarmos isso, porque o Endividamento que nós aprovámos em dois mil e oito não coincide com aquele que nós temos aqui hoje a apresentar. Por isso, peço-lhe que nos esclareça para acertarmos esses valores.” -----

----- De imediato, para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra à **Deputada Carla Eliana da Costa Tavares – (PS)**, que completou o que se transcreve na íntegra: -----

----- “Não posso deixar de responder ao Senhor Engenheiro Hilário, mesmo correndo o risco dele ali de baixo me dizer que fez a pergunta ao Senhor Presidente da Câmara. Pois, o Senhor Presidente da Câmara se assim irá responder-lhe também. Mas, quanto àquela questão que colocou se teremos que votar ou não as Contas, efectivamente, as Contas têm que ser votadas e na alínea c) do número dois, do artigo cinquenta e três, do Decreto-Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, diz que *“está no âmbito das competências das Assembleias Municipais apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas”* Ou seja, quando muito haverá aqui alguma ambiguidade na redacção da Ordem de Trabalhos, mas que na verdade o que terá que ser votado e de acordo com aquilo que vem previsto na Lei, são os documentos da Prestação de Contas, os quais deverão, juntamente com o Inventário, ser também apreciados. -----

----- Outro reparo que também não posso deixar de fazer é quanto à questão reincidente do IMI e que já aqui foi discutida há pouco tempo, foi na Assembleia de Setembro que discutimos a questão; é certo que é um milhão de euros e aliás, coincide exactamente com o valor que na altura foi falado, como sendo um montante necessário para obra no Município. E ainda bem que realmente a diferença da opção deste Executivo pela taxa que escolheu, pode fazer com que houvesse uma receita de mais um milhão de euros porque, efectivamente, eu estou em crer que

com este um milhão de euros de diferença muita obra se pode fazer no Município de Águeda. As escolas estão a ser melhoradas, certamente que também é à conta desse acréscimo e, mais uma vez, se vem confirmar aquilo que aqui foi defendido pelo Partido Socialista, aquando da discussão da Taxa do IMI.”-----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins (CDS/PP):** -----

----- “Relativamente a este ponto, eu diria que o Engenheiro Hilário tem toda a razão. Esta coisa dos Orçamentos sobredimensionado, eu recordo-me que estou a discutir desde mil novecentos e noventa e qualquer coisa, no tempo de anteriores Governos, nomeadamente, Sociais Democratas, onde se faziam Orçamentos absolutamente empolados e que já se sabia de antemão que não se ia cumprir coisa nenhuma, porque depois nos anos seguintes e no mandato seguinte vinham lá as mesmas obras, que eram postas num determinado ano. -----

----- Este é um vício de forma, que é muitas vezes defendido com o facto de haver necessidade de registar obra para depois se recorrer a determinado tipo de financiamentos, o que eu acho que é uma impostura política, porque quando se é transparente com um Governo, o Governo tem a obrigação de ser responsável com uma Autarquia. E quando uma Autarquia diz hierarquicamente que precisa desta e daquela obra, que seja apoiada a nível central, é óbvio que os Governantes têm a obrigação de ouvir e de entender que, efectivamente, se o Município pede e pede com seriedade, é isso que ele deve apoiar, porque o Município deve ser também rigoroso naquilo que pede. -----

----- É evidente que se nós analisarmos estes dados que a Câmara nos traz, que na minha opinião pecam por serem um bocado nebulosos, no sentido técnico, porque eles têm que ser colocados à disposição de quem tem capacidade e formação técnica para ler e também de pessoas que não a têm. Têm que ser colocados à disposição de quem tem muito tempo para isso e de quem tem que os ler. -----

----- Portanto, eu pediria ao arquitecto que, da próxima vez, tentassem ser mais claros e facilitar mais, incorporando termos comparáveis que rapidamente possam ser avaliados sem ter que se andar á procura nas folhas todas, até termos que pôr aqui papelinhos com muitas somas que, de facto, são mais de merceeiro do que propriamente de conhecedor técnico do assunto, mas que ajudam depois, muitas vezes, a discutir e até alguma opinião honesta sobre este tipo de situações. -----

----- Na verdade aquilo que se nota aqui é efectivamente isso; é um conjunto de valores que inclusivamente apareceu aqui e que suscitam, às vezes, alguma dúvida. -----

----- Nós temos aqui altas taxas de estabilidade, mas porque as verbas, entretanto, que estavam em causa eram verbas que estavam extremamente pequenas, por exemplo, temos aqui sessenta e sete por cento de prestação em verbas de dez mil euros e temos depois aqui algumas questões relativamente a valores que são atribuídos, por exemplo, abastecimentos de água e coisas do género que, no futuro, pela leitura que se faz são meramente reparações e correcções de rede muitas das vezes porque e, se calhar, já iremos falar disso a seguir, aparecem alguns valores mais, já num período em que nós já pertencemos à AdRA. Portanto, já estamos sobre a alçada do Investimento Estrutural da AdRA, que eu depois gostaria de ser esclarecido, nomeadamente umas verbas de seiscentos e setecentos mil euros que aparecem a seguir. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, aquilo que se nota também é uma questão para a qual eu lhe queria chamar a atenção. Os dados salientam, resultante da execução orçamental da receita, uma quebra; uma quebra em taxas e multas e uma queda em vendas de serviços. O Senhor Presidente sabe tão bem quanto eu, porque é que isso está a acontecer. A situação para isso concorre e, se calhar, cada vez mais para isso vai concorrer. Portanto, este índice de receitas vai, se calhar, também continuar a baixar, esperemos que não. -----

----- Relativamente àquilo que estamos aqui a apreciar, para além da apreciação política e a apreciação sobre a gestão que é feita, eu diria que, numa análise como já aqui dissemos em Sessões anteriores idênticas, a análise das contas não nos oferece dúvidas. Não entendemos que, tecnicamente, sejam incorrectas e obviamente que no aspecto das contas, votaremos a favor porque não temos dúvidas sobre elas; podem vir a aparecer, mas nós da análise que fizemos não temos dúvidas e portanto, não temos razão para votar tecnicamente mal as contas, que é aquilo que eu penso que estamos aqui fundamentalmente a analisar e teremos que votar neste momento. -----

----- Relativamente ao resto, eu diria, Senhor Presidente, sem querer ser mal intencionado e sem querer ser incorrecto para com Vossa Excelência, com o facto de nós virmos de período de desenho esquemático. O Senhor Presidente tem, de facto, introduzido coisas novas, na área do imaginário; tem se escudado na organização e que, nalguns aspectos tem toda a razão; tem

aspectos extremamente positivos nesse sentido da Câmara. Mas, muito fundamentalmente a matéria palpável, penso eu Senhor Presidente, que está agora neste mandato. Portanto, o Senhor até pensava aquilo que já pessoalmente já lhe disse, é que os timings de mandato são porventura mais curtos do que aqueles que temporalmente pareciam. Também lhe digo mais, o mundo está a rodar muito rapidamente e eu acho que em nome dos princípios e dos valores, que o CDS tem defendido nos últimos tempos, é bom que o Senhor Presidente se preocupe, não só com a sua Autarquia, mas também fundamentalmente com o País. E era bom e, terá o nosso apoio quando quiser falar sobre isso, que esta Autarquia desse o exemplo ao País de que efectivamente com isto está preocupado. -----

----- Como o Senhor Presidente da Câmara sabe e há bocado alguém aqui falos, os rácios de empréstimos para Portugal subiram para os cinco por cento, já a passar, o que quer dizer que é um limite, para quem tem alguma consciência do que estamos a falar, extremamente perigoso. Partindo do pressuposto que a Grécia já paga, pelas suas obrigações, cerca de treze por cento. Não há nenhum País se seja capaz de se endividar, para garantir a subsistência nacional, com rácios de treze por cento. -----

----- Eu não queria sequer pensar, em nome do futuro das minhas filhas, que em dia este País tenha que chegar mais ou menos a esses níveis e acho que cinco por cento de taxa e de rácio para Portugal, face à solidez financeira País é, neste momento, extremamente grave. Diria também que mais me preocupa porque, efectivamente, nós vimos que toda a gente continua a pedir apoios para obras; financiamentos para novas infra-estruturas; vêm aí aeroportos; vêm aí auto-estradas, que eu acho que só efectivamente quando a realidade cair forte e feia sobre este País, é que vai obrigar a parar para pensar e, se calhar, a parar muitas das coisas que este País está a pensar fazer e rapidamente, se calhar, vai ter que deixar de fazer. -----

----- Portanto, Senhor Presidente, em nome do CDS, eu lhe digo que o Senhor medite com a sua equipa, dialogue com as Forças Políticas desta Assembleia e antes que seja tarde e por alguma razão de credibilidade, olhe para este Orçamento; olhe para os projectos todos que o Senhor tem; imagina tanto quanto eu que alguns são prioritários, outros não são, outros vontades e são projectos de mandato e um dia destes diga-nos de quais é que nós poderíamos abdicar em nome da racionalidade e da honestidade nacional, para dar uma imagem, a partir desta casa, que parece que é uma casa que tem no País alguma credibilidade para que nós

possamos ter o precedente de dar ao País uma imagem de que estamos preocupados e que, se calhar, estaríamos dispostos a ser os primeiros a cortar nalgumas das coisas que estamos a pensar em fazer para nossa comodidade, mas que gostaríamos de poder adiar para ajudar um bocado um País que se chama Portugal.” -----

----- De imediato, usou da palavra o **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD)**: para um esclarecimento, da forma que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Eu queria simplesmente fazer um esclarecimento ao Professor Martins e penso que será só ao Professor Martins, mas seria bom que fosse a todos. Quando o Professor Martins disse que estes Orçamentos estão, às vezes, empolados porque nós pomos estas verbas para irmos buscar depois projectos nacionais e este tipo de situação, é preciso que nós não nos esqueçamos o que é que diz o POCAL sobre esta matéria: “Nas regras previsionais, a elaboração do Orçamento das Autarquias Locais deve obedecer às seguintes regras previsionais: As importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no Orçamento em conformidade com a efectiva atribuição pela entidade competente”. O que é que isto quer dizer? Eu só posso pôr no meu Orçamento que vou buscar um valor através de transferências de capital, através de fundos, de FEDER, de QREN, etc., quando tenho a garantia de que o financiamento que me é atribuído está homologado. -----

----- Mais à frente iremos discutir isto, onde temos doze milhões de euros no nosso Orçamento de transferências deste tipo e é preciso que o Senhor Presidente da Câmara nos demonstre que tem estas homologações. Não havendo estas homologações, nós estamos aqui a fugir ao POCAL e não estamos a implementar nenhuma regra do POCAL para as Autarquias Locais. Isto é o três ponto três – Regras Provisionais, que está definido no próprio POCAL e meia culpa faço pelo PSD que, como disse e muito bem, foi Governo durante muitos anos e o POCAL não existe agora para as Autarquias Locais, isto há muito tempo, nós temos andado a fazer aqui algumas derrapagens em algumas situações que são importantes que nós tenhamos em atenção, porque os Orçamentos devem ser levados a sério. -----

----- Só que nós definimos agora que é para fazer mais um pavilhão, mais cinco milhões para a margem sul ou margem norte e vamos buscar três milhões e mete-se aqui, porque para fazer um Orçamento mete-se ali umas verbas de umas receitas de capital; os empréstimos já não é bem assim; uns FEDER's e uns QREN's e vale lá tudo, tudo lá cabe, só que depois não existe. -----

----- As regras do POCAL são claras e nós parece-me a mim que não as temos cumprido, por isso a minha intervenção sobre isto. -----

----- Quanto ao Professor António Martins eu percebi a sua intenção, foi sempre a praxis desta Assembleia, mas não pode ser.” -----

----- Decorridas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder aos intervenientes, resposta que se passa a transcrever na íntegra: -----

----- “Sobre a questão de não baterem uns mapas com os outros, tenho aqui um esclarecimento dado pelos Serviços. Aquilo que se passa é que, por indicação dos revisores, foi contabilizada uma verba numa outra rubrica mas está aqui e vamos explicar todos os passos disso. As contas estão auditadas e eu espero que não tenham metido água a respeito disto. -----

----- Vamos aqui primeiro falar sobre a execução do Orçamento. Não sei se estão recordados, aqueles que cá estiveram no mandato anterior, eu trouxe cá uma Revisão do Plano de Actividades. Dois conjuntos de obras que, sabia á partida que não iriam ser feitos, mas que precisava de dar andamento a elas e que só com verbas consignadas, verbas em Plano. -----

----- Não sei se estão recordados que até pus lá mais um empréstimo, que não era para fazer e não foi feito, mas foi uma forma de resolver, que foi a Escola Fernando Caldeira e foram as obras de saneamento que tínhamos recebido indicações, na altura, para avançar de uma determinada forma e nós fizemos avançar os projectos e depois sobrecarregámos o Orçamento com estas duas obras em catorze milhões de euros. Se retirarmos isto das Contas, veja-se qual é a taxa de execução. -----

----- Depois, tem de estar consignada, na realidade, a verba para aquilo que nós pretendemos que seja o alavancar da Câmara dos projectos comunitários.-----

----- Meus Senhores, eu gostaria muito de cumprir exactamente as regras do POCAL, mas como a volatilidade que está neste momento nas coisas, não há o mínimo de possibilidades. Nós temos de fazer previsões. Por exemplo, os financiamentos das obras até ao final deste ano, aquelas obras que nós conseguirmos aprovar e candidatar, podem ter financiamentos a oitenta por cento. Há um mês e meio atrás era cinquenta por cento e nós tínhamos nós tínhamos uma Gestão de Plano para as prolongar no tempo. Agora, aquilo que vemos neste momento é que temos uma janela de oportunidade. -----

----- Quando estamos a falar em trinta por cento de diferença numa obra, estamos a falar em muitos milhões. Eu confidenciei hoje com algumas pessoas e estou a dizer e vamos por aqui hoje mas, amanhã eu não sei e acho que poucos de nós saberão o que é que vão dizer com isso. Nós temos uma volatilidade brutal neste momento, mas sobre isto nós voltaremos a falar sobre isto. -----

----- Voltando à despesa corrente, nós temos nas Contas do Plano tudo o que foi de terrenos comprados para o Parque Empresarial é despesa corrente, não é despesa de investimento. Tudo aquilo que demos de subsídios, por exemplo, para as IPSS's e foram valores elevados, são despesas correntes. -----

----- Agora, vamos falar na questão essencial que vocês levantaram, que é a questão do pessoal e da educação. Quanto à opção política de integrarmos a educação, eu considero que é correcta. E não sou só eu que digo, penso eu que não estou sozinho; tenho os Agrupamentos de Escolas a dizerem a mesma coisa e algumas Câmaras deste País. Acho que estamos no caminho certo, porque mais anos menos anos, a Educação vem parar às Autarquias. -----

----- As verbas que vêm e, eu já disse isso à Senhora Ministra da Educação e aos Senhores Secretários de Estado é que, aquilo que eu sinto na área da Educação é uma caixa de pagamentos; eles não transferiram competências, eles transferiram-me o pagamento, mas é um caminho e aquilo que nós temos é uma elevada despesa na área da educação com recursos humanos mas que grande parte dela é subsidiada, ou seja, transferem-nos essa verba. -----

----- A Câmara Municipal, neste momento, tem quinhentos e dezoito funcionários; os Senhores sabem quantos é que estão na área da Educação? São mais de duzentos Funcionários e, a partir do próximo mês, serão trinta Funcionários que irão para a AdRA e houve quarenta e um Funcionários que pediram a reforma da Autarquia e que desses irão ser poucos substituídos. -----

----- Neste ano haverá, pela primeira vez, uma redução efectiva no número de Funcionários da Autarquia. -----

----- Quanto à Opção Gestionária, aquilo que pagamos aos Funcionários, eu sou acusado, e bem, que exijo dos Funcionários. Tento exigir o máximo. Agora, também acho que eles devem ter a justa recompensa; nós não podemos só exigir e não dar. Portanto, podem estar certos que mantere as exigências. -----

----- Agora, aquilo que vamos assistir este ano, é uma redução do número de efectivos dos

Funcionários da Autarquia. -----

----- Quanto aos Mapas, isto são documentos oficiais, eu lamento mas ainda não fomos capazes de ter aqui outro tipo de dados, que eu espero que numa próxima Prestação de Contas os venhamos a ter, com mais comparações e podermos ter mais gestão. Estes são os dados oficiais que temos que mandar para as Entidades e que são aqueles que são obrigatórios.” -----

----- **Deputado Manuel Augusto de Almeida Farias (PS):** -----

----- “O Senhor Presidente da Câmara esclareceu alguns aspectos que penso que foram importantes. Contudo, subsiste aqui uma componente crítica, que acho que não está clara e que vale a pena esclarecer mais. -----

----- Mas, em primeiro lugar eu queria agradecer a concordância que finalmente o Engenheiro Hilário tem comigo porque, de facto, nós há dez, doze, quinze anos diziam exactamente isso. Foi um bocado tarde mas, finalmente, acho que estamos todos de acordo, que um Orçamento começa por ser mais do que simplesmente cumprir uma formalidade fiscal, seja no domínio público, seja no domínio privado. É um instrumento de gestão e é um instrumento de gestão que se deve ser adequado e apropriado ao modelo de gestão que se segue. Eu penso que, neste momento, esta opção é adequada ao modelo de gestão seguida e isso não acontecia há dez, doze anos atrás. E aqui está a grande diferença; estão as mudanças de privilegiar em primeiro lugar a projecção e a planificação plurianual. -----

----- Todos nós sabemos o que desde há três, quatro anos, os investimentos que têm sido feitos na fase do projecto, na componente do planeamento e quando se reclamava, nós não nos esquecemos que todos nós andámos a reclamar obra, interpretando obra por alcatrão e por cimento, coisa física. -----

----- Todos nós sabemos que a coisa física, devidamente enquadrada, é necessária para nos dar qualidade de vida; para requalificar os nossos espaços e os nossos locais, para os tornar mais produtivos, para os tornar mais capazes, para os ajudar a que a nossa componente de criatividade e de empreendedorismo, que é a imagem de marca de Águeda, se possa traduzir em algo de concreto e algo de concreto são, antes de mais, resultados económicos. -----

----- Pois, esta planificação estratégica de médio, longo e alguma dela de muito longo prazo, necessita destes tipos de instrumentos de gestão que está, neste momento, a ser utilizado. -----

----- Provavelmente, daquilo que habitualmente estávamos habituados e não esqueçamos de

dois mil e nove foi ano de eleições, tinha-se derretido tudo e mais alguma coisa, inclusivamente comprometido alguma parte boa dos Orçamentos dos anos seguintes. Não foi opção desta Câmara Municipal. -----

----- Pelos vistos, não lhes correu mal, depois, eleitoralmente, por não terem tido aquilo que foi opção politicamente correcta ou partidariamente correcta, que era pegar nos recursos e investi-los todos num ano de eleições. Eu ainda acrescentaria um exemplo entre a execução financeira paga que, de facto, pelas circunstâncias já referidas pelo Senhor Presidente da Câmara, andam na ordem dos dezasseis por cento, relativamente á totalidade dos investimentos cabimentados. Mas, dentro das cabimentadas, as adjudicadas lembremos, por exemplo, do açude, que não foi pago; em termos de execução de tesouraria não teve grande peso mas, em termos de cabimentação, em termos de adjudicação foi decisivo estar lá, porque não é um projecto para se esgotar em ano de eleições; é um projecto importantíssimo para o futuro de Águeda, como são, de facto, a imagem de marca da generalidade dos projectos que todos nós esperamos que se traduzam em obra física, para que o “*Sãos Tomés*” deste Concelho acreditem, não apenas quem decidiu mudar o seu sentido de voto nas últimas Eleições Autárquicas e apostou nesta Câmara, mas como muitos outros possam acreditar. -----

----- Não estou a reeditar o chavão de que “*hoje somos muitos e amanhã seremos milhões*”, mas estou a enfatizar de que este é o caminho certo e que esta forma de fazer Orçamentos, neste contexto, está correcta.” -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa**, colocou à votação a **Proposta da Câmara Municipal de Águeda**, tendo-se verificado que a Assembleia deliberou, **aprovar por MAIORIA**, com onze abstenções do grupo Municipal do PSD, a **Proposta do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva Avaliação, e ainda dos documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2009**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea c), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **Ponto..3.2 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda sobre as Opções do Plano e da Proposta de Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2010**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de

Janeiro; -----

----- Para uma primeira intervenção sobre o ponto três ponto oito da **Ordem do Dia**, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD)**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu vou fazer uma análise a este ponto, do ponto de vista técnico e do ponto de vista político. E eu fazendo uma análise a este Plano começo por ver aqui duas ou três situações que me preocupam, do ponto de vista técnico. -----

----- Senhor Presidente, está previsto no Orçamento uma verba de duzentos e cinquenta mil euros para pessoal contratado a termo e pessoal do quadro. Eu vou ler, exactamente para não haver dúvidas: “Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho no pessoal dos quadros – cento e cinquenta mil euros; recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho - cem mil euros”. -----

----- O que nos diz aqui é que basicamente temos possibilidade de recrutar no nosso Orçamento pessoas que, segundo o mapa que nos é dado, são cerca de vinte pessoas que poderão ser recrutadas na Câmara para juntar às quinhentos e dezoito existentes e que o custo deste recrutamento poderá custar duzentos e cinquenta mil euros, repartidos por pessoal do quadro e pessoal contratado. -----

----- Eu continuo a achar que o Senhor Presidente da Câmara ainda não levou muito a sério esta questão do pessoal e esta questão da legalidade do pessoal e vou dizer porquê, para se perceber o porquê da nossa intervenção. É que na Lei duzentos e nove, de três de Setembro de dois mil e nove, a tal Lei que rectifica a doze de dois mil e oito, que o Senhor Presidente há bocado referiu, diz o seguinte no artigo quinto, ponto dois: “*Orçamentação e gestão de despesas com o pessoal: Compete ao Órgão Executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes cargos: com recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, com alterações de posição remuneratória, com atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do Órgão ou Serviço*” e diz o artigo sétimo, no ponto dois, o seguinte: “*A deliberação referida no número anterior fixa fundamentalmente aquando da deliberação do Orçamento o montante máximo das agregações necessárias...*” Enfim, pode não estar certo, admito estarmos errados, mas qual é o nosso entendimento sobre esta matéria? É que, independentemente, de no Orçamento virem referenciadas estas verbas, tem que haver

uma deliberação autónoma do Executivo e agora isto muda em relação á de dois mil e nove em que, efectivamente, era o Presidente, agora é o Executivo que tem que deliberar, claramente, esta situação, em que tem que dizer o seguinte: é uma deliberação autónoma que tem que haver, então para novos recrutamentos vamos disponibilizar esta verba e para prémios vamos disponibilizar esta verba; como também para a opção gestonária tem que ser definido isto. Gostava que o Senhor Presidente da Câmara me dissesse se isto foi ou não deliberado.”-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para prestar esclarecimento ao Senhor Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos, da forma que se passa a transcrever na íntegra: -----

----- “Senhor Engenheiro Hilário, eu compreendo que tenha dúvidas, mas há aqui um enquadramento legal nesta situação toda; vem aqui, inclusivamente, uma nova matriz para ser aprovada para o quadro da Câmara com a definição dos lugares; a partir daí esta Assembleia vai definir quantos directores de departamento tem, quantas chefias de divisão, etc. e a partir daí todas as competências que estavam na mão do Presidente da Câmara passaram para o Executivo. -----

----- Aquilo que nós estamos a fazer, neste momento, é uma situação previsional, ou seja, nós prevemos agora em Plano e Orçamento X lugares e quero-lhe dizer que existem pessoas a contrato nesta Autarquia há oito ou dez anos. Agora, a situação que se põe, é que nós aprovámos o número de pessoas que entendemos que, possivelmente, poderemos vir a ter necessidade, aprovados e criados os lugares nesse organigrama e também dada verba para serem recrutados. Isso não quer dizer que venham a ser; fica criada essa possibilidade, depois o Presidente, como neste caso, é o responsável pelo Sector Recursos Humanos, submete uma proposta ao Executivo e o Executivo aprova ou não a abertura desses procedimentos para a contratação. -----

----- Já agora queria lhe dizer e voltando um bocadinho atrás, aquilo que o Senhor falava acerca dos reposicionamentos é que no início do ano passado é que era uma competência do Presidente, mais para o final do ano passou a ser uma competência do Órgão Executivo e por isso é que foi ao Órgão Executivo. -----

----- Portanto, nessa parte, penso que estará mais esclarecido e porque nós ainda nem sequer temos a nova matriz das pessoas que são necessárias, isso não carecia de deliberação

específica pelo Executivo Municipal.” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD):** -----

----- “Obrigado pela sua explicação, Senhor Presidente, mas não fiquei mais esclarecido, continuo com a minha ideia e vou-lhe dizer novamente a mesma situação. Isso é uma situação completamente diferente. Está definido, segundo o nosso entendimento, e volto a dizer que estamos aqui para colaborar e mais á frente vamos ver se é assim ou não, eu não tenho certeza sobre isto porque é matéria técnica, de que tem que haver uma deliberação no Executivo aquando da elaboração do Orçamento, autónoma do Orçamento, onde tem que definir o seguinte: opção gestonária – qual é o valor?; Prémios que estão definidos no Orçamento de vinte mil euros, que podem ser usados ou não, não importa, mas estão definidos – qual é o valor?; Admissão de novos Funcionários – qual é o valor? -----

----- O Senhor Presidente, no quadro de pessoal tem o número de pessoas, o que estão definidos são isto é claro nesta Lei, o que o Senhor refere, a tal Lei que em Setembro altera, é claro neste processo: tem que haver uma deliberação autónoma e por isso, é que diz aqui no artigo quinto, exactamente isto: “Compete ao Órgão Executivo decidir sobre esta matéria; é uma deliberação autónoma”. Mas, eu não sou jurista, eu estou a transmitir aquilo que eu estudei e a minha área não é esta. -----

----- Aquilo que eu lhe digo é o seguinte: no meu entendimento, o Senhor Presidente com este Orçamento não pode admitir nenhum novo funcionário no ano de 2010. É o entendimento que eu tenho sobre a Lei; no entendimento que aqui tenho, o Senhor Presidente não pode atribuir nenhum prémio, embora tenha no Orçamento vinte mil euros, não quer dizer que sejam para atribuir, como tem duzentos e cinquenta mil euros para novos Funcionários, o que não quer dizer que sejam para atribuir, conforme o disse o Senhor Presidente e bem; no meu entendimento não pode atribuir nenhum prémio porque carecia de uma deliberação autónoma do Executivo. -----

----- Voltando atrás aquilo que o Senhor Presidente disse, nós entendemos o que o Senhor disse, mas também o meu colega Doutor Matos deixou o seu entendimento é que efectivamente houve alteração da Lei, mas o Executivo no nosso entendimento, não tinha competência legal para tomar essa decisão e como essa Lei já tinha sido alterada e já estamos em dois mil e dez, o Presidente também já não teria competência legal para tomar essa decisão. Mas isso, como diz o Senhor Presidente e muito bem, esperemos que o IGAL nos ajude a resolver esse problema.” -

----- **Presidente da Câmara Municipal de Águeda:** -----

----- “Trouxeram-me aqui mais um anota que diz que o artigo sétimo, da Lei doze A, diz que quinze dias após o início da execução do Orçamento, o Executivo terá de deliberar sobre essa matéria.” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD):** -----

-----“O Senhor Presidente está a referir-se a uma Lei que já foi ultrapassada; quem lha deu deu-lha mal. Pois por isso mesmo, é que esta Lei vem alterar isto, isto era quando o Senhor Presidente deliberava individualmente, isso é que era, mas o Senhor tem sua opinião.” -----

----- **Presidente da Câmara Municipal de Águeda:** -----

-----“É o Executivo que delibera sobre essas matérias, eu terei de fazer uma proposta ao Executivo e o executivo deliberará sobre essa matéria. Não vamos agora discutir aqui os pormenores da Lei porque, felizmente, eu submeterei isto a uma pessoa que temos cá a ajudar a resolver. -----

----- Aliás, com certeza que o senhor sabe que eu sou o responsável, durante dez anos, pelas decisões que tomo aqui e posso receber umas cartas em casa para prestar esclarecimentos sobre coisas e não sou só eu. Portanto, eu não quero arranjar problemas para mim; aquilo que eu desejo é que, quando abandonar estas funções tal como fiz anteriormente, possa ir “descansadinho” para casa e para outras vidas. -----

----- Portanto, agradeço as suas sugestões, mas também tenho de prestar os esclarecimentos que entendo necessários.” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD):** -----

-----“Senhor Presidente, é importante discutir isto, porque levantou-se aí, na altura, a situação de uns cheques e que isto era um mero erro administrativo. Isto não é um mero erro administrativo, estamos a discutir questões de pessoal que são muito importantes. -----

----- Senhor Presidente, em relação ao que disse quero lhe ler o artigo sétimo, alínea dois, desta nova Lei: “A deliberação referida no número anterior fixa fundamentalmente aquando da elaboração do Orçamento o montante máximo com as agregações...”. É que esta Lei vem alterar a outra Lei, em que eram quinze dias após a entrada após a entrada do Orçamento; esta Lei aqui altera o procedimento; tira a competência do Presidente; embora seja o Presidente que propõe mas, é o Órgão Deliberativo que decide e define outra questão que é importante, aquando da

elaboração do Orçamento. -----

----- Mas, isto é a minha opinião, e sobre esta matéria, para si, espero que isto seja aprovado e depois lá verá se consegue ou não admitir os novos Funcionários, mas alerta para essa questão.

----- Passando esta questão da Lei, admito que possa não estar absolutamente correcto, ainda neste processo quero fazer outra contestação. -----

----- Senhor Presidente, vejo no Orçamento e pela deliberação porque no Orçamento não está definida a Opção Gestionária para dois mil e dez. É uma opção sua, mas neste momento, o Orçamento tinha que estar definida se a viesse executar; também não a deliberou, é sinal que não a vai executar. -----

----- A pergunta que eu faço é esta: os Trabalhadores que mereciam o tal prémio em dois mil e nove e que foi-lhes executada a opção gestionária, que foi-lhe dada essa opção da sua parte, esses são diferentes dos de dois mil e dez? Os de dois mil e dez também não merecem o tal prémio pela opção gestionária? Não estaremos aqui a ter dois pesos e duas medidas? Eu não conheço o processo mas é a minha pergunta, porque se em dois mil e nove utilizamos a opção gestionária com duzentos mil euros para apoiar os Trabalhadores que estavam em condições disto, nesta situação que nós reclamamos que, eventualmente, o Senhor não terá procedido bem do ponto de vista legal, é esta a situação, mas se utilizou agora vou ao princípio político da opção de gestão e então em dois mil e dez? Aqueles Trabalhadores que não foram ao abrigo da opção gestionária em dois mil e nove, não merecem também o mesmo prémio da parte do Senhor Presidente e da parte do Executivo? O Senhor diz que chegou o momento de os recompensar: *“... sabem que eu sou muito exigente com eles e eu também tenho que os compensar...”*, foi o que o Senhor Presidente disse. Estes de dois mil e dez, que não estavam em condições dos de dois mil e nove, também não podem ser compensados? É a pergunta que se faz aqui neste processo. -----

----- Portanto, sobre esta matéria e opção gestionária para mim vou terminar, porque acho que já estamos fartos da opção gestionária e de problemas nessa matéria. -----

----- Numa segunda questão que quero colocar, aqui entronca depois tudo aquilo que também dissemos; o Senhor Presidente diz no seu relatório, no seu mapa de pessoal, que vão sair trinta e oito Funcionários no dia um de Maio de dois mil e dez; presumimos nós que vão para a AdRA e disse o Senhor Presidente que já terão pedido ou vão pedir durante este ano a Aposentação

quarenta Trabalhadores. Tem graça porque nas despesas com o pessoal em dois mil e nove foram cerca de nove milhões e quarenta euros. Como a saída de setenta e oito pessoas da Câmara Municipal o Orçamento para dois mil e dez, em despesas com pessoal ainda sobe, passa de nove milhões e quarenta para nove milhões duzentos e setenta, há aqui qualquer que não funciona muito bem. Com as pessoas a saírem, o Senhor não vai utilizar a opção gestonária, portanto não há reposicionamento; o Senhor tem esta questão dos novos contratados que são duzentos e cinquenta mil euros, parece-me a mim que não vai conseguir utilizar, mas isso é outra questão. Mas, também disse que não sabe se vai utilizar ou não. -----

----- Agora, com menos setenta e oito pessoas na Câmara ainda vai gastar mais? Desculpe esta nota, Engenheiro Farias, isto também deve ser um plano plurianual de pessoal que aqui deve estar e que eu não estou a perceber muito bem. -----

----- Outra questão, as receitas de capital, tem doze milhões duzentos e cinco mil euros em receitas de capital através de duas rubricas, em dois pontos: Estado - participação comunitária em projectos co-financiados. -----

----- No seguimento da intervenção que eu há bocado fiz sobre o POCAL, destes doze milhões, quantos já tem homologados? É que só pode pôr no Orçamento as verbas que estão homologadas. É isto que definem as regras do POCAL para o Orçamento ser bem feito. -----

----- Em relação àquilo que o Senhor Presidente há bocado disse, pode fazer da seguinte maneira: Abre uma rubrica, põe uma verba, põe o valor total a definir e depois faz revisões do Orçamento as vezes que quiser. Por isso, essa questão que há bocado o Senhor Presidente ali disse sobre as verbas que não podia ser; pode fazê-las, pode fazer alterações ao Plano. Eu só quero que me diga destes doze milhões duzentos e cinco mil euros quantos é que já tem homologados? Homologados é qual é o valor deste que está homologado e isto para mim é importante porque isto é uma das regras técnicas para execução do Orçamento. Se temos doze milhões duzentos e cinco mil euros já homologados está a ser cumprido, se não temos não está a ser cumprido. -----

----- Agora vamos á análise política do Orçamento; este é um Orçamento que vem tarde, como já dissemos e é um Orçamento de quarenta e oito milhões de euros. Como nós sabemos tivemos uma conta de gestão que acabámos de aprovar de vinte e oito milhões de euros; continuamos com o mesmo problema e com o mesmo vício nos Orçamentos altamente empolados. Continu a

dizer que é um Orçamento que faz um elencar de obras e que dentro deste Orçamento podemos ir buscar um bom e um mau Orçamento, porque há lá para tudo. -----

----- Acho que encontrámos uma forma de alterarmos esta forma de fazermos Orçamentos, mas este Orçamento é um Orçamento que é todo virado para o centro do Concelho e para o centro da cidade de Águeda. É um Orçamento em que é feito um grande investimento, à semelhança daquilo que tem vindo a ser feito nos últimos quatro anos, no centro da cidade e que o Senhor Presidente já explicou aqui numa das últimas Assembleias, onde se irritou um pouco e onde, do nosso ponto de vista, continua a esquecer muito as Freguesias e do seu ponto de vista não. -----

----- Sabemos que há um grande investimento em parque escolar, mas esta é uma opção do Governo e muito boa nessa matéria e que nós acedemos e avançamos em conjunto com o Governo nesta opção. Avançámos tarde, porque se a Carta Educativa estivesse sido feita há mais tempo já podíamos estar muito mais avançados. Não precisa de se rir porque o Senhor Presidente sabe muito bem que nós tivemos que a alterar porque ela estava mal feita, mas isso é outra questão. -----

----- Mas, grande parte dos investimentos que são propostos nas Freguesias são investimentos ao nível do parque escolar e são investimentos em que a Câmara tem, pelos vistos, uma componente de participação mais pequena, felizmente para nós, e que são investimentos que nós devemos de aproveitar e muito bem, vindos do Estado. -----

----- Portanto, a nossa visão do nosso Orçamento, além desta parte do parque educativo, além da parte em que o Senhor Presidente fala no que diz respeito ao Polis da Ria sobre a Pateira de Fermentelos, é um Orçamento onde as Freguesias são muito esquecidas. -----

----- Podemos contestar o alcatrão, Engenheiro Farias; podemos contestar a construção de infra-estruturas, mas há uma coisa que todos nós sabemos, quanto mais anos passarmos sem manutenção, pior e maiores custos iremos ter no futuro; são matérias que nós devemos pensar. -

----- Temos que pensar, efectivamente, na requalificação das zonas empresariais, porque apostamos tudo na nova zona empresarial, mas os empresários que hoje existem em Águeda e que contribuem fortemente para este Orçamento não estão na futura zona empresarial; também existem e temos que apostar mais forte nesta matéria. -----

----- Não entendemos muito bem porque razão é que muitos Presidentes de Juntas de Freguesia pediram um conjunto de obras e não foram estas e foram postas outras que eles não

pediram, não percebemos muito bem esse tipo de estratégia ao nível das Freguesias. -----

----- Senhor Presidente, ao nível dos projectos temos Orçamentado um milhão trezentos e noventa e três mil euros para projectos; o ano passado tínhamos Orçamentado novecentos e três mil euros para projectos. Foram pagos quatrocentos e cinquenta mil euros para projectos. Em dois anos a Câmara Municipal tem Orçamentados dois milhões de euros para projectos, não estou a dizer que é para a execução da obra, é para projectos. Passo a dizer alguns: “Projecto Execução dos Arruamentos da Zona Industrial Sul – cem mil euros; Projecto de Requalificação do Jardim Conde de Sucena – trinta e seis mil euros”. -----

----- Sobre esta matéria e sobre a regeneração urbana, o Senhor Presidente teve aqui uma Sessão Pública na sexta-feira, que eu acho importante e, que muito do que aqui se falou está definido neste Plano e quero lhe dizer o seguinte, fazendo aqui um parêntesis nesta minha análise: Já lhe dissemos, nessa sexta-feira, que é uma Sessão Pública sobre regeneração urbana, que tem a ver com a Avenida Eugénio Ribeiro; tem a ver com a Rua José Sucena; que tem a ver com a Praça Doutor António Breda, que está aqui também inserida no Plano de Actividades e Orçamento na área dos projectos e onde o Senhor Presidente abre a Sessão Pública neste processo. -----

----- Eu já tive oportunidade de lhe transmitir algumas das minhas opiniões, eu e algumas das pessoas aqui presentes. Estamos a fazer uma Sessão Pública às seis horas da tarde e numa sexta-feira, onde o comércio está em laboração, não é a melhor hora e já lhe dissemos isto. Gostava que o Senhor Presidente divulgasse mais esta matéria; que criasse condições para isto seja discutido publicamente porque o que se está a prever é uma situação de grande envolvimento na zona central. Acho que isto deve ser mais discutido e ao ver aqui alguns destes projectos, fiquei muito espantado por ver nas tais informações que estamos a discutir projectos que já estão adjudicadas as especialidades. Oitenta mil euros de adjudicação de especialidades, conforme está nas informações, de projectos que nos foram apresentados na sexta-feira; à Assembleia Municipal não, mas já lá estão as especialidades. Isto não me parece muito correcto, por isso entendo que esta matéria deve de andar mais depressa na discussão para depois lá chegarmos. -----

----- Aqui no projecto de requalificação do Jardim Conde de Sucena, quero alertar para esta questão: Estamos a fazer um projecto de requalificação do Jardim Conde de Sucena, onde o

Senhor Presidente pôs lá a placa giratória e falou que vai alterar até a entrada para o Hospital. Não nos podemos esquecer que há bem pouco tempo falámos sobre a A32 e que se ela avançar a nossa variante passa a ser portajada e o trânsito passa todo para o centro de Águeda; o que quer dizer que todo este projecto vai alterar. Logo, é preciso que nós discutamos isto publicamente porque tudo vai alterar neste processo e o Senhor Presidente está a prever na regeneração urbana uma alteração completa do centro da cidade, mas eu não vou discutir isso neste momento. -----

----- Projecto de requalificação do Jardim Conde de Sucena – trinta e seis mil euros; Projecto do Parque Empresarial – setenta e nove mil euros; Projecto Centro de Artes e Espectáculos – trezentos e noventa mil euros; Outros Estudos e Projectos de interesse municipal – quatrocentos e quarenta e cinco mil euros; os tais “Outros” que se falou muitas vezes. -----

----- São várias as situações que me parece que não estão na nossa linha de orientação. Acho que em dois anos, nas dificuldades em que nós vivemos, gastar dois milhões de euros em Projectos, são valores claramente elevados para aquilo que eu penso que são as nossas posses.

----- Por isso, o que eu acho sobre este Plano de Actividades e sobre este Orçamento é que é muito concentrado no centro da cidade; é muito esquecido em relação às Freguesias, embora reconheça que há obras nas Freguesias. Portanto, tenho alguma dificuldade em aceitar este Orçamento. Também compreendo perfeitamente o final que estamos no final de Abril e o chumbo deste Orçamento atrasa-nos os processos em termos de todo o nosso desenvolvimento da nossa Câmara, porque há aqui algumas matérias que são importantes e que nós temos que agir com alguma responsabilidade global. Não é o nosso Orçamento; discordamos da filosofia deste Orçamento; discordamos da filosofia e da forma como está a ser executado o Orçamento, a forma como ele é feito, porque não é nenhum Orçamento, é um elencar de obras. -----

----- Portanto, os elementos do Grupo Municipal do PSD na votação optar pela abstenção, com uma ou outra excepção de um ou outro Presidente de Junta que, evidentemente, muitíssimos insatisfeitos com o Orçamento, teremos que admitir que votem contra. Inclusivamente convenci vários presidentes de Junta para virem a esta Assembleia, porque o facto de estarem absolutamente contra este Orçamento nunca os deve motivar a não estarem presentes na Assembleia. -----

----- Reconheço o seu esforço neste processo e o esforço do Executivo, mas entendo que nós

temos que olhar para o Concelho no seu todo e não estamos a ter o mesmo critério a nível do Concelho.” -----

----- **Deputada Joana Cristina Correia dos Santos (PSD):** -----

----- “ Na Assembleia anterior à do dia vinte e quatro, o Senhor Presidente, referindo-se a uma intervenção de um colega meu, deu nota que o PSD fazia sempre um discurso miserabilista das Freguesias. Na nossa opinião não é discurso da miséria, é um discurso de um Concelho sustentável. Em termos de números eu não analisei o Orçamento, como eu já disse logo no início eu não tive acesso à informação porque não consegui imprimir e foi-me entregue hoje de manhã. Mas, para mim, este Plano de Orçamento acima de tudo é um Plano de ideias; não é um Plano que seja viável de realização. Naturalmente que eu espero que esteja enganada. Mas, também lhe dou nota que será importante começar a preocupar-se com as Freguesias e não só a questão da educação. Quem anda de um lado para o outro neste Concelho, vê como é que realmente estão as estradas e não é a política do alcatrão; é a política de deslocações, porque a cidade de Águeda quer ser o ponto de desenvolvimento, mas provavelmente as pessoas que se irão fixar em Águeda não se irão fixar na cidade, irão fixar-se nos arredores da cidade. -----

----- Para além disso, temos a questão das águas. Já sabemos que vai haver um grande investimento, mas também não é admissível haver ruas que três, quatro vezes por semana tenham que ir lá os funcionários da Câmara fazer arranjos, porque efectivamente é preciso fazer mais. -----

----- Posso dar-lhe nota também de outro aspecto que tem a ver com o Parque Industrial, que não vem bem esclarecido sobre o que é que vai ser feito; se vai avançar já realmente com a construção das infra-estruturas no Parque industrial do Casarão e o que é que vai ser feito nos outros Parques Industriais, que são esses que estão agora a gerar riqueza no Concelho de Águeda. -----

----- Outra questão tem a ver com os timings que posteriormente numa outra Assembleia vamos falar na implementação da incubadora de empresas. Para além disso há uma coisa que também é importante, que são os espaços verdes nas Freguesias, que não existem apesar de terem feito alguns percursos pedonais, em muitas Freguesias não existem espaços para as pessoas no final do dia poderem estar no seu tempo de lazer, normalmente têm que vir para Águeda e isso não é justificável. -----

----- A nível da segurança da cidade, estamos com um problema enormíssimo em termos de segurança, nomeadamente com alguns jovens e nas Freguesias também. O Plano não menciona nada em termos de segurança. -----

----- Outra questão que eu gostaria de dar nota é que nós, PSD, realmente queremos um Concelho desenvolvido, mas é importantíssimo que esse Concelho crie redes de sinergias entre todos os locais e no Plano parece-me que realmente se vai criar muitas infra-estruturas em Águeda e para o resto das Freguesias pouco ou nada se vai fazer. A minha Freguesia em particular - Valongo do Vouga, permitam-me que fale, vai ter um investimento de dez mil euros, pelo que continuamos com as mesmas dificuldades. -----

----- É realmente importante desenvolver a cultura, criar emprego, mas é preciso criar condições para as pessoas se fixarem e fixarem-se não é em Águeda, é preciso fixarem-se nas Freguesias e se perguntarem aos jovens da minha idade ou mais jovens se eles se fixam em Águeda, provavelmente não o vão fazer porque não têm condições nas Freguesias e as poucas que têm é feito, muitas vezes, de um esforço sobre-humano dos Presidentes das Juntas de Freguesia.” --

----- **Deputado Alcides de Jesus - Presidente da Junta de Freguesia de Lamas do Vouga (PSD):** -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, venho aqui falar sobre o Plano e quero dizer-lhe que não estou muito satisfeito, mas também não estou assim tão mal porque, em relação há quatro anos deram-me zero, este ano deram-me alguma coisa, mas também não quero deixar de dizer que este ano deram-me quase tanto como nos quatro anos passados, se mo derem. -----

----- No Sábado e no Domingo estive muitas horas à frente do computador a ler o CD que me mandaram e tive ocasião de ver o que me estava atribuído. -----

-----Tenho duas verbas que penso que estão mais ou menos certas. Apoio para construção de um armazém para garagem – quinze mil euros, que é muito pouco e que vou ter que o esticar nem que tenha de ir eu para lá trabalhar e comparando com outras Freguesias verifico uma grande diferença; Nos balneários no polidesportivo tenho, na mesma, quinze mil euros. Como lá diz, esta verba não é para terminar os balneários, é para continuar e os quinze mil euros não chegam de maneira nenhuma. -----

-----Traz mais duas verbas para a Freguesia, que é na Ponte Medieval; não sei a que se refere, é uma verba de vinte e cinco mil euros e outra verba de oitenta e três duzentos e oitenta e oito

euros. Eu tinha fala com o Senhor Vice-Presidente, Jorge Almeida, em que tínhamos acordado por sugestão dele fazermos daquela zona o cartão-de-visita do Concelho, será que estas verbas de vinte e cinco mil e de trinta e três mil é para esse fim? Espero que sim; se for assim fico muito encantado. -----

----- A iluminação pública na Ponte Medieval está deficiente, já foi falado e acordado meter mais dois ou três holofotes e também já tive conhecimento que os holofotes e os postes estão na Câmara há dois ou três meses e ainda não chegaram lá. -----

----- Quero alertar também que as obras que fizeram na Ponte Medieval, com as quais estou plenamente de acordo, só que estão imundas com os restos dos materiais que lá ficaram. Senhor Presidente, se quiser a Junta de Freguesia propõe-se a limpar, mas peço para irem trancar para os carros não irem lá para dentro. -----

----- Outra coisa que me leva aqui a chamar a atenção e, que eu não vi nada no Plano, é a Ponte Velha do Vouga continuar com o mesmo problema. Senhor Presidente, convido-o a ir durante a semana perder um bocadinho de tempo até que passe com camião com madeira e então verifica a oscilação que o tabuleiro faz. Não queira que aconteça em Vouga o que aconteceu em Castelo de Paiva, porque se isso acontecer o Senhor Presidente será o responsável.-----

----- O Senhor Jorge Almeida também me sugeriu e eu aceitei, passar para segundo Plano uma obra que vinha de alguns no Plano, que era o empedramento da Rua do Cabeço Vouga para a parte sul, porque havia, de facto, aquelas obras que não foram atribuídas que tinham mais necessidade. Só que eu fiquei um bocado espantado porque depois o Senhor Jorge Almeida acabou por me dizer que o projecto estava feito e ia desaparecer do Plano e se o projecto estava feito foi meter dinheiro ao lixo, porque o projecto custou dinheiro. -----

----- Embora a Freguesia de Lamas do Vouga, como outras Freguesias, seja pobre, mas não se esqueçam assim tanto e não façam do oito para oitenta, como fazem para algum lado. Embora seja pouco o que dão, mas dêem sempre alguma coisa, porque nós ficamos satisfeitos. Nós, os Presidentes de Junta não somos políticos, somos apenas trabalhadores e gostamos de dar à nossa população, não aquilo que queremos mas, pelo menos, alguma coisa.”-----

----- **Deputada Nair Barreto Carvalho Alves da Silva (PSD):** -----

----- Em relação ao Engenheiro Farias era só para dizer que, de uma vez por todas, é preciso

arrumar os assuntos de há dez anos, porque hoje não se pode fazer um Plano como há dez anos porque as necessidades são outras e, de facto, há condições para se investir em outras áreas, porque houve quem investisse em alcatrão e betão porque eram necessidades da época; Agora, são outras necessidades. -----

----- Em relação ao Plano e Orçamento, eu só queria fazer um lamento e colocar uma questão ao Senhor Presidente. -----

----- O lamento é porque, de facto, no seu Plano não trouxe ênfase de primeira linha para a questão de combate à pobreza e exclusão social num ano de Combate à Pobreza e Exclusão social. Eu vejo no Plano duzentos mil euros de obras na área da cultura de iniciativa da Câmara; no Turismo mais duzentos mil euros também iniciativas da Câmara de âmbito cultural e se formos somar tudo o que estiver na área social que de facto é uma área que está pouco valorizada neste Orçamento. -----

----- A questão que eu queria colocar é sobre o Orçamento Participativo, de facto, está prevista uma verba, julgo que de vinte mil euros, para o Orçamento Participativo. O que pretende o Senhor Presidente com esse Orçamento Participativo? Se é para Regulamentos? Se é para alguma iniciativa? Mas, de que género e de que natureza? Com vinte mil euros de Orçamento Participativo já é um bom começo.” -----

----- **Deputado Manuel de Almeida Campos – Presidente da Junta de Freguesia de Espinhel (Ind.):** -----

----- “Eu venho aqui manifestar o meu desagrado e desilusão. Eu quero aqui garantir uma coisa, a propósito das dívidas encontradas pelo actual Executivo Municipal quando assumiu funções aqui na Câmara, nenhuma dessas dívidas tinha sido contraída para fazer investimentos na minha Freguesia porque a minha Freguesia sempre gerou muitas vezes mais receitas do que investimentos recebidos. -----

----- Durante este mandato que agora terminou, a Câmara Municipal de Águeda, executou três pequenas pavimentações na minha Freguesia. A Junta fez algumas obras por protocolo e os valores atribuídos eram muito abaixo dos preços de mercado, apesar disso eu desafio quem quer que seja a pôr defeitos à qualidade da execução dessas obras. -----

----- A propósito das pavimentações e do estado da nossa rede viária, nem vale a pena falar, basta ir até Casal d’Álvaro, por exemplo, para não dizer outras coisas. -----

----- Até há bem pouco tempo quem tapava os buracos das estradas era a brigada de obras da Freguesia com alcatrão cedido pela Câmara Municipal; tivemos que acabar com isso porque isso trazia custos para nós e estamos com graves dificuldades de pessoal. -----

----- O Plano de Actividades para este ano é uma versão reduzida do Plano de Actividades do ano passado e até anteriores, que em quatro anos a Câmara Municipal executou três pequenas pavimentações. Aliás, a propósito das poucas obras, o Senhor Vice-Presidente da Câmara em Janeiro passou de raspão na minha Freguesia, quando fazia a preparação para o Plano de Actividades para este ano e disse-me que este ano não podia haver muita coisa porque o ano passado foi ano de eleições, para nós não foi, só para votar. -----

----- Na nossa proposta de investimentos eu tinha pedido que finalmente as instalações Autárquicas da Freguesia, que são da Câmara, passassem para a posse da Junta de Freguesia, mas continuamos à espera que isso seja feito. Há lá um terreno ao lado que, há longos anos, nós utilizamos mas que o proprietário vai usar, pelo que ficamos quase com as pernas cortadas.”

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal (PS):** -----

----- “Eu começo por vir aqui, como sempre, concordar com o Engenheiro Hilário, mas tenho que o fazer porque eu não percebo nada de contas, tal como ele parece que também não percebe nada de contas e de Planos e Orçamentos. E já há vários anos que eu falo o mesmo que o Professor Martins, que é naquela questão que temos que arranjar uma solução para tornar mais claras as contas. Nós percebemos bem que dos quarenta e oito milhões só são mesmo vinte e oito, que é o real e percebemos um bocadinho melhor essa mensagem. -----

----- Mas tal como concordo com ele no início, logo a seguir tenho que deixar concordar no resto porque senão parecia mal e a aliança PSD–CDS que foi aqui aludida, passava a ser uma aliança global e escusávamos de fazer reuniões, o que poderia não ser mau. -----

----- Em relação a este Plano e Orçamento temos duas visões: Uma visão de futuro já iniciada e afirmada pelo Executivo e várias vezes reafirmada pelo Senhor Presidente da Câmara em obras estruturais em mudança de mobilidades e mudança de estruturas, que criam também uma mudança de mentalidades e quando se quebra algum ciclo enfrentamo-nos com problemas de que vamos mudar mentalidades, vamos mudar hábitos e ao mudarmos de hábitos, logicamente que há resistências. Efectivamente, há sempre alguns que ficam piores do que aquilo que estavam, mas no pressuposto que a maioria irá lucrar. -----

----- Quando o nosso Concelho está a discutir, por exemplo, com Aveiro e Estreja as questões do Hospital, nós não podemos estar a fazer um Hospital novo em Águeda, estamos a discutir com eles; e quando estamos a discutir as reformas dos Tribunais estamos a discutir com outros; quando estamos a discutir o futuro, só se faz discutindo e quebrando a samarras do passado. ----

----- Neste Plano e Orçamento aparece aquilo que o Senhor Presidente já há vários anos vinha a iniciar. Quanto a mim, cria problemas e os problemas são as várias velocidades, tal como há várias situações de desenvolvimento diferenciadas dentro do Município, dentro da própria Autarquia, Serviços de Excelência e outros menos excelentes. Também aqui no Plano, há as chamadas zonas de ponta e outras que poderão ficar na penumbra ou ficar mais esquecidas. ----

----- Agora, não posso continuar a aceitar que se venha aqui falar na questão das Freguesias, ou na questão de tudo para a cidade mãe; isso é uma questão falsa hoje em dia e os Senhores presidentes de Junta que aqui estão, que todos os dias trabalham no terreno e nisso têm razão, têm que essa preocupação, não chega porque ficam limitados na sua acção. Por exemplo, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lamas, o Senhor Alcides, chega aqui e quase que parece que está a pedir ao Senhor Presidente da Câmara uma coisa que é o direito dele e o direito da população dele, dizendo que temos que dar, pelo menos, o que for possível. A acção do Senhor Presidente da Junta, para o seu esforço do dia a dia, não é chegar aqui e vir pedir o “dar”; ele vem aqui apresentar uma reivindicação que acha que é justa. Portanto, o Presidente da Câmara deverá ouvir com atenção e ter em consideração dentro do possível.-----

----- O que eu discuto aqui é o Planeamento; mudou o Planeamento neste Concelho, mal ou bem, talvez nalgumas áreas ainda mal planificadas. Mas posso dar razão à Doutora Nair quando fala na questão da área social que tem que dar o salto, eu sei que há medidas que estão a ser tomadas para dar esse salto; quando fala no Orçamento Participativo, logicamente que nos Orçamentos Participativos é uma acção dos Países avançados do mundo. -----

----- Espero que seja neste mandato que a verdadeira participação Orçamental e no Plano se verifique, não só na participação dos Senhores Presidentes de Junta que têm um bocado essa função, mas numa participação activa em alguns projectos de referência de cada uma das zonas. -----

----- Relativamente às obras nas Freguesias, o parque escolar em alguma Freguesia há-de estar; será só mesmo em Águeda? Não, é nas Freguesias. Quanto a IPSS's, são oito projectos

que o nosso Presidente teve o prazer com a sua equipa de aprovar para a nossa área, em que há uma intervenção Camarária e por acaso eles não são todos no centro de Águeda, são nas Freguesias. Agora, a última novidade que eu ouvi foi que a Pateira é de Águeda, deixou de ser de Fermentelos, de Óis e de Espinhel e passou a ser a Pateira de Águeda; isto é, o investimento na Pateira é um investimento centralizado na cidade mãe. Temos também o saneamento feito em Águeda, porque aqui em Águeda e porque em Águeda, cidade mãe, não há saneamento, então todo o investimento de saneamento vai ser feito na cidade mãe. -----

----- Logicamente que eu só estava aqui a fazer um bocado de piada mas que tem a sua razoabilidade. Temos uma quantidade de coisas que custam muito dinheiro e o dinheiro está caro e arranjar estes projectos, planificá-los, não foi tarefa fácil. Eu acho que foi, talvez, o grande desgaste do Presidente da Câmara e deste primeiro Executivo neste mandato, foi arranjar formas de projectos de candidaturas. Portanto, esse foi o primeiro esforço. -----

-----Tal como o Executivo tem que se adaptar aos novos tempos, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, na minha opinião, devem se adaptar aos novos tempos. Quantos projectos foram apresentados neste mandato ao Senhor Presidente da Câmara, em conjunto pelas Freguesias de Espinhel, Óis e Travassô? E da Trofa, Segadães e Lamas? E de Macinhata e Valongo? E do Préstimo, Castanheira, Agadão e Belazaima? Quantos projectos foram apresentados por Águeda, Recardães e Borralha, em conjunto? Meus Senhores, não vamos lá assim. É preciso criar riqueza e criar riqueza é o vosso esforço que vocês têm feito, transferi-lo agora para o esforço conjunto com o do lado. Aguada de Baixo, Aguada de Cima e Barrô, têm que criar um esforço conjunto para dar um resultado positivo; chama-se aproveitamento de recursos humanos e de recursos materiais; é por aí que nós temos que ir. Potencializar a riqueza dos vários, juntá-los e criar novos projectos. Para as Freguesias é assim que elas se vão impor, nunca pedindo para a sua Freguesia a sua escola, a sua estrada, o seu chafariz, ou outra situação qualquer. Quando estamos a pedir temos que pedir para um conjunto e criar condições para que seja possível criar e otimizar isso. -----

----- Em relação a esta parte é o que me cabe dizer. Em termos de Plano e Orçamento, é preciso mudarmos para o futuro, é preciso que o Senhor Presidente da Câmara tenha cuidado em ouvir o máximo as pessoas, que crie realmente um Orçamento Participado e é preciso que as Juntas de Freguesias vão mais além do que a sua própria zona, criando algumas parcerias e

algumas situações que já foram discutidas entre eles, como a central de compras, como a central de aproveitamento, têm que criar sinergias que apresentem aqui, não para pedir à Câmara, mas para apresentar projectos concretos, exequíveis e em que realmente sejam desviadas verbas para essa participação.” -----

----- **Deputado José Manuel Gomes de Oliveira (PSD):** -----

----- “Na minha opinião, o Orçamento é uma dos temas mais importantes desta Assembleia ao longo do ano e tenho sempre o cuidado de o estudar á minha maneira e não vou mentir que a primeira coisa que vejo são as obras para a Freguesia de Aguada de Cima. Depois disso, volto a ler o Plano e vejo as obras para as outras Freguesias todas. -----

----- Quero lembrar aqui o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e não o Senhor Presidente da Câmara porque também tem responsabilidade, que Águeda tem onze mil trezentos e tal eleitores; Valongo do Vouga tem quatro mil quatrocentos e oitenta e nove eleitores e Aguada de Cima tem três mil seiscentos e vinte e nove. A conclusão destes números quer dizer que a Freguesia de Aguada de Cima é a terceira do Concelho em número de eleitores; quanto a distribuir verbas, não quer dizer que seja assim, mas não devia fugir muito daí. -----

----- Antes que me esqueça, queria lembrar o Senhor Presidente da Assembleia que temos aqui cinco pessoas de Aguada e hoje para mim é importante o voto. Do Senhor Vereador e da Senhora Vereadora do Executivo já sei qual é o voto; um é a favor do Plano e outro absteve-se. Em relação ao Senhor Presidente da Assembleia não sei, em relação ao Senhor Heitor Garruço, actual Presidente da Junta de Aguada de Cima, eu tenho alguma responsabilidade por o ter empurrado e hoje estou aqui preocupadíssimo porque ele está metido numa alhada de todo o tamanho. -----

----- Eu não sei se o Senhor Presidente da Câmara tem alguma coisa contra a população de Aguada de Cima, mas em relação a Aguada de Cima eu acho que no Plano ele fez uma discriminação total; em doze anos eu nunca vi fazer uma coisa assim. O Senhor Presidente deu-se ao trabalho de retirar obras que já vinham do Plano de há dois anos e do ano passado e que desapareceram aqui do Plano e encaixou aqui uma obra. Para a Freguesia de Aguada de Cima há três rubricas. Há uma obra na Rua das Almas da Areosa, com uma verba de oitenta mil euros, que é uma pavimentação em frente à minha casa, que até lhe agradeço porque era uma coisa

que eu tinha dificuldade em pedir porque iriam logo dizer que era por ser em frente à minha casa. Depois, vem uma outra rubrica de quinze, mais quinze, num total de trinta mil euros para o armazém da Junta de Freguesia, para a aquisição de terreno e melhoramentos do armazém. E para o projecto da Escola E.B.2,3 vinte mil euros. É isto que vem para Aguada de Cima. Façam uma leitura como eu fiz ao Plano todo e agora, o Engenheiro Farias diz que há uma nova filosofia para o Concelho, de facto, eu não tenho dúvidas nenhuma que há, mas a filosofia é em primeiro lugar o centro de Águeda. Eu acho bem que o Senhor Presidente aposte nos três projectos, como mostrou aqui na sexta-feira, que quer fazer aqui para Águeda ou que está a pensar fazer, mas se vocês lerem bem o Plano não é só para o centro de Águeda. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia, eu sei que o Senhor hoje vai votar mas depois há-de ler o Plano em casa, porque se ler todas as obras que não são para o centro de Águeda mas que são para a Freguesia de Águeda são muitas. Portanto, a Freguesia de Águeda tem as obras do centro de Águeda e tem também dos arredores de Águeda. A Freguesia de Águeda é a tal que tem os tais onze mil eleitores mas que leva mais de metade do Orçamento. -----

----- Quanto ao andamento que tem sido feito, o andamento e a velocidade do Concelho de Águeda nos últimos quatro anos, é o andamento dos arranjos exteriores à Biblioteca de Águeda. Há quanto andam para fazer os arranjos exteriores da Biblioteca de Águeda? Meio ano? Mas o que é que se passa? Ouvei dizer que o projecto custou vinte e cinco mil euros só para os arranjos exteriores, o que não foi barato. Eu até vejo lá as máquinas sempre paradas e questiono: Será que a Câmara está a pagar o aluguer dessas máquinas? É que elas já lá estão há meio ano! Eu não sei realmente o que é que se passa. Portanto, o andamento no Concelho de Águeda nestes últimos quatro anos tem sido este. Tem-se investido, realmente, muito em projectos e mais uma vez temos aqui dois milhões de euros em projectos. -----

----- Depois, uma coisa em que o Senhor Presidente é especialista é em investir em informática. Numa das rubricas tem aqui cento e quarenta e cinco mil, mais sessenta e cinco mil, mais quinze mil. Quer dizer que só em informática, houve um ano que eu contabilizei e foram trezentos e cinquenta mil euros que investiu; este ano são duzentos e tal mil euros. Eu não entendo e não sei onde é que o Senhor Presidente mete tantos computadores e tantos programas; eu que me considero uma pessoa que normalmente costumo andar na vanguarda da informática, eu não faço tantos investimentos para vencer os meus objectivos, mas é o andamento do Senhor

Presidente.-----

----- Em relação aos Parques Empresariais, o que eu vejo aqui é uma rubrica de um milhão de euros; eu há tempos atrás vim dizer aqui que daqui a um ano eu iria ver muito pouco do Parque Empresarial do Casarão, porque com um milhão de euros o que é que fazem no Parque Empresarial do Casarão? Podem dizer-me que depois vai ser participado e vai-se receber mais não sei quanto. Então, um milhão de euros é só para o Parque Empresarial do Casarão? E os acessos, por exemplo, para a Ciclo Fapril? E os acessos à Tipografia Litoprint que está entre Barrô e Aguada de Cima? O que é que se vai fazer sobre isso? Agora, expliquem-me como é que eu vou para a rua explicar às pessoas que há dois anos tinha, quando estava na Junta, obras no Plano, para a Rua da Mata, para os arranjos exteriores à casa mortuária, para a Rua das Bouças. As obras andaram dois anos no Plano e agora desapareceram. Basta olhar para uma das rubricas, para um arranjo urbanístico aqui em Águeda, uma das verbas são logo dois milhões de euros. Como é que as pessoas podem compreender isto? Será a gente de Águeda branca e os de Aguada de Cima pretos? Como é que se pode investir oitenta, mais vinte, mais trinta? São os investimentos previstos para Aguada de Cima. -----

----- O Senhor Presidente é muito filósofo, mas eu não vivo de filosofias, eu sei o que é que se passava em Aguada de Cima. De facto, tem aqui muitas obras, quem ler isto vai contabilizar e dizer que eu estou a mentir, mas são obras para pagar, porque para fazer são essas que eu disse. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia, eu vou ver o seu voto; vou ver o voto do Senhor Heitor e vou-me abster só por uma simples razão, como é que é possível uma equipa que tem trezentos funcionários e demora estes meses todos para apresentar o Plano? Eu se estivesse nessa posição tinha que apresentar o Plano, no mínimo, até ao final do ano, para que a gestão das Freguesias todas fosse normal, em Janeiro, Fevereiro, Março e Abril. Dizem que é difícil com trezentas pessoas a apoiarem? Eu não percebo como é que se gere as pessoas aqui na Câmara Municipal. É sempre quase no último dia que se apresenta o Plano e é assim que gerem estas coisas e depois dizem que o País anda mal. -----

----- Agora, o que é que vai acontecer aqui no centro de Águeda? Vamos remodelar tudo; vamos arrancar tudo que foi feito e fazer tudo de novo. É uma opção? É uma filosofia nova? Vai trazer muita gente aqui para Águeda? O País está em condições de fazer isso? De remodelar e partir

aqui este Jardim; a Avenida Eugénio Ribeiro; lá em baixo a Praça dos táxis. É um investimento louco, mas é o que vai ser feito e é assim que nós vamos partir para o progresso deste Concelho.

----- Em relação a Aguada de Cima, eu não sei como é que é possível estar no Executivo da Câmara e votar a favor este Plano, sendo de Aguada de Cima. É uma discriminação total às pessoas de Aguada de Cima. Eu estou a lembrar-me do período eleitoral e das pessoas a pedirem o voto e depois votam isto para as pessoas de Aguada de Cima? Eu lamento só por isso, mas em doze anos eu nunca vi fazerem o que fizeram neste Plano. Aguada de Cima merecia mais. A estrada das Almas da Areosa está muito bem, porque é o nosso cartão de visita do Concelho de Águeda. Vocês sabem perfeitamente que dezenas de pessoas vão a Aguada de Cima para comer o leitão e é o nosso cartão de visita. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia, veja bem o seu voto pois eu vou estar atento, porque isto não se faz à Freguesia de Aguada de Cima.” -----

----- Para responder à interpelação do Senhor Deputado, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, usou da palavra, completando a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra:

----- “Não há dúvidas nenhuma que o Engenheiro José Oliveira conhece muito bem a minha e não sei se está enganado, mas eu sou Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Águeda. Já ocupei determinados cargos e comecei ainda em setenta e cinco na Comissão Administrativa e desafio as pessoas a irem às actas verem quando é que eu tomei decisão em proveito próprio ou proveito da minha terra. Independentemente e fora do contexto do interesse colectivo do Concelho de Águeda. E chamo-lhe a atenção de uma coisa, como exemplo para aquilo que estou a dizer. Eu fui o principal responsável pelo saneamento de Aguada de Cima e distribuição de água e o Senhor Ex-Presidente da Junta sabe perfeitamente bem que eu já vivo na minha casa há cerca de vinte anos, desde trinta e um de Janeiro de mil novecentos e oitenta e nove e acontece que a minha casa não tem saneamento, porque nestes vinte anos, eu morador na Rua dos Olivais, no Garrido, ainda continuo à espera que a Junta de Freguesia inclua no seu programa a abertura da estrada que serve a minha casa e pela qual eu paguei os materiais ao Senhor Ex-Presidente, José Júlio Ribeiro, no gabinete dele e ele na minha frente passou o cheque ao Ex-Presidente da Junta, António Figueira, e então foi feita a reposição do pavimento naquele caminho que servia a minha casa; um caminho que historicamente liga ao centro da Freguesia. No entanto, há vinte anos que eu estou à espera que apareça no programa

da Junta de Freguesia a continuação do caminho que serve a minha casa como ele estava em historicamente. Por isso, não tenho saneamento em casa; tenho fossa séptica e eu era o principal responsável pelo saneamento na minha Freguesia. Veja que nem nesse caso eu tive a preocupação de resolver, pessoalmente, o meu problema e também não irei fazer, como nunca fiz para além de umas conversas superficiais, pressão sobre os Membros das Juntas para que resolvam um problema pessoal que eu tenho. Um dia, quando eu deixar de ser Autarca, se calhar, passo a ir às reuniões da Assembleia de Freguesia para protestar, mas enquanto eu for Autarca não me vê lá. -----

----- Por outro lado, quero lhe dizer que assustou-me há bocado a dizer que ia ver o meu voto e eu fui à procura das minhas competências e as competências do Presidente da Assembleia Municipal não contempla essa sua intenção. Eu lamento, mas vou continuar a exercer a minha representação aqui conforme me é competente. O meu voto será o voto do Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Águeda; nunca vai ser o voto do habitante do lugar do Garrido, da Freguesia de Aguada de Cima, mesmo que em causa esteja um benefício próprio para mim; pode ter a certeza. Mas, evidentemente, que gosto muito de Aguada de Cima, mas as minhas funções são Municipais, são do Concelho de Águeda e não abduco, nem ponho em causa essa competência, nem quero que nenhum dos outros Senhores aqui presentes, por alguma razão, um dia pensem que ele vota assim para se proteger a ele ou aos seus. Caro amigo José Oliveira aí não, só quando deixar de ser Autarca é que vou tomar as posições dessa maneira, defendendo os meus próprios interesses.” -----

----- De imediato, para novas intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra aos Senhores Deputados, que fizeram as intervenções que se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputado Tiago André da Costa Soares (PS):** -----

----- “ Em primeiro de tinha preparado uma pequena intervenção acerca do Plano e Orçamento do Plano e Orçamento, mas não poderia primeiro de lançar uma nota ao facto de que enquanto Deputados Municipais que somos eleitos, o cidadão comum de Águeda quando vota em listas vota em listas onde as pessoas vão como Deputados Municipais e em listas e indo como Deputados Municipais pretende-se que defendam os interesses do Concelho e não os interesses de respectivas Freguesias. Peço, mesmo que os todos os Deputados Municipais aqui presentes

tenham isso em atenção e que de agora em diante tenhamos a consciência que devemos representar o Concelho em unidade e não em determinados fragmentos desse Concelho. -----

----- Depois, já esta noite foi aqui falado que este Orçamento pode ser olhado por duas perspectivas. Uma perspectiva em que o Orçamento pode ser mau e uma perspectiva em que o Orçamento pode ser bom. Eu, com toda a certeza, acredito e penso que este é um bom Orçamento, porque foca algumas temáticas que, muitas vezes, têm sido aqui chamadas e que têm sido muito criticadas e que, efectivamente, estão contempladas nas Grandes Opções do Plano de dois mil e dez. Uma dessas temáticas vai essencialmente de encontro à capacitação empresarial de Águeda; à atenção dada às Empresas e aos Empresários e à Actividade Económica do Concelho de Águeda. -----

----- Não tenhamos dúvidas que estamos num momento em que a centralidade da economia deve existir e os problemas de um Concelho e do nosso País, devem também emergir de crescimento económico, de desenvolvimento sustentável dos territórios e das próprias populações. -----

----- Portanto, deve existir aqui, por parte das Políticas Públicas, uma capacidade de alavancagem da actividade económica, do pensamento para a actividade económica, que deve partir, muitas vezes, do Poder Público Local. -----

----- Relativamente a este Plano e Orçamento penso que, efectivamente, vai ao encontro disto, em primeiro de tudo porque não substituindo ao mundo empresarial, que não deve ser o caso, o Senhor Presidente da Câmara neste Orçamento apresenta um conjunto de dados, um conjunto de variáveis que unidas e cooperadas entre si, podem levar a fundamento e dinamismo económico do Concelho. -----

----- Por um lado, o Poder Público Local interage com as Associações Empresariais e Comerciais; por outro lado, o Poder Público Local interage com o que são as Empresas do Concelho de Águeda; por outro lado, o Poder Público Local a Câmara Municipal de Águeda procurará em dois mil e dez também interagir com determinados sectores de actividade que podem alavancar o Concelho de Águeda, no próximo ano e em anos futuros. -----

----- Efectivamente, este Plano e Orçamento pretende ter uma base plurianual, como vem sendo hábito desta Câmara Municipal em pensar estrategicamente o Concelho de Águeda e não meramente pensá-lo de ano a ano, gerindo susceptibilidades, gerindo dados próprias ao sabor

da situação e ao sabor do quotidiano. -----

----- Esta Câmara Municipal procura pensar, e isso está tratado neste Orçamento e Plano, no Concelho de Águeda para o futuro dois mil e dez em diante. -----

----- Consubstanciando um pouco o que estou para aqui a dizer porque também, efectivamente, devemos muitas das vezes corporizar o que dizemos, porque não falar da verba disponibilizada para o Parque Empresarial do Casarão? E mesmo ao projecto de Incubadora de Empresas? Isto são, efectivamente, duas medidas; uma delas já muito discutida e outra, se calhar, não tão discutida e que está na Ordem de Trabalhos, que não sabemos se hoje vai ser ou não discutida.

----- Realmente, o Parque Empresarial do Casarão e a Incubadora de Empresas são duas linhas políticas que reforçam a capacitação de Águeda enquanto Concelho virado para a actividade económica, virado para o alcance de novos investidores, sejam eles externos ou internos; e para a reformulação de investidores e de Empresas que, realmente, estarão já no Concelho de Águeda. Por outro lado, chama ainda a si Concelho de Águeda, novos jovens menos jovens que procuram lançar novas ideias de negócio, procuram eventualmente crescer enquanto empresários e lançar aqui novas opções da actividade de Águeda em diversos sectores. -----

----- Portanto, estes dois projectos darão mais mão-de-obra a Águeda; darão mais emprego, mais fomento de negócio para as Industrias Locais; investimento directo, externo ao Concelho; mais capacidade logística; mais ambiente de negócios que também é essencial, embora variável não corporizada em material; menos fuga de investimentos; mais pressão sobre os Poderes Políticos Locais para garantir a Excelência da própria Gestão Local, porque com mais pressão do mundo empresarial privado sobre o Poder Público Local, também se alcança mais Excelência no Poder Público Local. -----

----- Não esqueçamos depois, também, os projectos que muitas pessoas, às vezes, questionam para quê a sua utilidade; para quê a sua existência; parece que não dão nada às populações porque não é algo palpável. -----

----- Não podemos, única e exclusivamente, pensar que será o alcatroamento de uma estrada de acesso a um armazém ou a sinalização melhorada que vão, efectivamente, chamar investidores e criar dinamismo nas empresas que já cá estão e que vão lançar o “bichinho” no empresários para alcance de novas ideias de produtos e de serviços, que muitas vezes, em cooperação entre si e em cooperação com o próprio Poder Público Local, conseguem chegar

mais longe. -----

----- Portanto, isto poderá garantir novos laços de cooperação estratégica para agentes económicos; incremento de novas tecnologias e também mais potencial de crescimento, mais potencial de investigação e “desenvolvimento”. Uma palavra muito cara, hoje em diante, mas que deve ser cada vez mais chamada, porque é através desta variável, desenvolvimento experimental, que as populações poderão avançar e que as populações poderão indirectamente ganhar mais mão-de-obra qualificada, poderão ganhar mais qualidade de vida. -----

----- Olhemos, por exemplo, para a verba, para a ineficiência energética e para a indústria. Olhemos para a verba para mercados e feiras. Olhemos para a verba para um importante sector que cada vez mais deve ser colocado no centro do desenvolvimento económico do Concelho, que é o turismo. Olhemos para a verba que está dotada para o gabinete de apoio ao empresário. Olhemos para a dotação Orçamental da conferência de empresários. Tudo isto medidas que são ligadas ao ambiente económico de Águeda. Portanto, não nos esqueçamos que este Plano não é alheio a estas temáticas; não é somente a temática do alcatroamento da obra da Freguesia; é uma temática que lança futuro em Águeda. -----

----- Já foi aqui falado esta noite em Fundos Comunitários e na possibilidade de conseguirmos de ante mão, saber quais serão as verbas destinadas e que devem estar em Orçamento: QREN; FEDER; FSE; entre outros. Não nos esqueçamos aqui que os Fundos Comunitários numa atribuição e numa avaliação, são feitos à priori dos projectos e muitas vezes a decisão de apoio à aprovação dos projectos de investimentos e o montante de investimento aprovado para apoio não é definido desde início, muitas vezes, são verbas que só são conhecidas à posteriori e são fechadas à posteriori. -----

----- Portanto, há aqui uma dificuldade de cumprir muitas vezes com o que está explícito no POCAL. Mas, falando do QREN, do FEDER, do FSE e de outros programas comunitários ou não, existem aqui receitas previstas que, embora uma previsão, mostram que a Câmara Municipal de Águeda está em querer, e bem, que terá projectos candidatáveis a estes Fundos que têm substancial valor; substancial capacidade de dinamização do Concelho e portanto, serão aprovados com larga taxa de financiamento. Efectivamente, estes apoios só são cada vez mais prestados a projectos que têm qualidade, pois as exigências são cada vez maiores nos apoios, como bem sabem e esta previsão de dotação Orçamental para Fundos Comunitários

mostra isso mesmo; mostra que a Câmara Municipal aposta em projectos que tem substancial interesse e que tem capacidade de serem financiados. -----

----- Olhemos também para o aumento do valor da verba de dotação Orçamental atribuído a indústria e energia no GOP 2010. Às vezes, querem nos enganar quando vêm aqui dizer alguns valores, mas não nos podemos esquecer que também é preciso saber analisar isto noutra perspectiva. Face ao GOP 2009 e não à Prestação de Contas de 2009, nós temos um aumento de 252% da verba prevista para indústria e energia. Portanto, um substancial aumento nesta verba; um reforço do apoio ao meio empresarial. -----

----- Temos, também, como já disse, uma capacitação da própria indústria no turismo; aumento da verba em 9% face ao Orçamento de 2009. -----

----- Perdoem-me, mas também tenho que falar de outras questões que não são apenas focadas na capacitação das empresas e no mundo empresarial e que são os investimentos nas Freguesias. Falasse aqui em Freguesias específicas. Se calhar, devemos olhar um pouco mais para o que é o Concelho no seu todo e não pensar em distribuição de “migalhas”. Devemos olhar para o Concelho no seu todo, uno e integrado mas, já que falamos que não há investimentos nas Freguesias, não porquê existir aqui uma análise em que há Freguesias que recebem, por exemplo, seiscentos mil euros; trezentos e trinta e sete mil euros; quinhentos e sete mil euros e isto apenas em investimentos que serão em prol da Freguesia e que não servirão, à partida, como geradores de externalidades para outras Freguesias e para o Concelho no seu todo. -----

----- Olhemos para Freguesias que estão a receber num indicador de verba atribuída, única e exclusivamente, para essa Freguesia sobre um misto de eleitores e de área em quilómetros quadrados, Freguesias que recebem por habitante no GOP 2010, trezentos e quarenta e cinco euros de dotação prevista Orçamental. -----

----- E porquê então, também, olharmos para Freguesias que, efectivamente, também recebem cerca de duzentos e setenta e cinco euros de dotação Orçamental, mais uma vez, neste indicador de verba por misto de área e eleitor. -----

----- De facto, parece-me que as Freguesias não estão aqui a ser esquecidas, mas também têm que concordar que isto não pode ser uma distribuição de dinheiros públicos por cada Freguesia sem projectos integrados. Concordo com o meu colega Deputado, José Vidal, que efectivamente cada vez mais o avanço deverá ser no sentido de cooperação entre as Freguesias; não devemos

olhar única e exclusivamente para o nosso território; devemos cooperar activamente sem qualquer tipo de medo, sem qualquer tipo de receios ou quezílias. -----

----- Para terminar, tenho também a dizer que pela análise que se faz do POC 2010, há um aumento da dotação Orçamental prevista para acção social de 18%. Portanto, ao contrário do que aqui foi dito, parece-me que a dotação Orçamental cresce e cresce substancialmente e também dotação Orçamental em despesas de educação em 54 %. Portanto, este GOP pretende uma dotação Orçamental, em média por Aguedense do Concelho de Águeda, de novecentos e setenta e cinco euros ponto trinta cêntimos. -----

----- E, só para responder também a pessoas que já aqui vieram falar de Freguesias específicas, como Valongo ou Águeda, parece-me que Valongo ou Águeda, em média e por habitante e quilómetro quadrado de área, Valongo não vai receber assim tão pouco como parece e Águeda não vai receber assim tanto como parece; são dados numéricos, não são invenções.” -----

----- **Deputado Carlos Guilherme da Silva Nolasco – Presidente da Junta de freguesia de Fermentelos (PSD):** -----

----- “Já ouvi aqui hoje muita coisa, para mim algumas são novidades, mas há algumas que eu tenho que referenciar. Se bem é certo que os Deputados estão para defender os interesses do Concelho, os Deputados Eleitos nas Listas para a Assembleia Municipal, nós, como Presidentes de Juntas, entendemos que estamos aqui para defender os interesses das nossas Freguesias. Eu não o entendo de outra forma. É claro que estamos a votar um Plano e o Plano é o Plano num todo, mas nós teremos que fazer algumas reflexões sobre aquilo que nos toca a nós Freguesias. -----

----- Começarei por dizer que, segundo os elementos que eu tenho aqui, Fermentelos está muito bem contemplada, porque para a construção do Centro Educativo teremos quatrocentos e quarenta e um mil euros; entenda-se que é muito dinheiro para uma Freguesia e depois outras coisas por aí fora, mas não são aquelas que na realidade eu, Presidente de Junta, mais desejava para a minha terra. Tive ocasião de dizer ao Senhor Presidente que quero muito a Escola agregada em Fermentelos, mas não é a prioridade principal para mim, como Presidente de Junta. Há outras coisas que entendo que fazem muita falta a Fermentelos. É claro que, depois, aqui também aparecem obras que deduzo que sejam para a Pateira e perdoem-me os meus amigos de Espinhel e Óis da Ribeira, mas a Pateira não é de Águeda; o nome dela é Pateira de

Fermentelos. É claro que é de todos, mas o nome é Pateira de Fermentelos e por isso não aceito que lhe mudem o nome. -----

----- Nestas rubricas para a Pateira há coisas aqui que parecem muito bem, como: projecto de ordenamento de pesca desportiva; criação de paisagem protegida; estação da via. Agora, há uma que eu entendo perfeitamente e essa talvez me diga respeito, que é a Estação de Esforço Constante. Eu penso que é o esforço constante que nós passamos para conseguir fazer alguma coisa nas nossas terras. Não sei, sinceramente, a que é que se refere esta rubrica. -----

----- A verdade é que havia uma obra, que nós indicámos e que é importantíssima para Fermentelos, que é o arranjo do Largo do Arraial. Uma das coisas que me levou a vir aqui, é que há poucos dias, estivemos com o Senhor Vice-Presidente a falarmos sobre o projecto do Arranjo do Arraial e não vi aqui nenhuma verba para a obra em si. Cansados de projectos Fermentelos para essa obra do Arraial. Penso que alguma coisa terá que mudar para podermos também fazer obra. -----

----- É verdade que nós temos que olhar para as nossas terras; é verdade que temos que olhar para o estado das ruas da nossa terra e falo pela minha, que é uma miséria, mas também sou o primeiro a dizer que enquanto não arranjarmos por debaixo das ruas, sobretudo as redes de água que estão há muitíssimos anos e constantemente a ter rupturas, não vale a pena meter alcatrão. Mas, talvez, valesse a pena sim fazer as reparações bem feitas, porque chegar lá espalhar um pouco da massa em cima dos buracos e o rodado do camião é que o aperta, as estradas ficam cada dia mais intransitáveis dessa maneira. -----

----- Era esta reflexão que eu queria fazer chegar ao Senhor Presidente da Câmara em relação à minha terra; em relação às obras que eu quero para Fermentelos. É claro que nós queremos sempre mais e por isso nós temos que reivindicar aqui essas circunstâncias e essas necessidades para as nossas terras.” -----

----- **Deputado António Manuel de Almeida Tondela (PSD):** -----

----- “Apesar do avançar da hora e da cara que a Senhora Deputada Doutora Carla me virou quando eu me inscrevi, vai ter que me ouvir e o Senhor Presidente da Câmara Municipal também, mas vou tentar encurtar tudo ao máximo da minha intervenção. -----

----- Eu não venho aqui falar sobre Orçamentos porque eu não sou técnico nessa matéria. Eu preocupo-me com as Opções do Orçamento e é sobre as Opções que eu me devo dirigir e àquilo

que o Senhor Presidente da Câmara quer e pretende para Águeda. -----

----- Na nossa Ordem de Trabalhos aparece um ponto que tem a ver com o Estudo Sustentabilidade de Águeda. É um Estudo que é “engraçado” para nós lermos com calma e analisarmos com muita atenção. Eu retirei de lá algumas frases, uma delas que me chamou particularmente a atenção, e só vem confirmar aquilo que eu já tinha dito em reuniões de Câmara e também já o disse aqui, é que o nosso Concelho está a envelhecer aceleradamente. Diz mesmo no documento o que eu passo a citar: *“A taxa de envelhecimento em Águeda é superior à média nacional em 8%, em 2008 a proporção da população com mais de 65 é 24% superior ao número de jovens de 0 a 14 anos”*. E o Estudo aponta: *“Existe uma necessidade urgente a nível da mobilidade e cuidados de saúde”*. Assim, Senhor Presidente, é por aqui que eu começo a minha intervenção. Eu gostaria de saber: qual é a política da Câmara nesta área da saúde? Preocupa-nos extremamente o que se passa nalguns Centros de Saúde; o que se passa com as dificuldades que as pessoas têm em ir aos Centros de Saúde. -----

----- Independentemente daquilo que o colega, há bocado aqui falou, que não se deve falar só na nossa Freguesia mas nas necessidades do Concelho, peço desculpas, mas também tenho que falar nas pessoas que me elegeram, que são as pessoas da minha terra. Assim, preocupa-me também o Pólo de Saúde de Valongo. O edifício actual é pertença da Casa do Povo e esta está disponível para trabalhar com a Câmara, a junta e o Governo Central na busca de uma solução que Valongo merece e precisa. -----

----- Também me preocupa a situação de, não ver aqui plasmado a situação de projectos de apoio às famílias carenciadas, como disse a Doutora Nair Barreto. Também não consegui encontrar aqui os projectos de apoio à juventude; não aqueles projectos para a juventude como as actividades ditas culturais, ou então do projecto de apoio ao desporto, mas sim projectos para aqueles jovens que, neste momento, apresentam problemas de integração e desenvolvem mecanismos de risco, são aqueles para aqueles a que já aqui várias vezes falámos, independentemente de termos aqui o Presidente da Comissão de Protecção de Menores e termos trocado muitas opiniões sobre isto. Ele já tipificou que o grau de violência nos nossos jovens, há vários anos estava nos catorze anos de idade. Neste momento está nos dez anos. Isto carece uma intervenção conjunta; carece uma tipificação e uma definição de programas, que têm que ser aqui plasmados no Plano, de uma vez por todas. Águeda vê crescer jovens sem

futuro. -----

----- Mais do que nós pensarmos na situação das empresas, temos que pensar nos que vão cá estar depois de nós, que vão tomar conta de nós quando nós formos velhos. E isto começa a ser tratado hoje, pelo que vamos ter que pensar como é que vamos fazer isto. -----

----- Depois, Senhor Presidente, falando na parte da Educação, não haja dúvida que este Plano foca e aponta com grande prioridade a construção dos Pólos Educativos. Não quero repetir aquilo que fui dizendo ao longo de cinco anos nas reuniões do Executivo. Comungo da opinião que o meu colega Hilário já disse. Fomos tarde, mas estamos a recuperar. -----

----- Há alguns projectos de que já dei a minha opinião mas, depois, encontro também coisas neste Plano, como por exemplo, o Centro Escolar Águeda – Sul. O que é isto? Onde é que vai ser? Depois, o Senhor Presidente apresenta projectos nas reuniões de Câmara, mas os projectos na reunião de Câmara vão valer o quê? Quando você, depois, põe mil euros, por exemplo, para o Pólo da Trofa para este ano e manda a sua construção para os outros anos a seguir. -----

----- Eu já lhe disse, Senhor Presidente, que nesta matéria de planificar é preciso avaliar antes de planificar e avaliar é saber aquilo que nós temos na realidade. Também já lhe disse que tem todo o meu apoio nesta matéria, mas o caminho que está a traçar, na minha opinião, enferme de um grande erro, que é não ir responder às necessidades prementes das crianças que estão nas Escolas. -----

----- Neste momento, por exemplo, é fundamental que Borralha e Trofa avancem rapidamente. Há pais da Trofa que têm as suas crianças em três locais diferentes de Ensino e era por aqui que devíamos ter começado. Independentemente de dizer que era mais fácil agora pegar em Recardães e adaptamos aquele Pólo, na minha opinião, acho que não vamos resolver o problema. Foi uma má aposta que o PSD fez em tempos; é uma má aposta que o Senhor Presidente continua a fazer. -----

----- Esta é a minha visão e um dia há-de dar-me razão, em como não resolve o problema de Recardães. Inclusivamente estamos a construir um espaço de refeitório onde as crianças dos três aos dez anos, vão comer em turnos. Ou seja, comem uns agora e depois outros. Quem é que toma conta deles? Quem é que vigia? -----

----- O Senhor Presidente, há bocado falou em duzentos funcionários na área da Educação. O

Senhor Presidente sabe que há Escolas de um lugar ou de dois lugares no nosso Concelho, que no tempo das nove ao meio-dia e da uma e meia às três e meia, estão entregues aos Professores? Mas, a função do Professor não é ir abrir a porta; não é ir lavar o menino que se sujou; nem é ir acompanhar o menino que se sentiu mal disposto, porque quando vai deixa os outros sem ninguém. E estas situações não podem acontecer; as nossas crianças têm que estar todas em pé de igualdade. Não pode haver “meninos de primeira” e “meninos de segunda”. -----

----- O Senhor Presidente está a trabalhar nesse sentido, e bem, mas tem que ter esta situação em atenção e como prioritária. -----

----- Finalmente e para terminar, quero falar um pouco da minha terra, se me permite, e relativamente ao Tiago, que fez um grande exercício académico, quero dizer-lhe que, às vezes, os números que aqui estão não são a realidade. Não vale a pena pôr aqui cento e vinte mil se, depois, só se dá quarenta. -----

----- Quero dizer que eu também estou preocupado em relação a Valongo, pela situação do Posto Médico, mas sei que o Senhor Presidente está atento a isso e vai continuar atento a essa situação. Também estou preocupado com a demora temporal de que um investimento que quando o Senhor Presidente chegou a esta Câmara, tomou também como seu, que é a questão do pavilhão. É uma aposta estratégica para a Freguesia e para o norte do Concelho. -----

----- Já em tempos, e eu aí concordo com o Professor José Vidal que disse, uma vez aqui, que há que ter esta visão; decidir que obras prioritárias devem estar no norte e no sul do Concelho, e Senhor Presidente esta, quando o Senhor cá chegou, tomou-a como sua. Inclusivamente, financia e nesse sentido há que ser catalisador para que esta situação seja resolvida de uma vez por todas; até porque em Valongo temos lá a *Excelência* do Desporto Feminino, que é o Andebol da Casa do Povo e aqui está a resposta para a necessidade daquele pavilhão. -----

----- Eu peço-lhe, encarecidamente, que trabalhe em parceria com a Junta de Freguesia que é assim que deve fazer. Depois, também concordo com a colocação aqui no Plano as obras do alargamento das pontes que servem a zona central e a zona norte da Freguesia. É realmente prioritária essa intervenção. Posso dizer que quase todos os dias há problemas nas passagens daquelas pontes; eu sei que não é do seu tempo. Hoje o movimento é muito maior e carece aqui de um Plano Rodoviário. Porquê? Para responder também ao meu colega Tiago que em Arrancada existe uma Empresa de Excelência, a “Lanidor”, que conversei um pouco com o seu

director, que nos diz que um dos grandes problemas que tem na sua Empresa é necessidade de respostas sociais para deixar às suas crianças. A Câmara está a apoiar e bem, uma obra de raiz para a infância a ser construída pela Casa do Povo. Mas também há o problema da circulação nas actuais vias. Não é admissível que desde a Ponte do Vouga até à Lanidor, por exemplo, existam quatro congestionamentos de trânsito, nomeadamente, das Pontes e do seu estreitamento; isto não pode acontecer. -----

----- Nós, que até estamos numa posição geográfica positiva para chegar rapidamente à A25, se acolá fizermos um investimento de alargamento daquela via, não de muitos milhares de euros, podemos resolver este problema. -----

----- Também e só para mostrar ao Engenheiro Farias que, às vezes, as coisas são a planificação e a visão. Há cinco anos, quando o Senhor Presidente aqui chegou e o Senhor Vice-Presidente e peço desculpa de o citar, colocou no Plano para a questão que hoje toda a gente fala da Segurança, da G.N.R., estava lá uma verba para aquisição de terrenos para o novo Quartel de Arrancada. Hoje, passámos para mil euros para a manutenção daquele Edifício que há quatro anos dizíamos ter que ser novo!” -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para resposta, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós temos um pacote financeiro de Fundos Comunitários que ou aproveitamos ou deixamos passar e aquilo que foi feito já no mandato anterior foi conseguir cativar o maior número possível desses Fundos Comunitários e isto porque nos vão permitir fazer algumas obras com muito menos esforço financeiro da Autarquia. Se nós tivermos de pagar só metade, fica metade do lado de cá; se tivermos de pagar 20% então ainda muito melhor. -----

----- Efectivamente, aquilo que está neste Plano é uma resposta, directa e objectiva, aos projectos que nós temos apoiados por Fundos Comunitários. Eu iria reportar-me um bocadinho ao Plano Estratégico de Águeda que, nas primeiras páginas, refere que Águeda é uma cidade agressiva. Nós temos, pela primeira vez, um envelope financeiro que pode permitir alterarmos algumas coisas dentro da cidade. -----

----- Obviamente que, na minha perspectiva enquanto gestor da Autarquia, devo aproveitar esse envelope financeiro para fazer as alterações que entendo como necessárias e alterar um pouco a fisionomia da cidade e dar melhor qualidade de vida às pessoas que cá estão e que podem vir

para cá, porque eu entendo que tem que haver solidariedade entre a Cidade e as Freguesias; isso para mim é indiscutível, mas há altura em que é para a Cidade e altura em que é para as Freguesias. -----

----- Aquilo que foi feito no mandato anterior e que acabámos de concretizar e que está em curso, é que o grande esforço financeiro que era necessário fazer em água e saneamento não está aqui neste Plano e são muitos milhões de euros. Ou seja, nós neste Plano não temos nada de água e saneamento, embora seja para Águeda também alguma coisa mas é sobretudo para as Freguesias. Mais tarde, daqui a alguns anos, nós teremos de fazer um esforço financeiro para ir às Freguesias pôr as estradas como deve ser, porque eu reconheço que temos situações bastante complicadas, mas intervir neste momento e colocar tapetes é colocar dinheiro fora. Nós temos estradas que estão velhas porque e estão velhas e temos estradas que eram novas mas passou o saneamento e estragou tudo, como é o caso de Aguada, por exemplo. Não foi para o saneamento mas para o gás e a estrada está toda escavacada e não tem ponta por onde se pegue. Temos de ir lá colocar novo tapete quando não fazia sentido, neste momento, intervir naquilo se não tivesse havido essa intervenção e essa realidade temos um pouco espalhada por todo o Concelho. -----

----- Depois, há uma aposta clara na Educação para dar a todas as crianças do Concelho o mesmo nível de atendimento, ao nível das infra-estruturas físicas. Depois queremos que as pessoas, os professores, o pessoal auxiliar, também dêem a sua contribuição porque a Educação não se faz só com edifícios, é com as pessoas.-----

----- Queria dizer também que, já que estamos a falar nas pessoas e no acompanhamento das crianças, nós estamos com rácios superiores àqueles que são mandados pelo Ministério da Educação que são s adequados para as necessidades das Escolas e, conscientemente, fazemos essa aposta porque entendemos que é necessário apostar na Educação. -----

----- Aqui temos as grandes apostas do Concelho, porque somos condicionados por aquele dinheiro que devemos aproveitar, na minha perspectiva, senão deixamos passar a oportunidade e depois ficamos a chorar porque não fizemos as coisas. Eu, obviamente, que gostava de fazer muito mais; alguns Senhores Presidentes de Junta têm muita razão, também, porque as obras são poucas. Mas nós temos de ter opções e é isso que está aqui. É naquilo que nós conseguimos alavancar e que de outra forma não teremos hipótese nos próximos dez anos. Eu

posso vos dizer que estamos a fazer um esforço terrível, no sentido de alguns projectos que estão aqui com mil euros, ver se avançamos com eles todos o mais rapidamente possível, porque aquilo que nos dizem é que projectos aprovados até ao final deste ano têm 80% de participação, mas é aprovado até ao final deste ano e isto é uma corrida brutal, porque depois há os concursos públicos, etc. Por isso, temos aqui bastante dinheiro em projectos, porque se nós não tivermos projectos não conseguimos ir buscar esses Fundos. -----

----- Aquilo que se está a passar neste momento, vão-me desculpar, mas é uma autêntica selva. Aquilo que era verdade há um mês atrás deixou de ser e nós tínhamos as coisas programadas, agora acabou-se tudo. Ontem tive uma reunião, antes de acabar a reunião mandei juntar aqui os funcionários, quando cheguei cá disse-lhes que temos aqui coisas para fazer no mais curto espaço de tempo possível para ver se conseguimos apanhar este pacote, que são os tais 80% que nós poderemos ir buscar. -----

----- Agora, na área social, a nossa intervenção vai ser sempre assim; seremos complementares das IPSS's. Nós não vamos fazer concorrência e não vamos ter uma estrutura para fazer concorrência. -----

----- Na área da juventude, que é uma carência a nível do Concelho a intervenção na área da juventude, a Câmara está disponível para analisar com IPSS's para irmos buscar outros meios para intervir nessa área. Entendemos que não deve ser a Câmara a fazer esse tipo de coisas; é uma estrutura para a qual nós não estamos preparados; teríamos que meter mais funcionários e ter aqui situações que entendemos que é muito mais fácil colaborarmos, activamente, nessa situação. Estamos, por exemplo, a colaborar na recuperação das casas; na subsídio às rendas a algumas pessoas que encontraram dificuldades de pagar as rendas, mas sempre em complementaridade; aonde os outros chegam, nós não vamos. Estaremos sempre disponíveis e vamos sempre colaborar e avançar em parceria com as IPSS's. -----

----- Mas, Meus Senhores, eu compreendo que para alguns seja difícil e, obviamente que eu gostava também de fazer muito mais, mas há aqui uma prioridade que é transversal: - Educação; Centros Educativos. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Recardães, confrontou-me com a situação da Escola que está em Recardães, de não fazermos obras e fazermos uma Escola nova; eu digo que sim e era aquilo que deveria ser feito; só que se eu for com esta proposta ao Ministério da Educação, à DREC, eles dizem que tudo bem mas que a Câmara faz;

é só esse o problema. Então, nós não conseguimos ter o óptimo, vamos ter o bonzinho. -----

----- A nossa aposta é na área da Educação; nas infra-estruturas de água e saneamento; num desenvolvimento integrado, porque se nós temos muitos idosos em Águeda, nós precisamos de cativar outros para virem para cá e isto também se faz coma a oferta de emprego e é isso que estamos a tentar com os Parques Empresariais.-----

----- Posso vos dizer também que estou convicto que a realização deste Orçamento será muito superior ao do ano anterior. Por exemplo, só na obra da Escola Fernando Caldeira, até ao final do ano, nós temos de ter lá investidos três milhões e meio de euros, é o contrato que temos e estamos convencidos que vamos cumprir. Só nessa obra são três milhões e meio de euros. Além dessa contratualização; temos também a contratualização na Escola Fernando Caldeira para o Primeiro Ciclo mais um milhão e tal de euros; temos também a Escola de Macinhata do Vouga que já está fechada. Todas as obras que estão na regeneração e na contratualização, já têm envelope financeiro associado. Portanto, são bastantes Fundos sobretudo do FEDER que já estão contratualizados. Também, esperamos ainda este ano, vender alguns terrenos do Parque Empresarial. Embora tenhamos só um milhão de euros de obras para este ano no Parque Empresarial, para no próximo mês ou início de Junho ir a concurso. Penso que nem sequer um milhão de euros haverá tempo para gastar; só que no ano seguinte vai ser injectar dinheiro como tudo. Nós temos prazos; em Setembro de 2011 temos de ter as infra-estruturas para lá para o LIDL se poder instalar. -----

----- Agora, há aqui solidariedade entre as Freguesias e a Cidade; efectivamente há alguns investimentos que são maiores nuns sítios que outros, face a um envelope financeiro que temos para gerir.” -----

----- **Deputado Pedro Alexandre Almeida Gomes – Presidente da Junta de Freguesia de Recardães (PSD):** -----

----- “Antes de Mais eu queria vir aqui com o tal discurso miserável dos Presidentes de Junta que constantemente estamos a ouvir pelo Executivo da Câmara e vou responder ao meu amigo José Vidal. Senhor José Vidal, em relação ao que há bocado desafiou os meus colegas Presidentes de Junta. O Senhor passa muito tempo aqui na Câmara mas, se calhar, não sabe tudo o que os Presidentes de Junta vêm aqui fazer. -----

-----Recardães aceitou o repto do Senhor Presidente de Câmara, de nós fazermos uniões entre

Freguesias. Há dias vim aqui eu, o meu colega Wilson Gaio e representámos também do Rui Carvalho; viemos lançar um projecto entre três Freguesias, em que o Senhor Presidente da Câmara diz que vai analisar e que depois vai dar uma resposta. Portanto, nós estamos a começar a evoluir. -----

----- Depois, temos outros projectos inovadores, que o Senhor Presidente já tem conhecimento, como já lhe falei no projecto do lixo; falei-lhe também numa situação da Protecção Civil, porque nós há dias estivemos aqui numa assembleia até às quatro da manhã, não havia nenhum aviso, não foi dito se havia ou não e depois, no outro dia a seguir deparámo-nos com uma calamidade em termos do nosso Concelho e as Freguesias tiveram que intervir para ajudar a Protecção Civil da Câmara, mas há muitas Juntas que não têm equipamentos para fazer esse trabalho e muitas vezes temos que recorrer a particulares para fazer isso. Se a Câmara Municipal nos apoiasse na compra desses equipamentos iria facilitar a intervenção; iríamos ser muito mais rápidos porque, como o Senhor Presidente diz, um escudo que as Juntas gastam representa cinco da Câmara. Portanto, se nos derem esses equipamentos nós estamos mais perto das populações e conseguimos fazer o trabalho muito mais rápido e eficiente. -----

----- Eu quando venho aqui pedir, não peço só para Recardães, peço para todos. Numa das primeiras conversas que eu tive com o Senhor Vice-Presidente quando cheguei aqui, foi um dia à noite que viemos falar sobre o Plano de Actividades para a Junta de Freguesia de Recardães e vim-lhe com umas contas, mas não vim pedir só para a minha Freguesia, pedi também para as outras. -----

----- No outro dia, fiz outro repto de um acordo que querem por causa de uns combustíveis; fiz um repto mas não fiz só para Recardães mas para todas as Freguesias. -----

----- Em relação às grandes obras, há muitas obras que vêm para Águeda que, muitas vezes, estão camufladas nas outras Freguesias, que são aquelas obras, por exemplo, as estradas de Recardães e Águeda; Águeda e Préstimo; é há obras que são mútuas e depois a verba só vai para Recardães mas Águeda também fica a ganhar. Portanto, ainda há aqui muitas mais obras que são de Águeda e que estão camufladas noutros sítios. -----

----- Os grandes investimentos estão a fazer-se na Cidade de Águeda, mas já fiz o desafio para se fazer um investimento que se está a fazer em Águeda, fazer-se também um, por exemplo, na Freguesia de Recardães; ainda estou à espera da resposta e espero que seja positiva em

relação a isso. -----

----- O Senhor Presidente está muito na moda ao fazer pistas cicláveis em Águeda; Recardães tem ali todas as condições até para resolver um problema que está lá e que é de interesse Municipal, não é só de Freguesia; espero bem que essa resposta também seja positiva. -----

----- Depois, nós temos que mandar fazer um aeródromo aqui mesmo no centro de Cidade, porque está-se a fazer tantos investimentos em Águeda que, depois, as pessoas para chegar a Águeda têm que passar pelas Freguesias e Recardães é uma das Freguesias limítrofes e temos ali uma entrada da Cidade onde tem uma rotunda, onde tem ali um espaço adjacente das Estradas de Portugal, onde eu coloquei um protocolo para fazer um arranjo naquela zona, porque entendia que as pessoas que vêm para Águeda passam por Recardães e também deviam de ver aquilo bonito. Mas, se calhar, um aeródromo no centro da Cidade será a solução, porque assim as pessoas iam directamente para Águeda e já não passavam pelas Freguesias.---

----- Quanto ao Centro de Artes, falasse que é para construir aqui junto à chaminé; Recardães também tem uma chaminé e está desactivada; também podíamos pensar nisso, descentralizávamos e fazíamos investimentos noutra Freguesia, era a tal solidariedade. -----

----- Sobre a Freguesia de Águeda, o Senhor Presidente está sempre a contestar as verbas que recebe, que recebe pouco, porque lhe tiram metade dos habitantes. É que Águeda tem trezentos e tal funcionários, mas cá dentro devem estar uns cento e tal mas, se calhar, oitenta ou cem andam sempre na Freguesia de Águeda a trabalhar. A Freguesia que devia deixar de existir era a de Águeda, se calhar, Castanheira, Belazaima e Recardães iam ganhar território. -----

----- Recardães, de facto, tem a pior Escola do Concelho, não é em termos pedagógicos, mas em termos de espaço que está muito reduzido. Mas há dias soube que a Escola não vai avançar, pelo que vamos ver se conseguimos resolver isto até lá. -----

----- Com este Plano de Actividades, fiquei triste, desiludido mas, também, fiquei motivado, porque havemos de vencer e havemos de fazer mais.” -----

----- **Deputado António Farias dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Agadão (PSD):** -----

----- “Eu não era para vir aqui dizer nada, porque sobre o Plano eu nem sequer vou falar, mas o Senhor Presidente pode ter a certeza que eu vou votar a favor. -----

----- Eu só vou falar sobre uma coisa; é que eu já ando aqui há vinte e um anos seguidos; eu

entrei para aqui em 1989 e já ouvi aqui tanta barbaridade e também ouvi coisas boas que, por vezes, penso que estou a sonhar. -----

----- Agora, quero-me dirigir directamente ao Senhor Professor José Vidal, porque cada vez que ele vem aqui falar ataca os Presidentes de Juntas. Eu quero-lhe dizer que o Senhor deve aprender a respeitar os Presidentes das Junta de Freguesia porque, felizmente, o Senhor nunca foi nem nunca será Presidente da Junta, nem sabe dar o valor do que é ser um Presidente da Junta de Freguesia. O Senhor até pode perceber de tudo, mas disso não percebe nada. Então, peço-lhe que não venha para aqui atacar os Presidentes das Juntas de Freguesia. Eu estou a falar por mim, mas penso que os meus colegas estão todos de acordo. Professor José Vidal, peço-lhe que quando o Senhor vier aqui, não fale nos Presidentes das Juntas; fale no que o Senhor quiser; pode vender aqui credibilidade às toneladas; honestidade aos quilos; pode vender tudo o que o Senhor quiser; pode vender o seu peixe, que não tem problema nenhum. Agora, nos Presidentes de Junta, cuidado, não fale; não fale porque o Senhor não percebe nada de Juntas de Freguesia. Se o Senhor estivesse como Presidente de Junta na Freguesia de Agadão, que esta a vinte e um quilómetros de distância do centro da Cidade de Águeda, quando vêm aqueles incêndios brutais, eu queria ver o que é que o Senhor fazia; acho que as suas pernas eram pequenas para fugir. Procure ao Doutor Antunes de Almeida, em mil novecentos e noventa e dois, como é que ele me encontrou em Agadão quando foi lá à procura do Presidente da Junta; ele não me conheceu, porque nós andámos todo o dia e toda a noite a apagar incêndios, mas o Senhor Professor José Vidal não sabe o que isso é. -----

----- O Senhor vá lá para a Lousa ou para o Covo, como em dois mil e cinco, em que as pedras com o vento até reboavam que eu queria ver onde é que o Senhor parava. Parava acolá em Alvarim a fugir. -----

----- Agora, há um dito que diz assim: *“Muito falam da terra mas percebem pouco dela”* e o Senhor não percebe nada das Freguesias; o Senhor percebe aqui do centro de Águeda, porque eu venho quase todos os dias a Águeda e vejo-o sempre cá e, de vez em quando, vejo-o por Belazaima a dar umas voltas, mas dentro do seu jipe, porque o Senhor não sabe os problemas das Freguesias, por isso não critique e não chame de *“burros”* aos Presidentes da Juntas, porque nós não somos *“burros”*. Cada um de nós somos aquilo que somos; aprendemos aquilo que nos ensinaram mas, agora, o amor à nossa Terra o Senhor nunca nos tira, nem o Senhor

nem ninguém nos tira. Hoje, eu estou na Junta, daqui a três anos vou-me embora mas, fico na minha Freguesia e se alguma coisa me dói, é por não conseguir fazer aquilo que devia ter feito. Isso é que eu tenho pena.” -----

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal (PS) – Direito de resposta:** -----

----- “Senhor Presidente da Junta, o Senhor tem todo o direito de me atacar, de fazer o que quiser, eu não ataquei aqui hoje nenhum Presidente da Junta, nem chamei “burro” a nenhum. Disse que vocês eram pessoas esforçadas, interessadas, que se preocupavam com as vossas populações e que era a vossa função. Entendeu mal, porque foi isto que eu disse e está gravado e pode ir lá ver. Portanto, quando receber a acta da próxima reunião, espero que depois não me peça desculpa, mas peço que nunca mais me faça um ataque desses, porque eu não ataquei nenhum Presidente de Junta hoje. Se eu ataquei alguma vez, não. Ataquei foi uma perspectiva de desenvolvimento e quando falei em projectos, falei em projectos que se deviam juntar. -----

----- O Senhor Presidente de Recardães deu um belo exemplo, juntarem-se para elaboração de projectos e apresentarem projectos. E quando falei em projectos que se deviam juntar, até falei por exemplo, que poderia haver Préstimo, Belazaima, Agadão. Não discuto, há situações específicas que cada um tem, que Águeda nunca há-de ter. -----

----- Em relação à experiência de cada um, em 1982 fui Autarca aí onde está o Senhor Alcides, em 1982, o mais novo de Águeda. Quanto aos fogos, não posso dizer, andei na Cadaveira tinha eu catorze anos; o Senhor decerto não estava lá. Mas isso são as histórias de cada um. -----

----- Agora, quanto ao amor da terra, o Senhor tem muito mais amor à sua terra do que eu, nasceu lá, vive lá e isso eu não discuto; eu tenho é uma perspectiva diferente de desenvolvimento. Ainda o Senhor não sabia o que era Política e já estava eu a falar, como o Senhor fala, em Lamas a pedir para construir a estrada da entrada de Lamas; isso é a experiência de cada um. -----

----- Agora, leia a acta e se lá tiver algum ataque eu peço-lhe desculpa.”-----

----- **Deputado António Farias dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Agadão (PSD) – Direito de resposta:** -----

----- “Eu só quero dizer que cada um é aquilo que é. O Senhor vem me dizer que com catorze anos andava a apagar o fogo, o Senhor andava era a brincar com o fogo, não andava a apagar fogos. -----

----- Senhor Professor José Vidal, ouça o que tenho para lhe dizer, a partir desta data, quando o Senhor vier aqui falar, eu saio para fora desta sala, porque a sua conversa perante as Freguesias tem um nome que eu não vou dizer, porque não nos estejam, mais uma vez, a chamar de atrasados mentais, porque nós sabemos muito bem quando nos atacam. -----

----- Portanto, quando o Senhor vier aqui ao púlpito falar, o Presidente da Junta de Freguesia de Agadão retira-se da sala.” -----

----- **Deputado Manuel de Almeida Campos – Presidente da Junta de Freguesia de Espinhel (Indep.):** -----

----- “Em relação ao Professor José Vidal, eu quero dizer que ele, realmente, deve de andar na lua e como tal vê as coisas muito á distancia e só olha para coisas grandes. Mas eu imagino bem, eu pensar em obras grandes, nomeadamente, Inter-Freguesias, quando os nossos problemas que mais nos afligem, temos zero. -----

----- Quanto ao Deputado Tiago dizer que as Freguesias são recessivas, quero dizer que nós fizemos obras por protocolo, cujos valores eram muito baixos dos preços de mercado, que nos causaram imensas dificuldades financeiras. -----

----- Vocês não falem em coisas que não percebem; não sonhem. Aliás, a propósito disto tudo, se calhar, o melhor é deixar de vir à Câmara; até porque ainda há dias, um individuo que fez parte da Lista do PS lá para a Freguesia dizia que na Câmara ninguém lhe passava confiança e que era ele a entrar por uma porta e os responsáveis da Câmara a sair por outra. Ele lá sabe, para dizer isso.” -----

----- **Deputado Francisco Rogério Martinho Estrela (PS):** -----

----- “Apenas vim cá porque o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Recardães, pelo menos foi a impressão que eu tive, referiu-se à Junta de Freguesia num tom jocoso, que eu não concordei com ele. Por isso venho cá dizer, eu não se o Senhor presidente sabe que há obras em Recardães: Foi a estrada de ligação entre Águeda e Recardães; a rotunda das bandeiras, que a Câmara Municipal anterior colocou; o parque que lá foi arranjado foi a Câmara Municipal que o arranjou; o parque das crianças que eu utilizo para os meus netos foi a Câmara Municipal que arranjou; as obras que foram feitas na escola também foi a Câmara e o Senhor Presidente da Junta anterior também obras no Casaiinho e nos arruamentos e mais, colaborou com a Junta de Freguesia enquanto eu lá estava, nós repartíamos os trabalhos; tem um parque de crianças

também em Recardães; foi tudo esfaltado. Portanto, fez-se obra em Recardães. Agora, o Senhor Presidente vir cá dizer isso é que não. -----

----- Não sei se o Senhor Presidente da Junta sabe que aqui há uns três anos houve um concurso a nível nacional e que as Juntas de Freguesia deste Concelho aproveitaram para reequiparem para combate aos fogos. Houve Juntas de Freguesias que receberam e que tiveram carros. -----

----- Não é normal, também, que todas as Juntas de Freguesias, só porque têm um incêndio e nesse caso a Freguesia de Recardães, ou porque houve um acidente, que vá lá ter carros, que vá lá ter equipamentos. Agora, o que lhe estou a dizer é que houve colaboração entre o Presidente da Junta de Freguesia de Águeda e a Junta de Freguesia de Recardães. -----

----- Para terminar, apenas lhe queria dizer que a Junta de Freguesia de Águeda tem onze mil trezentos e dezoito eleitores, fora aqueles que utilizam a Cidade; recebe 50% porque os restantes 50% é a Câmara que assume porque arranja a Cidade. A Junta de Freguesia de Águeda tem onze trabalhadores; tem dois pavilhões; tem niveladoras, tractores, máquinas, veículos e foi tudo à custa das verbas da Junta de Freguesia de Águeda. -----

----- As obras feitas no cemitério de Recardães foram pagas pela Câmara Municipal de Águeda. A maior parte das obras que são feitas nos cemitérios são comparticipadas pela Câmara Municipal. Mais, a Câmara Municipal dá os materiais e faz a obra; as Juntas de Freguesia vendem e ficam com o dinheiro dos cemitérios. -----

----- Para terminar, só queria dizer que as Juntas de Freguesias têm que ser solidárias umas com as outras e não foi o que me pareceu da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Recardães.”-----

----- **Deputado Pedro Alexandre Almeida Gomes – Presidente da Junta de Freguesia de Recardães (PSD) – Direito de resposta:** -----

----- “Senhor Professor Estrela, se calhar, a pessoa que devia de estar aqui a defender a Junta de Águeda não era o Professor Estrela, mas o actual Presidente da Junta, porque no primeiro jantar que foi oferecido pela Câmara Municipal, referiu-se para a minha pessoa em relação à minha Freguesia: “Recardães é zero” e está aqui o Professor António Martins que se deve recordar disso. Portanto, não sou eu que estou a insultar a Freguesia de Águeda; já fomos insultados primeiro.” -----

----- **Deputada Margarida Nogueira Brenha (PS):** -----

----- “Eu olho para esta Assembleia e fico perplexa, porque parece que estamos aqui a discutir o processo Israel - Árabe de paz e estamos aqui a dividir Jerusalém. Eu penso que o interesse de todos nós é o interesse do Concelho.-----

----- Eu partilho da opinião do Senhor Presidente da Câmara, de que um Concelho moderno é um Concelho desenvolvido globalmente. Compreendo, por um lado, a perspectiva dele de que Águeda é a sede; começou por Águeda mas, obviamente, que depois irá às Freguesias. Eu ouvi-o aqui nesta Assembleia fazer um desafio às Freguesias para apresentarem projectos e eu partilho da opinião dele que ele deve compartilhar projectos, porque também não estou tão certa disso e vou ser politicamente incorrecta mas eu estou aqui e fui eleita para dizer aquilo que penso, não estou tão certa de que o dinheiro gerido pelas Freguesias seja melhor gerido do que pela Câmara. -----

----- Em relação à minha Freguesia, concretamente à Freguesia da Trofa, há uma questão que penso que muitos erros durante muitos anos, fizeram com que a Trofa tenha tudo aquilo que um local onde se pretenda viver com qualidade deva ter e aí parece-me que tem que haver uma intervenção do Executivo; tem que haver um projecto inovador e moderno e esse projecto tem que partir da Câmara Municipal. A Junta de Freguesia não terá possibilidades de fazer esse projecto. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, a Mourisca está atrofiada, tem uma rua congestionadíssima; há um caminho aberto mas que não é alternativa. Acho que é altura de pensar, não digo para este ano, mas a longo prazo, terá que se pensar numa Trofa mais moderna e desenvolvida. -----

----- Quanto ao apoio social, que falou a Doutora Nair, eu acho que deve ser criterioso; eu vi no Plano de Sustentabilidade que existem cinquenta e três Associações em Águeda de cariz social e penso que aí, como nas Juntas de Freguesias, se devem criar projectos, porque há muitas dessas Associações vivem do subsídio-dependência e que acabam por ser mal geridas e nós aqui temos a obrigação de zelar pela boa gestão dos dinheiros públicos. -----

----- Senhor Presidente, se se esquecer da Freguesia da Trofa enquanto eu estarei aqui irei lembrá-lo. Precisamos de uma visão de futuro. Aceito que primeiro seja Águeda, mas não pode esquecer da Freguesia da Trofa.” -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins (CDS):** -----

----- “Eu diria que este Orçamento de quarenta e oito milhões, reflecte um bocado a ideia do Senhor Presidente e é politicamente, também, uma responsabilidade pessoal dele, é ele que o subscreve. Portanto, assumirá as responsabilidades no futuro. Por isso, a credibilidade do projecto e pela forma, ou pelo menos, na área menos contestável, é o que nós deixemos contestar tanto a forma como ele pensa “Águeda”. -----

----- Diria também que este Orçamento reflecte o que reflecte e entronca também numa outra realidade, que vai ser muito seguramente o decréscimo de receitas, nomeadamente, derrama; IMT, IRS e etc. porque a situação financeira e económica das empresas, como sabe, não é a melhor e portanto, estaremos todos preparados para um decréscimo, provavelmente, para um de receitas. Portanto, isso terá incidência que necessariamente todos nós deduzimos na aplicação depois dos dinheiros e particularmente aqueles que vão deixar de existir. -----

----- Relativamente à situação das Juntas de Freguesia, depois de ver o mapa que o Senhor mandou anexar, eu pessoalmente, também penso que é uma verba pobre relativamente a este Orçamento. Num Orçamento de quarenta e oito milhões, atribuir às Juntas de Freguesia um milhão e quinhentos e cinquenta e três mil, sendo que algumas são verbas obrigatoriamente atribuíveis em função do número de eleitores e depois há uma parte complementar. -----

----- É uma visão reduzida deste Orçamento, que eu pessoalmente devo criticar, se bem que nós depois tenhamos os chamados “protocolos”, onde a Câmara depois faz a gestão discricionária, melhor ou pior que entende relativamente a cada Freguesia. E também temos alguma figura que no último ano se criou, que é a figura da “adjudicação directa”. Adjudicação directa que já se espalhou a toda a estrutura, não só às Autárquicas mas também á do Estado, e que representava, não há muito tempo, noventa e muitos por cento dos investimentos neste País. O que, se calhar, tem contornos que não vale a pena criticar, mas é uma das intervenções que a Câmara pode fazer e estou convencido que, conversando com tranquilidade com o Senhor Presidente, as Juntas de Freguesia terão alguma coisa a ganhar se, de facto, nos encaminharmos pela via dos protocolos e das adjudicações directas. -----

----- Há depois outras obras na Cidade; o Senhor Presidente está aqui a hierarquizar, o dinheiro não é elástico, não cresce. Portanto, eu acho que devemos ter algum critério e ponderar algumas obras. Eu estava a lembrar-me do Centro de Artes. -----

----- Vou abstrair o CDS desta conversa, porque o CDS não tem a ver com isso. Eu vou assumir

pessoal e politicamente aquilo que vou dizer. -----

----- O Cento de Artes é, neste momento, uma obra dispensável. O Senhor Presidente tem uma visão, eu tenho outra. Mas o Centro de Artes aponta para três milhões de euros. No fim, se calhar, não vai custar três milhões de euros. Aliás, o Centro de Artes já começa mal. Como sabe, o Senhor tem no site da Câmara tem algumas explicações sobre um concurso que a Câmara decidiu fazer relativamente a projectos de arquitectura. Um concurso que tem um júri e que tem algumas regras que, no mínimo, já são tão contestáveis, que já levou a Ordem dos Arquitectos a recomendarem aos seus Associados que façam o favor de não concorrer ao projecto da Câmara de Águeda.” -----

----- **Presidente da Câmara Municipal de Águeda:** -----

----- “Por acaso este é um ponto que eu acho que devo esclarecer. Nós estamos a fazer o projecto e teremos de decidir mais tarde, embora houvesse verba consignada, se o vamos fazer ou não. Agora, também, sabemos que a sala que temos, actualmente, do Cine-Teatro São Pedro não tem condições. Eu acho que temos que ter o projecto feito. -----

----- Nós fomos com este processo ao Tribunal de Contas, porque a Ordem dos Arquitectos disse-nos que era completamente ilegal e que chumbaria tudo. Porquê? Nós pusemos lá algumas cláusulas muito rígidas e que são um bocado complicadas, mas para nós não são complicadas. A primeira delas: Os direitos de autor são da Câmara Municipal; *“aqui d’el rei que cai o Carmo e a trindade”* porque não pode ser. A Câmara quando quiser fazer alguma alteração não tem que ir atrás do técnico de novo e pagar um projecto que comprou; comprou, pagou, é da Câmara. Esta é a primeira situação. -----

----- Segunda situação: Três milhões de euros. Podiam fazer um projecto muito giro, só que depois metíamos a concurso e em vez de três milhões disparava para cinco milhões. Aqui assim, o gabinete era multado fortemente e tinha de fazer todas as alterações gratuitamente para a Câmara; também não queriam nada disto e o Tribunal de Contas disse: *“Não Senhor, vocês têm toda a razão”*. -----

----- Terceira situação: A Consulta Pública. Quando se fizer o Centro de Artes faz-se um para não sei quantos anos e não vai ter grandes alterações. Porque é que as pessoas não hão-de participar a dizerem qual é que acham que é o melhor projecto? Aquilo que nós propusemos e os projectos têm que vir da forma anónima mas, obviamente, que cada pessoa sabe qual é o seu e

temos aqui duas formas de participação: uma via internet que corresponde a 5% de participação, influencia os resultados em 5% e uma participação pessoal, vêm cá consultar e dizem que querem votar, dá o nome que fica registado. Estes que vêm aqui presencialmente e que nós podemos controlar quem são as pessoas que vêm cá; podemos controlar, temos uma listagem, identificasse com o bilhete de identidade; criamos as regras e somos nós que as definimos; quem não quiser votar e quem quiser outras regras não vem cá e tem 10% que podem influenciar. Foram estas regras que a Ordem dos Arquitectos não aceitou, mas em termos de legalidade fomos pedir ao Tribunal de Contas que nos que sim e disse mais coisas a respeito do corporativismo da Ordem dos Arquitectos, que eu passo à frente. É isto que se passa com este projecto.” -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins (CDS):** -----

----- “Da leitura do Senhor Presidente, eu não faço bem a mesma leitura, mas obviamente que foi o Senhor que mandou fazer o Regulamento e portanto tem uma interpretação sobre o mesmo. Isso que o Senhor Presidente disse é de algum modo discutível, por uma razão extremamente simples, nomeadamente, quando se fala do custo da obra final quando em termos de concurso, o Senhor sabe perfeitamente que vão aparecer várias empresas. Quem fez o projecto, está sujeito a que uma empresa que apareça peça cinco milhões de euros, mas também se o Senhor obrigar o arquitecto a apresentar uma empresa que cumpra rigorosamente, com os materiais, conforme lá está, ele tem, à partida, uma defesa muitíssimo maior do que aquela de deixar ao critério da Câmara lançar a obra a concurso e ele depois, é obvio, que se sujeita a que apareça uma empresa e lhe atire um valor muito superior. -----

----- Portanto, há aqui matérias de discussão, não vamos discuti-la agora porque não é o timing certo para isso, podemos depois falar pessoalmente ou colectivamente sobre isso. -----

----- Mas, Senhor Presidente da Câmara, é uma obra que pode ser adiada, porque a barriga manda muito mais que a cabeça e eu nem queria estar aqui sequer a levantar o problema, dado o adiantar da hora. Se calhar vou criar alguma dissonância aqui na colega Carla, porque ela depois desta hora funciona mal e para além disso o tema central dela são as festas e a cultura e portanto, eu não continuar mais para não a irritar. -----

----- Passando a parte do Centro de Artes, eu diria que nós temos de dar ao Senhor Presidente da Câmara a prerrogativa de neste curto espaço de tempo, que são dois anos, mas eu não sei

se será tanto tempo. Eu espero que não seja tanto tempo, porque ele nestes dois anos vai ter que lançar as obras e arranjar algum dinheiro. Só gostaria que, de facto, a aplicação desse dinheiro fosse, na verdade, criteriosa, porque é obvio que aquilo que discutimos aqui a Águeda e ao Concelho são benefícios; se bem que eu considero que Águeda Cidade tem sido nos últimos anos um autêntico sorvedouro do dinheiro público. É faz e desfaz; é fez mal vamos tentar fazer bem; é não está tão bem agora vamos ver se fazemos melhor. Isto é histórico, não é só deste Executivo e Águeda tem absorvido e deixado enterrar milhões e milhões de contos absolutamente desnecessários se as pessoas tivessem, às vezes, alguma visão e tivessem algum rigor no dinheiro que utilizam porque, de facto, não lhes dói, mas deveria doer-lhes um bocadinho mais. -----

----- Relativamente ao CDS, nós não vamos obstaculizar a necessidade que o Senhor presidente tem de ir buscar dinheiros públicos que, se calhar, neste momento não são difíceis de conseguir. Daqui por uns tempos é bem mais complicado de os conseguir e nós não queremos ficar com o ónus de o Senhor dizer que Águeda não fez e que as Freguesias do Concelho de Águeda não vão ter porque entretanto a Câmara não tinha dinheiro e o dinheiro que poderíamos ter recebido excedentário de participações não foi conseguido por obstaculização. -----

----- Portanto, o CDS, politicamente, não obstaculiza este Orçamento, abster-se-á, naturalmente porque há aqui algumas partes que nós não concordamos, é a nossa visão. Se calhar, se fossemos nós faríamos coisas diferentes. O Senhor Presidente tem a sua perspectiva e nós vamos dar-lhe o ónus da dúvida; os Senhores Presidentes de Junta do CDS têm, como sempre tiveram, em termos de Plano e Orçamento, absoluta liberdade de votarem como bem entenderem; votam contra; votam a favor, abstêm-se; em consciência devem votar da maneira que eles entendem que é a mais correcta. -----

----- Relativamente ao futuro, Senhor Presidente, desejo-lhe efectivamente muita sorte, tanta quanta desejo para mim como cidadão e como Múncipe e tanta quanta eu desejo para as pessoas deste Concelho, particularmente para aquelas que, neste momento, estão em situações bem mais complicadas e que nós precisamos de ajudar e que particularmente alguns Fundos da Câmara possam servir para esse fim.” -----

----- De imediato, para uma última intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao **Deputado Rui Pedro Pinho Carvalho (II-Indep.)**, que encerrou o que se

transcreve na íntegra: -----

----- “Sendo breve eu não queria deixar de referir que agora estou um bocadinho mais calmo, sou novo e tenho o sangue na guelra e ainda bem que sim e não gostei de ouvir, pelo menos a forma como empregou as palavras, pode não querer dizer com o verdadeiro sentido, mas foi a leitura que fez a maioria dos Presidentes de Juntas de Freguesia, que já tenho conhecimento da informação ao falarmos uns com os outros. -----

----- Senhor José Vidal, relativamente à forma como referiu sobre os projectos, eu vou-lhe dizer já há anos transactos, porque o meu pai colaborou na Junta de Freguesia de Aguada de Baixo, se tentou haver coligação em termos de projectos. Na altura, pode não ter sido o melhor enquadramento, a melhor solução, as pessoas, mas as coisas não funcionaram. Nós tentamos dar o passo, tentamos arriscar e por via disso é que a Junta de Aguada de Baixo, Aguada de Cima, Barro e Recardães estamos a pensar que possivelmente poderemos enquadrar estarmos próximos uns dos outros, criar projectos para que salvaguardem e dêem solução aos problemas efectivos nas Freguesias. -----

----- Eu vou-lhe dizer que acho que é extremamente importante da parte da Câmara Municipal, ouvir; deve ouvir os Presidentes das Juntas de Freguesia, a leitura que eu estava há bocado a fazer, é que a maior parte de nós, Presidentes de Junta, não estava aqui a fazer nada. -----

----- Relativamente aos projectos, a Câmara Municipal achou por bem que as Juntas poderiam agregar-se umas às outras, mas nós não fomos ouvidos, nós não demos opinião e devemos dar opinião sobre isso, porque as melhores soluções são encontradas com a partilha de ideias e isso não aconteceu. Eu estou aqui com a firme predisposição de ajudar, colaborar; foram estas palavras que eu transmiti no Acto da Tomada de Posse. -----

----- Os Presidentes das Juntas de Freguesia estão para colaborar e quando cada um de nós pede o melhor para a sua Freguesia, não nos esqueçamos de uma coisa, nós estamos o pedir o melhor para todas as Freguesias, porque dessa forma, cada um de nós tentando obter facilidades para os projectos serem levados em consideração e em linha de conta; nós não estamos a embelezar e a enriquecer cada Freguesia, meus amigos, nós estamos a enriquecer o Concelho, o País. -----

----- Só queria deixar uma nota, que agradecia que levassem em consideração, que ninguém fez alusão ao mesmo. Nós estamos com um problema que pode, a partir de agora, começar a

aparecer em todas as Freguesias, que é se há novidades relativamente á aderência das Juntas de Freguesia à plataforma. Isto aqui é um dos problemas que nós temos preocupação e queríamos saber se já há algum desenvolvimento relativamente a isto.” -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa**, colocou à votação a **Proposta**, tendo-se verificado que a Assembleia deliberou, aprovar por MAIORIA, com um voto contra (PSD) e dezasseis abstenções (duas do CDS; treze do PSD e um de Independente), a **Proposta da Câmara Municipal de Águeda sobre as Opções do Plano e da Proposta de Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2010**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Atendendo á extensão da Ordem de Trabalhos, aos pontos que ainda se encontram por discutir e ao adiantado da hora, o Senhor **Presidente da Mesa**, colocou à deliberação dos Deputados da Assembleia, que aprovaram, por UNANIMIDADE, ao abrigo do disposto no artigo 52º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proceder à interrupção desta Sessão, designando para continuação o próximo dia 3 de Maio de 2010, pelas 21 horas. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Passou, de seguida, ao Período de Intervenção do Público, informando que a Mesa da Assembleia, para o efeito, tinha uma inscrição, do cidadão **João Pires dos Santos**, a quem, de imediato, concedeu a palavra para intervir, intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu sou João Pires dos Santos, gerente da Empresa GOFIL – Gonçalves & Filhos, Lda., vai fazer sessenta e cinco anos de existência a dezassete de Dezembro deste ano de 2010. -----

----- Estou instalado na zona industrial de Assequins há trinta anos; há vinte anos que ando á espera que a Câmara Municipal me faça a pavimentação da minha estrada. É uma vergonha no Inverno, que aquilo não é uma estrada nem é um acesso, são três ou quatro rios a passarem a via pública. O Senhor Presidente da Câmara teve a descaradeza e a pouca vergonha de me dizer para eu alcatroar porque não tinha que alcatroar. -----

----- Ora, eu já pavimentei a parte em frente ás minhas instalações; agora não vou pavimentar aquilo que é função da Câmara Municipal de Águeda, e não admito que o Senhor me venha dizer, porque eu gostava de saber quem é que pavimentou a estrada para a casa dele; se foi ele,

se foi a Câmara, se quem foi. -----

----- Há sessenta e cinco anos que eu ando a contribuir com os meus impostos e não posso admitir que a Câmara Municipal de Águeda, depois de uma reunião aqui na Câmara em 1979, salvo erro, houve um protocolo feito e está em acta, em que era feita a pavimentação daquela estrada e a coberto de uma abertura nova e a cedência de uma estrada pública para duas Empresas: “Teimarmor” e “Fajota” e isso não foi feito. O acordo foi ultrapassado; deste acordo foi completamente roubado o terreno do erário público e não fizeram aquilo que estava acordado. ---

----- Agora, o Senhor Presidente da Câmara diz que eu dê terreno, eu não posso dar terreno para a estrada, ou melhor, dou aquilo que for preciso, agora a minha fábrica tem todas as sextas-feiras camiões TIR a carregar. Eu convido o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, convido o Senhor Presidente da Câmara, que não tem lá ido, convido os Senhores Vereadores e os Senhores Deputados a irem ver a estrada que lá está, mas que fossem lá quando chovesse.--

----- Eu quero saber o que é que o Senhor Presidente da Câmara tem a dizer sobre isto, porque eu continuo a ser enganado pela Câmara e eu não vou parar com a luta.” -----

----- Aos **três** dias do mês de **Maio** de **dois mil e dez**, pelas vinte e uma horas, reuniu no salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Águeda, para continuação da Reunião da Sessão Ordinária realizada no dia vinte e sete de Abril de dois mil e dez, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1- Discussão e Aprovação de Acta:** -----

----- **Ponto 1.1** – Acta da Segunda. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda. -----

----- **Ponto..3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto..3.3 – Discussão e Votação da Estrutura dos Serviços Municipais**, nos termos da proposta e ao obrigo do disposto na alínea n), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **Ponto 3.4 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA** acerca da Actividade Municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos nºs 53º, nº 1, alínea e) e 68.º, nº 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **Ponto 3.5 – Matriz Energética de Águeda** – Apresentação e Recolha de Contributos; -----

Ponto..3.6 – Estudo de Sustentabilidade de Águeda – Apresentação, Debate e Recolha de Contributos; -----

----- **Ponto..3.7 – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas - Apresentação;** -----

----- **Ponto..3.8 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda de Regulamento de Funcionamento da Incubadora de Empresas em Rede – Águeda,** nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo nº 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **Ponto..3.9 – Apreciação do Relatório da C.P.C.J. de Águeda,** referente ao ano de 2009.

----- A Sessão foi Presidida pelo Senhor Engenheiro **ANTÓNIO CELESTINO PEREIRA DE ALMEIDA, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** e Secretariada pelas Senhoras **Marlene Domingues Gaio e Carla Eliana da Costa Tavares.** -----

----- Tendo sido constituída a **Mesa** e verificada a existência de quórum, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,** declarou aberta a segunda reunião da **Segunda Sessão Ordinária,** pelas vinte e uma horas, tendo cumprimentado os Senhores Deputados da Assembleia Municipal de Águeda; o Executivo; a Comunicação Social e o Público presente. -----

----- **À Sessão Ordinária compareceram os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:**

----- António Celestino Pereira de Almeida - PS; -----

----- Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva - PSD; -----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal - PS; -----

----- Manuel Antunes de Almeida - PSD; -----

----- Carlos Alberto Baptista Guerra – PS; -----

----- Paulo Manuel Matos Soares - PSD; -----

----- Joana Cristina Correia dos Santos – PSD; -----

----- António Manuel Fernandes Martins – CDS-PP; -----

----- Tiago André da Costa Soares - PS; -----

----- Hilário Manuel Ferreira dos Santos - PSD; -----

----- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; -----

----- Elisa Maria Pires de Almeida - PS; -----

----- António Manuel de Almeida Tondela - PSD; -----

----- Carla Eliana da Costa Tavares - PS; -----

----- Marlene Domingues Gaio - PSD; -----

----- José Manuel Gomes de Oliveira - PSD; -----

----- Alexandre Pires Duarte - PS; -----

----- Eunice Pereira dos Santos Neto – CDS-PP; -----

----- Francisco Rogério Martinho Estrela – PS. -----

----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia (PJF):** -----

----- Rui Pedro Pinho Carvalho – II-Ind. – PFJ de Aguada de Baixo; -----

----- Heitor Pereira Abrantes Garruço – PSD – PFJ de Aguada de Cima; -----

----- Nelson José da Silva Alves Canas – PS – Representante FJ de Águeda; -----

----- Wilson José de Oliveira Dias Gaio – PSD – PFJ de Barrô; -----

----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PSD - PFJ de Belazaima-do-Chão; -----

----- Jorge da Silva Mendes – PS - PFJ da Borralha; -----

----- Manuel de Almeida Campos - VI-Ind. - PFJ de Espinhel; -----

----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD - PFJ de Fermentelos; -----

----- Alcides de Jesus – PSD - PFJ de Lamas do Vouga; -----

----- Pedro Daniel Henrique Rodrigues – Plenário - PFJ de Macieira de Alcoba; -----

----- Armando Paulo Almeida Galhano – PSD - PFJ de Macinhata do Vouga; -----

----- Fernando Tavares Pires – PSD - PFJ de Óis da Ribeira; -----

----- Pedro António Machado Vidal – CDS-PP - PFJ do Préstimo; -----

----- Pedro Alexandre Almeida Gomes – PSD - PFJ de Recardães; -----

----- Mário Ramos Martins – PS - PFJ de Travassô; -----

----- Carlos Alberto Ferreira da Silva – CDS/PP - PFJ de Trofa; -----

----- **Não compareceram à Sessão os seguintes Deputados Municipais, dos seguintes GM:**

----- Margarida Nogueira Brenha – GM do PS; -----

----- Daniela Carina Alves Mendes – GM do PS. -----

----- **Não compareceram igualmente à Sessão e não pediram a sua substituição, os seguintes Presidentes das Juntas de Freguesia:** -----

----- António Farias dos Santos – PSD – PFJ de Agadão; -----

----- Victor Manuel Abrantes da Silva – PSD – PJF de Castanheira do Vouga; -----

----- Manuel de Oliveira Duarte – CDS – PJF de Segadães; -----

----- Carlos Alberto Carneiro Pereira – PSD – PJF de Valongo do Vouga. -----

----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Elementos:** -----

----- Gil Nadais Resende da Fonseca – Presidente - PS ; -----

----- Elsa Margarida de Melo Corga – Vereadora - PS; -----

----- João Carlos Gomes Clemente – Vereador - PS; -----

----- Brito António Rodrigues Salvador – Vereador.- PSD -----

----- **1- Discussão e Aprovação de Acta:** -----

----- **Ponto 1.1 – Acta da Primeira. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, datada de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez.** -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto, o Senhor Presidente da Mesa colocou-a a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por MAIORIA, deliberou aprovar a Acta referente à Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez. -----

----- Decorrido o Período de Discussão e Votação da Acta, a Secretária da Mesa, procedeu à leitura da Minuta da Acta da Sessão realizada no dia vinte e sete de Abril de dois mil e dez. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia desta Sessão. -----

----- **Ponto..3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto..3.3 – Discussão e Votação da Estrutura dos Serviços Municipais**, nos termos da proposta e ao obrigo do disposto na alínea n), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, usaram os Deputados da Assembleia, cujas intervenções a seguir se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputada Nair Barreto Carvalho Alves da Silva (PSD):** -----

----- “Na Sessão da Assembleia Municipal de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, questioneiei o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a sua intenção de rever e reajustar a estrutura orgânica dos Serviços Municipais. Verifico que agora este assunto é submetido à

discussão e votação da Assembleia Municipal. Em dezanove de Abril de dois mil e dez, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a nova estrutura dos Serviços Municipais, conforme a proposta apresentada. Neste domínio, o Decreto-Lei número trezentos e cinco de dois mil e nove, de vinte e três de Outubro, que fundamenta esta nova reorganização, veio atribuir competências à Assembleia Municipal; Câmara Municipal e ao Senhor Presidente. Compete a esta Assembleia Municipal, sobre proposta da Câmara Municipal, aprovar o modelo da estrutura orgânica, hierarquizada ou matricial; a estrutura nuclear definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares; definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis; o número máximo total de sob unidades orgânicas; o número máximo de equipas disciplinares, bem como estatuto remuneratório dos chefes da equipa e o número máximo de equipa de projectos. -----

-----Analisando a referida proposta verifica-se que se optou por um tipo de organização de modelo de estrutura hierarquizada e não matricial e assim, não foi prevista a constituição de equipas multi-disciplinares. Para poder avaliar adequadamente os méritos daquilo que, de novo, nos é proposto, seria necessária uma análise ao funcionamento dos Serviços, realçando-se a necessidade de se proceder a alterações que se pretende introduzir, de modo a permitir uma melhor resposta às solicitações correntes das novas atribuições e competências do Poder Autárquico. A nova estrutura serve para melhorar as condições do serviço da missão dos Órgãos e dos Serviços da Câmara Municipal? Estas alterações radicam na definição das actuais estruturas e níveis de decisão? Radicam na simplificação, racionalização e engenharia de procedimentos administrativos? Radicam na melhor articulação e eficiência dos Serviços prestados aos Municípios? No estabelecimento de metodologia de trabalho transversal? Na agregação e partilha de Serviços que satisfaçam as necessidades comuns a várias unidades orgânicas? Estas alterações permitem uma maior economia de meios e contenção de despesas de pessoal? -----

----- Nos termos do número seis, do artigo décimo, do Decreto-Lei número trezentos e cinco barra dois mil e nove, o novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, terá de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal antes da publicação no Diário da República. Esta proposta não está acompanhada de determinação de objectivos detalhados e essa determinação é essencial para compreendermos bem o que se pretende com a reestruturação e

na criação de um acto normativo. -----

----- É necessário determinar quais os objectivos a atingir para se poderem adoptar condições normativas, coerentes entre si, não esquecendo que esses objectivos devem ser reais e realizáveis. A determinação correcta dos objectivos a atingir, permite ainda, num segundo momento, avaliar o grau de exequibilidade e eficácia das soluções normativas adoptadas. -----

----- Julgo que haveria toda a conveniência que o Senhor Presidente da Câmara Municipal retirasse esta proposta da Ordem de Trabalhos, para mais tarde apresentar à apreciação da Assembleia Municipal, devidamente fundamentada. Julgo que com os elementos que nos foram remetidos não são suficientes para percebermos as alterações que agora são propostas, se nos conduzem ao verdadeiro espírito do novo diploma. Portanto, acho que é insuficiente a informação remetida aos Membros da Assembleia Municipal.” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira Santos (PSD):** -----

----- “Concordo inteiramente com a explanação feita pela minha colega, Doutora Nair Barreto. Eu acho que os elementos que estão ao nosso dispor são claramente insuficientes, mas não venho repetir a pergunta dele, venho fazer uma pergunta diferente. -----

----- Gostava de saber, no caso desta proposta vir a ser aprovada, como é que depois se processariam a questão das nomeações dos Órgãos Dirigentes que vão enquadrar estas unidades orgânicas e as sub-unidades orgânicas. Eu não tenho a certeza, mas falasse que, efectivamente, grande parte dos Dirigentes desta Autarquia estão, neste momento, em regime de substituição ou estão em regime de transição. Gostava que o Senhor Presidente Câmara nos esclarecesse concretamente qual é o estado desta matéria e como é que pensa fazer esta integração, no caso desta proposta vir a ser aprovada, sabendo nós que, evidentemente, tudo o que diz respeito às unidades orgânicas tem que ter como chefia um pessoal dirigentes e às sub-orgânicas pessoal de coordenação.” -----

----- Decorridas as intervenções dos Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder aos intervenientes, conforme se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu penso que as competências da Assembleia Municipal estão bem explícitas na Secção três, Serviços Municipais, artigo sexto – Competências da Assembleia Municipal. -----

----- À Assembleia Municipal, sob proposta das Câmara Municipal, compete: “a) *Aprovar o*

modelo de estrutura de estrutura orgânica; b) Aprovar a estrutura nuclear definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares; c) Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis; d) Definir o número máximo total de sub-unidades orgânicas; e) Definir o número máximo de equipas multi-disciplinares, bem como estatuto remuneratório de chefes de equipa e f) Definir o número máximo de equipas de projecto.” -----

----- São estas as Competências da Assembleia Municipal, que penso que estão devidamente espelhadas na proposta que apresentámos. Portanto, não vejo em mais lado nenhum deste Decreto-Lei, que haja outras exigências para trazermos este ponto à Assembleia Municipal. -----

----- De qualquer forma, quanto à pergunta que foi colocada pelo Senhor Engenheiro Hilário Santos, as chefias estão actualmente nomeadas em regime de substituição, depois, quando este novo mapa de pessoal entrar em vigor, serão de novo nomeadas em regime de substituição e será aberto concurso, em princípio, para o seu suprimento, nos termos da Lei.” -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta da Câmara Municipal de Águeda, tendo-se verificado que a Assembleia, por MAIORIA, com 18 votos a favor (11 do PS; 3 Independentes e 4 do PSD); 1 voto contra (PSD) e 13 abstenções (9 do PSD e 4 do CDS), deliberou aprovar a Proposta da Estrutura dos Serviços Municipais, nos termos da Proposta e ao abrigo do disposto na alínea n), do n.º 2, do artigo n.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **Ponto 3.4 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA** acerca da Actividade Municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos n.ºs 53º, n.º 1, alínea e) e 68.º, n.º 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, intervieram os Deputados da Assembleia: Hilário Manuel Ferreira Santos (PSD); Nair Barreto Carvalho Alves da Silva (PSD) e António Manuel Fernandes Martins (CDS). -----

----- Decorridas as intervenções dos Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para prestar os esclarecimentos necessários. -----

----- **Ponto 3.5 – Matriz Energética de Águeda – Apresentação e Recolha de Contributos;** -----

----- Para introduzir o ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Águeda usou da palavra para prestar os esclarecimentos necessários. -----

----- De seguida, o Técnico Municipal, Engenheiro Flávio Estanqueiro Lé, fez a apresentação pormenorizada da Matriz Energética do Município de Águeda. -----

----- Feita a apresentação da Matriz Energética de Águeda, e não havendo inscrições dos Deputados Municipais para intervir, passou-se, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto..3.6 – Estudo de Sustentabilidade de Águeda – Apresentação, Debate e Recolha de Contributos.** -----

----- De imediato, a Doutora Marta Pinto, da Universidade Católica do Porto, fez a apresentação pormenorizada e exposição em PowerPoint do Estudo de Sustentabilidade do Município de Águeda. -----

----- Feita a apresentação, intervieram os Deputados da Assembleia: Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD); António Manuel de Almeida Tondela (PSD); José Manuel Gomes de Oliveira (PSD) e José Carlos Raposo Marques Vidal (PS). -----

----- Decorridas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para prestar os esclarecimentos convenientes. -----

----- **Ponto..3.7 – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas - Apresentação;** -----

----- Para introduzir este Ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para completar a introdução necessária. -----

----- “É uma incumbência legal que temos e que estamos a responder; estamos a responder com algum atraso face à Lei mas, também, porque aqui quisemos fazer uma coisa diferente. -----

----- Neste projecto trazemos uma situação; não compete ao Executivo da Câmara dar ordens à Assembleia Municipal mas, deixamos lá abertura para isso. -----

----- O que se passa neste projecto? O que é que nós colocámos? Nós temos pugnado pela transparência e isto não é só para dizer que fica bem naquilo que dizemos ou que escrevemos. Há que dar provas concretas. -----

----- Então, isto são auditorias que irão ser feitas à Câmara para verificar do cumprimento do

Plano Contra a Corrupção e Infracções Conexas e aquilo que nós colocámos foi a possibilidade de pessoas do Concelho de Águeda poderem acompanhar as auditorias que serão feitas à Câmara e, também, que a Assembleia Municipal designe um ou vários representantes para acompanharem essas mesmas auditorias que são feitas. -----

----- Portanto, aqui assim também inovámos, fomos mais longe do que os outros, não nos limitámos a cumprir aquilo que estava na Legislação e agora deixamos à consideração; isto tem algum tempo; já está calendarizado e também deve ser um dos poucos do País que traz uma calendarização para quando é que deve ser feito; é em Fevereiro do próximo ano que serão feitas essas auditorias. Portanto, deixamos à consideração da Assembleia nomear uma pessoa ou um grupo de pessoas para acompanharem essas acções que serão desenvolvidas pela Câmara Municipal.” -----

----- De seguida, intervieram os Deputados da Assembleia: Nair Barreto Carvalho Alves da Silva (PSD); Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD) e Carla Eliana da Costa Tavares (PS). -----

----- **Ponto..3.8 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda de Regulamento de Funcionamento da Incubadora de Empresas em Rede – Águeda**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo nº 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Neste ponto da Ordem de trabalho, interveio a Deputada da Assembleia: Joana Cristina Correia dos Santos – PSD. -----

----- Decorrida a intervenção da Senhora Deputada Joana Santos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para prestar os esclarecimentos necessários. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta da Câmara Municipal de Águeda, tendo-se verificado que a Assembleia, por UNANIMIDADE, deliberou aprovar a Proposta de Regulamento de Funcionamento da Incubadora de Empresas em Rede – Águeda, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo nº 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **Ponto..3.9 – Apreciação do Relatório da C.P.C.J. de Águeda**, referente ao ano de 2009.

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa, concedeu a palavra aos Deputados Municipais, que fizeram as intervenções que a seguir se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputada Nair Barreto Carvalho Alves da Silva (PSD):** -----

----- “Senhor Presidente, este é o último relatório que foi feito durante a minha presidência. Não vou fazer uma análise exaustiva ao relatório; vou apenas agarrar-me à página treze, porque sistematiza as intervenções que a Comissão fez durante o período de dois mil e nove e para mostrar porque é que aqui insisto na necessidade de uma bolsa de apoio à pobreza e o José Vidal que de certeza que concorda comigo de que as situações que analisamos a nível da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, a maior parte delas são crianças com pais desempregados; em situações económicas difíceis; em situação praticamente de miséria e, claro que há outras situações associadas. Mas, essas são, de facto, situações preocupantes. Daí o insistirmos sempre na criação na bolsa de apoio à pobreza aos mais desfavorecidos, até porque isso tem a ver com a sustentabilidade de Águeda, como aqui foi presente. -----

----- Na síntese da página treze, podemos ver que no ano dois mil e nove, o volume de processos analisados foram de cento e onze; crianças dos zero aos dois anos; isso são, de facto, casos muito preocupantes. -----

----- Já imaginaram uma criança acabada de nascer na maternidade, em que os elementos da Comissão têm que decidir se essa criança fica com a mãe ou se é retirada à mãe? São situações muito angustiantes e que coloca qualquer elemento da Comissão numa situação de uma terrível decisão, porque primeiro está a criança e os seus interesses e a defesa da criança e depois está tudo o resto. E não sabemos se, na defesa da criança, se a decisão que vamos tomar se é a mais importante para essa criança. Deixar de ter o peito da mãe logo ao nascer. Portanto, são situações dramáticas, muitas vezes, sobre as quais temos que deliberar. -----

----- Portanto, dos zero aos três anos, os processos que transitados dos anos anteriores foram três; reabertos foram um; instaurados, só em dois mil e nove, foram dezassete. -----

----- Dos três aos cinco anos os processos transitados foram oito; reabertos três e instaurados, só em dois mil e nove, foram dezanove. -----

----- Dos seis aos dez anos, os processos transitados foram catorze; reabertos foram quatro; instaurados, só em dois mil e nove, foram vinte e seis e arquivados linearmente dois. -----

----- Dos onze aos doze anos, os processos transitados do ano anterior foram onze; reabertos

foram cinco; instaurados foram quinze e arquivados linearmente foram dois. Os arquivados linearmente quer dizer que a situação de denúncia não se justificou e nós tivemos que arquivar os processos. -----

----- Entre treze e catorze anos, foram nove os processos transitados dos anos anteriores; seis reabertos e instaurados dezassete. -----

----- Dos quinze aos dezassete anos, foram quinze os transitados; reabertos foram dez e dezassete instaurados em dois mil e nove e um arquivado linearmente -----

----- Pelo gráfico vamos ver que o maior volume de crianças acompanhadas eram entre seis e dez anos e essas denúncias eram, muitas delas, feitas pelas Escolas. -----

----- Os elementos da Comissão, às vezes, trabalham em situações muito complicadas e o que o José Vidal disse aqui é, de facto, uma necessidade premente da Comissão ter um elemento, um assistente a tempo inteiro para que os processos sejam acompanhados e resolvidos em tempo oportuno e em tempo muito urgente, como muitas vezes acontecem situações de muita urgência, em que ficamos com as crianças nos braços, sem espaço para as colocar e situações em que muitas vezes, há técnicos que, se calhar, levam as crianças para casa porque não têm onde as colocar. Portanto, podem crer que foi uma experiência para mim muito gratificante ser nomeada por esta Assembleia para fazer parte da Comissão, que eu vou exercer com responsabilidade, com muita dedicação e com muita entrega durante os dois anos. Agradeço o facto de me terem nomeado e peço a esta Assembleia que continue a considerar as crianças do Concelho de Águeda como suas filhas, também, e que todo o cuidado que o Presidente da Comissão venha aqui colocar e relação às CRIANÇAS, que sejam tomadas a sério e sejam tratadas com responsabilidade. Penso que nós ficamos enriquecidos; também ficamos com conhecimento de causa para podermos assumir a nossa responsabilidade como elemento na Assembleia na defesa dos superiores interesses da CRIANÇA.”-----

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal (PS):** -----

----- “Não podia deixar de vir aqui, visto que agora sou o actual presidente da Comissão de Menores. Em relação ao relatório, nós estamos a movimentar, neste momento, cento e quarenta e sete processos. Estes processos são movimentados por oito técnicos; esses técnicos têm no somatório global de horas, quarenta e duas horas por semana para tratar destes cento e quarenta e sete processos. O problema põe-se na organização: O Centro de Saúde coloca um

técnico; a Educação coloca um técnico; os Serviços Sociais colocam um técnico; várias entidades colocam técnicos; outros são cooptados por necessidades nossas, vamos cooptar técnicos a outras entidades que nos podem ceder. O grande problema acontece quando, por exemplo, a representante da Segurança Social, vai para lá trabalhar três horas e meia por semana e não lhe retiram nenhum trabalho do serviço de origem. Depois, há o problema temporal; um processo não pode estar à espera que seja resolvido na outra semana; os técnicos acabam por ter que trabalhar fora de horas e aos fins-de-semana e depois há outra situação, é que os casos não escolhem datas. -----

----- Todos vocês conhecem casos, mas enquanto toda a gente conhece um ou dois casos, nós lidamos com muitos casos numa semana e a princípio eu não consegui gerir, foi muito difícil gerir emocionalmente, foi para ao hospital com arritmias. Agora, já passaram uns tempos e já é diferente, mas há casos que nos surpreendem dia a dia; casos escabrosos no âmbito do abuso sexual de menores; os últimos casos têm sido diabólicos; aqueles que a gente pensa que não podem acontecer, como aquele caso com a família com os menores que saiu no jornal agora, em que a mãe convenceu a filha que aquilo era uma situação normal de afecto com o pai, mas quando descobre mais tarde que não é afecto, quando na escola e com as amigas, tem dupla culpa, tem uma culpa de ter aquela situação que não é uma situação normal e depois, ao mesmo tempo, de sentir prazer com essa situação. Portanto, uma dupla culpa sobre a criança e esses casos aparecem-nos. -----

----- Para casos mais difíceis, são realmente, a retirada das crianças, é uma situação que uma pessoa nunca quer até à última; nós nestes últimos quinze dias tivemos que retirar e é sempre uma chatice. Esta situação é preocupante. -----

----- Em relação à organização da Comissão, deparamo-nos sempre com a falta de continuidade. Cabe-me a mim agora, entrar em contacto com a Câmara para ver se arranjam uma solução; precisamos de alguém que fique continuamente na Comissão, porque nós os técnicos para investigarmos, temos que estar fora e andamos sempre fora de horas. Reparem que só desde Janeiro temos quarenta e sete novos processos, tendo em atenção que muitos não vão lá parar porque, agora, as Escolas e os Professores estão mais atentos e a maior parte dos processos das Escolas são tratados e quando chegam à Comissão, já passaram pelo Directores de Turma, pelas IPSS's e já não vão tão crus; quando lá chegam já foram trabalhados o que

evitaram a chegada de muitos. -----

----- Soluções, não há! É claro que há problemas estruturais na sociedade; há desemprego; há fome. Na nossa zona, o álcool está associado a uma quantidade impressionante de problemas familiares; relativamente ao álcool e à violência doméstica, nós falamos com as pessoas e elas não assumem as culpas, porque para eles sempre foi assim. É uma situação preocupante, nós vamos tentando fazer o melhor; eu sei o que vocês fazem nas vossas diversas áreas, sei que também já fazem denúncias, espero é que todos consigamos fazer mais alguma coisa, ser mais rápidos, mais céleres, porque temos também aquelas questões legais, as Leis e os Tribunais são lentos; não há muitas soluções. -----

----- Neste momento, temos um grande problema, que é um jovem para o qual não conseguimos arranjar um lugar; isto é para os doze – quinze anos não há lugares. Temos uma hipótese, que é o jovem fazer vinte crimes, aí arranja-se uma solução. É uma situação difícil e preocupante, que vamos tentando resolver.”-----

----- Decorridas as intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** usou da palavra, que encerrou o que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Queria felicitar o trabalho da Doutora Nair Barreto e desejar muitas felicidades ao Professor José Vidal. Esta é uma matéria que me apetecia dizer qualquer coisa sobre isso, mas diria apenas um flash. -----

----- Penso que a alteração legislativa fundamental, devia focar-se mais no DIREITO DA CRIANÇA e desfocar mais o direito da família porque, muitas das vezes, contemplamos com a família muitas vezes e a criança volta a ser agredida, violentada, violada, no próprio local da sua vida e volta a ser mais que uma vez, depois de ter passado pelo Tribunal. -----

----- Durante os anos que fui Director de Segurança Social tive conhecimento de muitas situações e realmente é muito triste. A nível do Distrito de Aveiro, só em situação dos CAT’s – Centros de Acolhimento Temporários, nós contemplámos a construção de diversos CAT’s. Neste momento, já temos alguns CAT’s, talvez o dobro do que tínhamos aqui há cinco anos. Mas, como diz o Professor José Vidal, entre os doze e os dezoito anos é muito difícil. E é muito difícil porque, depois, o Director da Instituição é o responsável por tudo e, muitas vezes, está sujeito a agressões de um indivíduo de quinze e dezasseis anos, que pesa cento e vinte quilos, que tem um metro de noventa de altura e que não tem fio condutor ou de ligação com estrutura social que

o Director lhe quer impor, mas que não lhe consegue impor, só consegui induzir. -----

----- Também se verifica por todo o distrito e é uma regra nacional, muitas vezes há técnicos que fogem, que abandonam as Instituições, não conseguem. De facto, entre doze e dezoito anos, há casos muito difíceis, precisamente porque em termos jurídicos a Legislação aplicável limita a capacidade de intervenção. -----

----- Eu deixava só o número que, também, tem a ver com os CAT's. A nível do distrito de Aveiro há para aí duzentas crianças que precisam de pai e precisam de mãe e no distrito de Aveiro há mais de duzentos casais que estão disponíveis para a adopção. Há aqui uma dificuldade, porque tem que ser o Tribunal a fazer o encontro daqueles que querem com aqueles que precisam e, muitas das vezes, na Segurança Social, quando eu lá estava, vestimos o casaco todo e temos sempre as culpas; temos culpas de tudo; só não temos capacidade e competência para resolver aquilo que, muitas das vezes, nós sabíamos como era possível resolver mas, vamos ficar por aqui. -----

----- Muitas felicidades Professor José Vidal! Muito obrigado Doutora Nair pelo trabalho realizado!" -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou, de seguida, ao período de intervenção do público, verificando-se que não havia qualquer inscrição para intervir. -----

----- Uma vez esgotados os Pontos da Ordem do Dia, a Secretária da Mesa, procedeu à leitura da Minuta da Acta desta Sessão, que posta a votação, pelo Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, foi aprovada, por UNANIMIDADE, pelos Deputados presentes. -----

----- Depois de aprovada esta Acta em Minuta e nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda, declarou encerrada esta segunda. Reunião de três de Maio de dois mil e dez, referente à Sessão Ordinária de vinte e sete de Abril de dois mil e dez, da qual se lavrou a presente Acta, que tem como suporte gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Águeda. -----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: